

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
GUSTAVO SILVA MARCHIORI

**ASPECTOS DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O JIU-JITSU
BRASILEIRO: uma proposta de formação continuada.**

RIO DE JANEIRO

2020

Gustavo Silva Marchiori

**ASPECTOS DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O JIU-JITSU
BRASILEIRO: Uma proposta de formação continuada.**

Trabalho de Conclusão de Mestrado apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação, Gestão e Difusão em Biociências (MP-EGeD) do Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, Gestão e Difusão em Biociências.

Orientadora: Profa. Dra. Flávia Barbosa da Silva Dutra (MP-EGeD/IBqM/UFRJ)

Rio de Janeiro

2020

MM317a Marchiori, Gustavo Silva
Aspectos da inclusão da pessoa com deficiência e o Jiu-Jitsu Brasileiro: uma proposta de formação continuada. / Gustavo Silva Marchiori. -- Rio de Janeiro, 2021.
116 f.

Orientadora: Flávia Barbosa da Silva Dutra.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis, Programa de Mestrado Profissional em Educação, Gestão e Difusão em Biociências, 2021.

1. Educação. 2. Inclusão. 3. Formação continuada. 4. Jiu-Jitsu Brasileiro. I. Dutra, Flávia Barbosa da Silva, orient. II. Título.

Elaborado pelo Sistema de Geração Automática da UFRJ com os dados fornecidos pelo(a) autor(a), sob a responsabilidade de Miguel Romeu Amorim Neto - CRB-7/6283.

Gustavo Silva Marchiori

**ASPECTOS DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O JIU-JITSU
BRASILEIRO: uma proposta de formação continuada.**

Trabalho de Conclusão de Mestrado apresentado ao Programa de Mestrado Profissional em Educação, Gestão e Difusão em Biociências (MP-EGeD) do Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação, Gestão e Difusão em Biociências.

Aprovada em 28 de janeiro de 2021.

Profa. Dra. Flávia Barbosa da Silva Dutra (MP-EGeD/IBqM/UFRJ) – orientadora.

Prof. Dr. Mario Gandra – Faculdade de Farmácia - UFRJ e MP-EGeD/IBqM/UFRJ – membro titular interno.

Prof. Dr. Jean Christophe Houzel - Instituto de Ciência Biomédica - UFRJ e MP-EGeD/IBqM/UFRJ– membro titular interno

Prof. Dr. Ivaldo Brandão Vieira – Comitê Paralímpico Brasileiro – membro titular externo

Prof. Dr. Marcelo Borges Rocha – MP-EGeD/IBqM/UFRJ (revisor interno)

Prof. Dr. Marco Antonio Santoro Salvador – Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) – membro suplente externo

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aqueles que são o refúgio e porto seguro durante as tempestades, pandemias, surtos e caos. Aqueles que edificam quem somos hoje e nos ajudam a evoluir na constante metamorfose cotidiana. Não seria capaz de nada nesta vida sem o eterno apoio de toda minha família e amigos que são base de sustentação e força motriz da existência.

Aos meus avós por toda ternura e ensinamentos.

Aos meus pais pelo exemplo, apoio incondicional, carinho e amor.

Ao meu irmão, pelas risadas, cumplicidade e companheirismo.

À minha esposa, pelo amor, alegria de estar junto, companheirismo e paciência durante essa árdua jornada.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a todos integrantes do Laboratório de Inclusão e Diversidade (LID), pois este trabalho possui a contribuição de cada um de vocês. Nossos estudos semanais são um rico ambiente de aprendizado e produção.

Agradeço a minha orientadora, Flávia Barbosa da Silva Dutra, pelo empenho, companheirismo e todo apoio prestado na condução deste trabalho. Além de seu brilhantismo e conhecimento, seu compromisso é algo admirável. Contar com uma pessoa que te atenda a qualquer hora, e que realmente se importa com a construção de sua pesquisa é um privilégio. Sou muito grato pela amizade e por tudo que aprendi contigo neste período.

Agradeço também a Felipe Di Blasi, profissional experiente e observador com olhar privilegiado sobre as potencialidades do Jiu-Jitsu na formação cultural e social de seus praticantes. Sua experiência e conhecimento sobre o tema, aliado a criatividade, colaboraram para o desenvolvimento teórico e metodológico desta pesquisa.

Agradeço a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) pelo suporte prestado para publicação e apresentação do artigo referente a esta pesquisa no VI Congresso Paradesportivo Internacional.

Agradeço a Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CECIERJ) por acreditar em nosso curso e oferecê-lo, além de todo apoio técnico.

Finalmente agradeço a todos participantes desta pesquisa e os cursistas que participaram do nosso curso de formação continuada.

"Nada sobre nós, sem nós."

Lema da luta por justiça social das pessoas com deficiência.

RESUMO

MARCHIORI, Gustavo Silva. **Aspectos da inclusão da pessoa com deficiência e o Jiu-Jitsu Brasileiro**: uma proposta de formação continuada. 2021. 116 f. (Mestrado Profissional em Educação, Gestão e Difusão em Biociências) – Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Este trabalho consiste numa pesquisa qualitativa que busca entender aspectos da relação entre o Jiu-Jitsu Brasileiro, a educação e a inclusão da pessoa com deficiência. Para tal foram elaborados dois instrumentos de coleta de dados, sendo um direcionado para praticantes de Jiu-Jitsu Brasileiro com deficiência e outro para professores da modalidade. Aquele destinado aos praticantes com deficiência visou entender o significado e as influências da prática do Jiu-Jitsu em suas vidas. O outro, aplicado aos professores, buscou conhecer supostos anseios acerca da inclusão da pessoa com deficiência em suas aulas. A análise dos dados foi realizada através da técnica de categorização de Bardin. Percebemos que a prática da modalidade influi positivamente sobre a autoconfiança, autorrespeito e autoestima dos praticantes, e ameniza efeitos do estigma e preconceito. Constatamos que os professores se sentem confiantes no ensino da modalidade baseados nos princípios universais que fundamentam a própria arte marcial, porém sentem a necessidade de formação sobre a temática. Com base nesta demanda elaboramos um curso de atualização profissional que busca aprofundar os conhecimentos acerca de aspectos da inclusão da pessoa com deficiência e o Jiu-Jitsu Brasileiro e incentivar a utilização das tecnologias de informação e comunicação no processo de ensino-aprendizagem da modalidade. Através do curso foi possível perceber o interesse dos professores acerca de novas metodologias de ensino e de aspectos relacionados a inclusão da pessoa com deficiência. O caráter interdisciplinar, alinhado com a proposta de construção coletiva do conhecimento e da troca de experiências, proporcionou um rico ambiente de aprendizagem. Os cursistas relataram que o curso contribuiu para que conhecessem melhor a modalidade e para aumentar a segurança em ensinar pessoas com deficiência, preenchendo uma lacuna em suas formações.

Palavras-chave: Inclusão. Educação. Formação continuada. Jiu-Jitsu Brasileiro. Pessoa com deficiência.

ABSTRACT

MARCHIORI, Gustavo Silva. **Aspects of the inclusion of people with disabilities and Brazilian Jiu-Jitsu:** the proposal for a professional update course. 2021. 116 f. (Mestrado Profissional em Educação, Gestão e Difusão em Biociências) – Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

“This is a qualitative research that aims to understand some aspects between the relationship of Brazilian Jiu-Jitsu, education and the inclusion of people with disabilities. For this purpose, two data collection instruments were developed, one of which was directed to Brazilian Jiu-Jitsu practitioners with disabilities and the other one to teachers. The first one intends to understand the meaning and influences of Jiu-Jitsu practice on practitioners with disabilities lives. The other one, applied to teachers, seeks to identify supposed issues about the inclusion of people with disabilities in their classes. Bardin’s categorization technique was used to analyze data. We realize that the practice of the sport positively influences practitioners self-confidence, self-respect and self-esteem, alleviating the effects of stigma and preconception. We found that teachers feel confident in teaching based on the universal principles that underlie the martial art itself, but also claims for more qualification on the subject. Based on this demand, we developed a professional refresher course that seeks to share contents and experiences about aspects of the inclusion of people with disabilities in Brazilian Jiu-Jitsu, while encourage the use of information and communication technologies in the teaching-learning process of the sport. It was possible to perceive the interest of teachers on new teaching methods and aspects related to the inclusion of people with disabilities. The interdisciplinary feature, aligned with the proposal of collective construction of knowledge and the exchange of experiences, provided a rich learning environment. The participants reported that they learned more about the sport and helped to increase their confidence in teaching people with disabilities, filling a gap on their professional qualification.”

Keywords: Inclusion. Education. Continuing education. Brazilian Jiu-Jitsu. People with disabilities.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-----------|--|
| AVA – | Ambiente Virtual de Aprendizagem |
| BJJ – | Jiu-Jitsu Brasileiro |
| CAST – | Center for Applied Special Technology |
| CDP – | Comunidade de prática |
| CDPD – | Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência |
| CECIERJ – | Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro |
| CPB – | Comitê Paralímpico Brasileiro |
| DUA – | Desenho Universal para Aprendizagem |
| FEF – | Faculdade de Educação Física |
| FAPERJ – | Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro |
| ICERI – | International Conference of Education, Research and Innovation |
| LID – | Laboratório de Inclusão e Diversidade |
| MMA – | Mixed Martial Arts |
| MOODLE – | Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment |
| MP-EGeD – | Mestrado Profissional em Educação Gestão e Difusão de Biociências |
| ONU – | Organização das Nações Unidas |
| PcD – | Pessoa com deficiência |
| SECTI – | Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação |
| TCS – | Teoria da Cognição Situada |
| TEA – | Transtorno do Espectro Autista |
| TICs – | Tecnologias da informação e comunicação |
| UnB – | Universidade de Brasília |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| Figura 1 - Gráfico sobre a graduação dos praticantes com deficiência na modalidade..... | 40 |
| Figura 2 - Gráfico sobre o tempo de prática dos praticantes com deficiência na modalidade. | 41 |
| Figura 3 - Gráfico sobre a faixa etária dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro. | 46 |
| Figura 4 - Gráfico sobre a graduação dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro na modalidade. | 47 |
| Figura 5 - Gráfico sobre o nível de escolaridade dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro. | 47 |
| Figura 6 - Gráfico sobre áreas de formação dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro que possuem Nível Superior. | 48 |
| Figura 7 - Gráfico sobre tempo de docência dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro na modalidade. | 48 |
| Figura 8 - Gráfico sobre vivência dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro acerca da prática da modalidade por pessoas com deficiência..... | 52 |
| Figura 9 - Gráfico sobre o sentimento de segurança dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro para ensinar a modalidade para pessoas com deficiência..... | 53 |
| Figura 10 - Gráficos sobre confiança dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro em incluir o aluno com deficiência em suas turmas regulares. | 54 |
| Figura 11 - Gráfico sobre segurança dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro para ensinar pessoas com deficiência visual. | 55 |
| Figura 12 - Gráfico sobre segurança dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro para ensinar pessoas com deficiência física..... | 56 |
| Figura 13 - Gráfico sobre segurança dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro para ensinar pessoas com deficiência auditiva..... | 56 |
| Figura 14 - Gráfico sobre segurança dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro para ensinar pessoas com deficiência intelectual..... | 57 |
| Figura 15 - Gráfico sobre segurança dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro para ensinar pessoas com deficiências múltiplas. | 57 |
| Figura 16 - Gráfico contendo número de professores de Jiu-Jitsu Brasileiro confiantes em ensinar determinadas deficiências. | 58 |
| Figura 17 - Gráfico contendo número de professores de Jiu-Jitsu Brasileiro sem confiança para ensinar determinadas deficiências. | 58 |
| Figura 18 - Gráfico sobre fontes de pesquisa dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro..... | 59 |
| Figura 19 - Página inicial do curso de atualização profissional. | 64 |
| Figura 20 - Figura representando a estrutura básica dos tópicos do curso de atualização profissional. | 65 |
| Figura 21 - Figura exemplo o recurso de Leitura-base do curso de atualização profissional. . | 65 |
| Figura 22 - Gráfico sobre o grau de satisfação dos cursistas (na escala de 1 a 7)..... | 90 |

SUMÁRIO

| | | |
|-------|--|----|
| 1 | APRESENTAÇÃO | 13 |
| 2 | INTRODUÇÃO | 15 |
| 3 | REFERENCIAL TEÓRICO | 18 |
| 3.1 | DA ELIMINAÇÃO À INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA | 18 |
| 3.2 | ESTIGMA, RECONHECIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL | 20 |
| 3.3 | A COMUNIDADE DE PRÁTICA DO JIU-JITSU BRASILEIRO E SEU POTENCIAL DE INCLUSÃO SOCIAL | 26 |
| 3.4 | A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO DO JIU-JITSU BRASILEIRO. | 29 |
| 3.5 | NOVAS FORMAS DE ENSINO DO JIU-JITSU BRASILEIRO | 31 |
| 4 | JUSTIFICATIVA DO ESTUDO | 36 |
| 5 | OBJETIVOS | 37 |
| 5.1 | OBJETIVO GERAL | 37 |
| 5.2 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS | 37 |
| 6 | DESCRIÇÃO METODOLÓGICA | 38 |
| 7 | RESULTADOS E DISCUSSÃO | 40 |
| 7.1 | QUESTIONÁRIO APLICADO PARA PRATICANTES DE JIU-JITSU BRASILEIRO COM DEFICIÊNCIA. | 40 |
| 7.1.1 | O que o Jiu-Jitsu representa em sua vida? | 41 |
| 7.1.2 | Emoções afetos e autoconfiança. | 41 |
| 7.1.3 | Igualdade, acesso e autorrespeito | 42 |
| 7.1.4 | Estima social | 43 |
| 7.1.5 | Adaptações | 44 |
| 7.1.6 | O Jiu-Jitsu Brasileiro como profissão | 45 |
| 7.2 | QUESTIONÁRIO APLICADO PARA PROFESSORES DE JIU-JITSU BRASILEIRO. | 46 |
| 7.2.1 | Sobre a possibilidade de pessoas com deficiência praticarem o Jiu-Jitsu Brasileiro | 49 |
| 7.2.2 | Segurança para ensinar o Jiu-Jitsu Brasileiro para pessoas com deficiência. | 52 |
| 7.2.3 | Grau de confiança para ensinar o Jiu-Jitsu Brasileiro para praticantes com determinadas deficiências. | 55 |

| | | |
|-------|---|-----|
| 7.2.4 | Fontes de pesquisa dos professores..... | 59 |
| 8 | CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 60 |
| 9 | CURSO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL “ASPECTOS DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O JIU-JITSU BRASILEIRO”..... | 63 |
| 9.1 | ESTRUTURA DO CURSO | 63 |
| 9.2 | APRESENTAÇÃO DOS CURSISTAS E DA EQUIPE | 66 |
| 9.3 | HISTÓRIA DO JIU-JITSU..... | 69 |
| 9.4 | ASPECTOS DA INCLUSÃO..... | 72 |
| 9.5 | INTRODUÇÃO AO JIU-JITSU BRASILEIRO DESPORTIVO E PARADESPORTIVO..... | 74 |
| 9.6 | JIU-JITSU BRASILEIRO E EDUCAÇÃO | 76 |
| 9.7 | ATIVIDADE PRÁTICA..... | 77 |
| 9.8 | TICS E EDUCAÇÃO: APRENDENDO ATRAVÉS DAS COMUNIDADES DE PRÁTICA..... | 80 |
| 9.9 | COMUNIDADES DE PRÁTICA VIRTUAIS DO JIU-JITSU BRASILEIRO: A VOZ DOS PRATICANTES COM DEFICIÊNCIA..... | 83 |
| 9.10 | METODOLOGIA DE ENSINO DO JIU-JITSU BRASILEIRO..... | 85 |
| 9.11 | ADEQUAÇÕES TÉCNICAS | 88 |
| 9.12 | AVALIAÇÃO DO CURSO | 90 |
| 10 | CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O PRODUTO..... | 96 |
| | REFERÊNCIAS | 98 |
| | APÊNDICE A - DO ORIENTE AO OCIDENTE: CONHECENDO UM POUCO SOBRE A HISTÓRIA DO JIU-JITSU BRASILEIRO..... | 101 |
| | APÊNDICE B - QUESTIONÁRIO APLICADO À PROFESSORES DE JIU-JITSU BRASILEIRO (FAIXAS MARROM E PRETA)..... | 106 |
| | APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO APLICADO PARA PRATICANTES COM DEFICIÊNCIA | 108 |
| | APÊNDICE D - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO..... | 109 |
| | APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO DE OPINIÃO SOBRE O CURSO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL..... | 112 |
| | APÊNDICE F - GUIA DO CURSO..... | 114 |

1 APRESENTAÇÃO

Acredito que uma breve autobiografia seja necessária para entendermos um pouco das inquietações que levaram ao desenvolvimento deste projeto. Nasci na cidade de Araxá – MG, no ano de 1986. Durante parte da minha infância, fui uma criança insegura e retraída, com uma timidez enorme, principalmente frente aqueles que não eram do meu convívio social diário. Conheci o Jiu-Jitsu Brasileiro (BJJ) quando tinha 10 anos de idade, no Centro Educacional de Jiu-Jitsu, comandado pelo mestre Juarez Patrício, precursor do Jiu-Jitsu Brasileiro no triângulo mineiro.

Posso dizer, com convicção, que o Jiu-Jitsu teve um papel em minha formação maior que o da escola tradicional. Não entrarei em méritos “clichês” de que a arte marcial me disciplinou ou que sigo algum código de “honra samurai”. Pelo contrário, sou indisciplinado e questionador, muitas vezes controverso e incorreto. O que de fato o Jiu-Jitsu me ensinou foi encarar as dificuldades, saber agir sobre pressão, respeitar o outro e exigir o mesmo respeito, ter empatia, conviver, saber perder, saber ganhar. Através do autoconhecimento, minha autoestima melhorou consideravelmente. A timidez e o sentimento de inferioridade que me afligiam foram substituídos por uma nova postura frente aos desafios cotidianos. Através da luta pude simular todas agressões simbólicas inerentes ao convívio social, e sobreviver a elas. Afinal, se você está sendo estrangulado, sofrendo uma tentativa de homicídio dentro de um jogo, e ainda assim consegue manter a calma e agir, o que mais irá te afligir?

Aos 18 anos ingressei na Universidade de Brasília (UnB), no curso de Educação Física. Lá treinei com o mestre Deoclécio e o professor Glauco Falcão no projeto de extensão universitária e participei da primeira turma da disciplina Metodologia do Jiu-Jitsu, sendo monitor no ano seguinte. Esta experiência de treinar com outros mestres, e o estudo do Jiu-Jitsu além do Dojo¹, no meio acadêmico, me trouxe uma visão diferente da modalidade. Pude enxergar além dos rituais² fechados da maioria das academias na época, pensando a diversidade e o potencial criativo como algo belo e importante na arte marcial.

¹ Dojo origina-se de um termo budista que significa “lugar para iluminação”. Como um monastério, é um lugar sagrado onde as pessoas vão a procura da autoperfeição (KANO, 1994). O Dojo é o local onde os praticantes se reúnem rotineiramente para praticar a modalidade, onde se estreitam laços, se aprende a viver e conviver, sendo comum os praticantes se referirem aos seus companheiros como “família”. O Dojo é um espaço universal acessível a todos aqueles que queiram participar.

² Utilizaremos o significado de ritual proposto por Tambiah (1995) como um sistema cultural de comunicação simbólica constituído de sequências ordenadas e padronizadas de palavras e atos, em geral expressos por múltiplos meios, com conteúdo e arranjo caracterizados por graus variados de formalidade, estereotipia, condensação e redundância.

Nos anos finais do curso de Educação Física, comecei a ensinar Jiu-Jitsu nas Oficinas Esportivas Infantis da FEF/UnB. As oficinas tinham a proposta de socialização e educação através do esporte, extrapolando a iniciação desportiva e aprendizagem motora. Estava encarregado de duas turmas mistas, com a faixa etária de 07 a 14 anos. Em uma delas havia um praticante com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Como não tinha experiência para trabalhar com este público, e tampouco participado de alguma disciplina sobre temáticas inclusivas na Universidade, resolvi buscar na literatura algo relacionado a inclusão de pessoas com TEA no Jiu-Jitsu Brasileiro. Na época, não encontrei nada. De forma empírica consegui trabalhar com o praticante durante as aulas, porém uma inquietação permaneceu, e esta inquietação é o motivo para a realização deste projeto. O ingresso no Mestrado Profissional em Educação, Gestão e Difusão de Biociências (MP-EGeD) foi a oportunidade perfeita para debuchar sobre esta temática e tentar de alguma forma intervir positivamente, na busca da resolução desta inquietação.

No percurso de elaboração desta pesquisa e de seu produto no Laboratório de Inclusão e Diversidade (LID), publicamos um artigo na Revista Brasileira de Medicina do Esporte, “Anais do VI Congresso Paradesportivo Internacional - Comitê Paralímpico Brasileiro” intitulado “O Jiu-Jitsu Brasileiro como prática educativa e de inclusão social. A percepção de professores sobre a inclusão da pessoa com deficiência na modalidade”. Também obtivemos aprovação de um artigo para o *International Conference of Education, Research and Innovation (ICERI)* de 2019, com o trabalho intitulado “Brazilian Jiu-Jitsu as an inclusive educational practice. Using a virtual learning environment for teacher training and People with Disabilities inclusion”, que aborda alguns desdobramentos da construção do produto desta pesquisa. No entanto, em tempos críticos para o financiamento de pesquisas no Brasil, não foi possível prosseguirmos com a publicação.

2 INTRODUÇÃO

O esporte para pessoas com deficiência (PcD) vem crescendo mundialmente nas últimas décadas. No Brasil esta evolução se iniciou de maneira tardia se comparado aos Estados Unidos e alguns países Europeus. Segundo Bergossi; Mazo (2016), a Legislação Brasileira começa a tratar da inclusão da pessoa com deficiência de forma mais efetiva a partir da década de 1980, impulsionada pela comemoração do Ano Internacional da Pessoa Deficiente³. Já em 1996, foi criado o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), iniciando a trajetória do esporte paralímpico nacional, sendo um marco no esporte para a pessoa com deficiência. Eventos paralímpicos atuais chamaram a atenção da mídia e impulsionaram a adesão da pessoa com deficiência ao esporte no país.

O Jiu-Jitsu⁴ se desenvolveu no Japão durante o Shogunato, como arte marcial utilizada pelos Samurais. Na era Meji, com a abertura dos portos japoneses, a arte marcial passou por um processo de “desportivização”. Segundo Elias; Dunning (1992) a desportivização configura um avanço no processo civilizatório:

A emergência do desporto como uma forma de confronto físico de tipo relativamente não violento encontrava-se, no essencial, relacionada com um raro desenvolvimento da sociedade considerada sob a perspectiva global: os ciclos de violência abrandaram e os conflitos de interesse e de confiança eram resolvidos de um modo que permitia aos dois principais contendores pelo poder governamental solucionarem as suas diferenças por intermédio de processos inteiramente não violentos, e segundo regras concertadas que ambas as partes respeitavam. (ELIAS; DUNNING, 1992, p. 49)

Advindas deste processo, surgiram várias escolas, dentre elas a Kodokan liderada por Jigoro Kano. Cada escola desenvolvia seu estilo próprio de Jiu-Jitsu, Jigoro Kano criou o seu, conhecido atualmente como Judo (KANO, 1994). Kano (1994) aponta que “o Judô pode ser resumido como a elevação de uma simples técnica a um princípio de viver” e define três princípios fundamentais da modalidade: a suavidade (JU); a máxima eficiência com o mínimo de esforço (SEIRYOKU-ZEN-YO) e o bem-estar e benefícios mútuos (JITA-KYOEI).

O Jiu-Jitsu chegou ao Brasil a bordo do navio Benjamin Constant da Marinha Brasileira. No fim da primeira década do século XX, o japonês Sada Miyako, representante da academia Kodokan, foi contratado pela Marinha brasileira com a função de ensinar as técnicas do Jiu-Jitsu para os oficiais de elite (CAIRUS, 2011; LISE, CAPRARO; 2018). O Jiu-Jitsu no Brasil

³ O termo utilizado atualmente é pessoa com deficiência.

⁴ Neste trabalho ao citarmos os termos “Jiu-Jitsu” ou “Jujutsu” estamos mencionando a arte marcial desenvolvida no Japão, enquanto ao usarmos o termo “Jiu-Jitsu Brasileiro” relacionamos aquele desenvolvido no Brasil.

como manifestação da Cultura de Movimento distanciou-se, tanto tecnicamente como filosoficamente, daquele praticado por Jigoro Kano e outras escolas Japonesas. Em outro território e época, seus praticantes transformaram a arte dando-lhe parte de suas identidades, e permeando-lhe com outros símbolos e significados, nascendo o Jiu-Jitsu Brasileiro (BJJ)⁵.

Segundo Rodrigues et. al (2018) o Jiu-Jitsu como arte marcial é carregado de valores, baseado no código de ética Samurai, o *Bushido*⁶. Tais valores éticos implicam na prática do Jiu-Jitsu, em seus rituais e na formação pessoal dos praticantes. Para Rufino; Darido (2009), no Brasil a arte se desenvolveu misturando aspectos da cultura oriental oriundos do *Bushido*, como a seriedade, respeito e dedicação, com a criatividade, adaptabilidade e versatilidade presentes na cultura brasileira do “malandro”.

Pode se dizer que o Jiu-Jitsu atraiu a atenção do público brasileiro da época pelos desafios intermodalidades, que mais tarde dariam origem ao MMA (*Mixed Martial Arts*), onde os lutadores derrotavam seus adversários utilizando-se de golpes com alavancas e estrangulamentos⁷. A técnica prevalecia sobre a força bruta, confirmando o discurso ideológico da arte marcial de “máxima eficiência com o mínimo de esforço do corpo e espírito” propostos por Kano (1994). Assim sendo, presume-se que o aluno com deficiência poderia desenvolver seu Jiu-Jitsu e praticá-lo com eficiência. É válido destacar que atualmente existem federações que realizam competições de Jiu-Jitsu para pessoas com deficiência.

Como é praticado em grupos, o BJJ constitui uma comunidade de prática (CDP). De acordo com Wenger (2012), uma comunidade de prática pode ser vista como um sistema de aprendizagem social, exibindo características como estrutura emergente, relacionamentos complexos, auto-organização e limites dinâmicos de negociação contínua de identidade e significado cultural.

As comunidades de prática possuem três características marcantes. A primeira delas é que a comunidade de prática é um domínio, não é uma mera reunião de pessoas ou clube, mas uma identidade definida pelos interesses compartilhados, sendo criadas e sustentadas por pessoas engajadas no processo de aprendizado coletivo e compartilhado. A segunda característica diz respeito à noção de comunidade, onde os participantes se envolvem em

⁵ Mais informações sobre o desenvolvimento do Jiu-Jitsu no Japão e sua introdução no Brasil estão disponíveis no Apêndice A

⁶ Segundo Coelho et. al. (2016. P. 87): “Bushi = Guerreiro; Do = Caminho. O termo define a conduta do guerreiro em termos éticos e sociais”. Este código de conduta é composto de 7 princípios fundamentais: Justiça (Gi); Coragem (Yuu); Compaixão (Jin); Respeito (Rei); Honestidade (Makoto); Honra (Meiyo) e Lealdade (Chuu).

⁷ Muitas lutas terminavam sem a utilização de golpes traumáticos como socos e chutes. Podemos observar também na história destes confrontos lutadores franzinos e com porte físico menos avantajado vencerem oponentes bem mais fortes utilizando as técnicas oriundas do Jiu-Jitsu.

atividades coletivas e discussões, ajudando-se e trocando informações, permitindo que aprendam uns com os outros. A terceira é ligada à prática, visto que os membros são praticantes que desenvolvem e compartilham um repertório de recursos, incluindo experiências, histórias, ferramentas e técnicas relacionadas a problemas recorrentes (SPENCER, 2014).

A comunidade de prática do BJJ existe tanto na esfera real, nas academias e escolas, como na esfera virtual. Podemos encontrar vários canais no *Youtube* e outras redes sociais destinados aos praticantes da arte marcial, onde são trocadas experiências e informações. Os praticantes não constroem sua identidade no BJJ somente na academia, mas também online, compartilhando e discutindo técnicas e filosofias (SPENCER, 2014).

Ao realizarmos uma busca em redes sociais, encontraremos vários perfis de praticantes de Jiu-Jitsu Brasileiro com deficiência, porém pouco conteúdo produzido por eles e para eles. O estímulo para que este público produza conteúdo, além de “dar voz” e fortalecer a CDP, auxiliaria professores ao ensinar a modalidade para outras pessoas com deficiência, visto que haveria maior material para pesquisa.

Baseado no exposto acima, esta pesquisa busca entender melhor alguns aspectos da relação entre o Jiu-Jitsu Brasileiro, a educação e a inclusão da pessoa com deficiência. Para tal foram elaborados dois instrumentos de coleta de dados, sendo um deles direcionado para praticantes de BJJ com deficiência e outro para professores da modalidade. Aquele destinado às PcD visa entender o significado e as influências da prática do BJJ em sua vida. O outro, aplicado aos professores, busca conhecer supostos anseios acerca da inclusão da pessoa com deficiência em suas aulas.

As inquietações que originaram esta pesquisa, assim como seus resultados, serviram como base para a elaboração de um curso de formação continuada em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) chamado “Aspectos da inclusão da Pessoa com deficiência e o Jiu-Jitsu Brasileiro”. O curso foi desenvolvido na plataforma *MOODLE* (versão 3.7.7) e oferecido pela Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – Fundação Cecierj, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação – SECTI, no primeiro período letivo de 2020, integrando a área de Prática Docente, com 30h de duração.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 DA ELIMINAÇÃO À INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Inicialmente, é necessário debruçarmos sobre o processo de inclusão da PcD, com intuito de compreendermos melhor algumas questões relativas à sua inclusão no BJJ. É necessário atentarmos ao processo histórico até o início do movimento de inclusão da PcD, tentando enxergar sob a trama de relações econômicas e socioculturais o lugar e a representatividade da PcD aos olhares dos seus pares sociais. Segundo Barboza; Almeida Junior (2017, p. 24), “o entendimento da deficiência adotou através dos séculos, pelo menos, três modelos distintos”, dentre eles o modelo moral, modelo da prescindibilidade e o modelo médico/reabilitador.

Nos primórdios da civilização humana, quando as tribos nômades necessitavam se deslocar à procura de condições favoráveis para sobrevivência as PcD eram eliminadas ou abandonadas por não conseguirem sobreviver às ameaças do ambiente ou acompanhar sua comunidade. Tempos depois, após o domínio das técnicas agrícolas e o assentamento das comunidades em locais fixos, a religião, os costumes e a cultura dos diferentes povos influenciavam para a segregação da PcD. Na Grécia Antiga, onde a estética e os corpos atléticos eram cultuados pela sociedade, as pessoas com deficiência eram abandonadas por suas famílias ou eliminadas. Já na Palestina o pecado era tido como causa das deficiências, sendo a pessoa igualmente excluída (PEREIRA, 2009).

Ainda segundo Pereira (2009), na Idade Média as explicações místicas e religiosas traziam uma imagem negativa e pecaminosa da PcD. Porém as cruzadas e guerras religiosas mutilaram muitos soldados, o que pode ter levado a Igreja a aceitar que uma deficiência e a alma pudessem coexistir no mesmo indivíduo. Pereira (2009) pontua que, apesar de discriminadas, algumas PcD recebiam favorecimento e tratamento especial, dependendo do seu local de origem e de sua deficiência, baseados em crenças, questões místicas ou relacionados a alguma funcionalidade específica no contexto social. Além dos heróis de guerra, os cegos eram acolhidos de forma diferenciada em algumas sociedades, possuindo funções relevantes como memorizadores e propagadores religiosos.

Neste período supracitado, predominavam os modelos da “moral” e da “prescindibilidade”, que segundo Barboza; Almeida Junior (2017, p. 24) “[...] caracteriza por uma justificação religiosa da deficiência e pela percepção de que a pessoa com deficiência nada

tem a contribuir para a comunidade, é um indivíduo improdutivo, verdadeira carga a ser arrastada pela família ou pela sociedade”.

Posteriormente, com a expansão comercial a imagem da PcD se vincula cada vez mais ao sistema econômico e sua capacidade produtiva. Com os avanços da ciência e sua relativa sobreposição à religião como norteadora ideológica e cultural da sociedade, outro olhar foi lançado à PcD. O paradigma cartesiano e mecanicista, que compara o corpo humano a uma máquina, colaborou para o surgimento do conceito de “normalidade” (PEREIRA, 2009). O corpo da PcD neste caso é considerado anormal, disfuncional. A medicina busca formas de classificá-lo, “consertá-lo”. Segundo Glat; Blanco (2013, p.19) “a educação especial se constituiu originalmente a partir de um modelo médico ou clínico”. A Educação para PcD possuía um viés terapêutico, voltado para inserção desses indivíduos à sociedade e para autonomia na vida diária.

Esse modelo, denominado “modelo reabilitador”, tem como características principais a substituição da divindade pela ciência e a admissão da possibilidade de algum aporte para a sociedade por parte da pessoa com deficiência, na medida em que sejam “reabilitadas” ou “normalizadas”. A pessoa com deficiência poderia tornar-se “rentável” socialmente desde que conseguisse assemelhar-se às demais pessoas válidas e capazes, o máximo possível. As deficiências, à luz da ciência, decorrem de causas naturais e biológicas e são situações modificáveis, havendo possibilidade de melhoramento da qualidade de vida das pessoas afetadas. (BARBOZA, ALMEIDA JUNIOR; 2017. p.25).

Percebemos que a PcD ainda permaneceu segregada e relegada à caridade e à filantropia. No sentido contrário a aceitação das diferenças, espera-se encontrar uma forma de normalizar esse indivíduo de corporeidade “desviante”. A sociedade espera que a PcD se adeque a ela, que transforme sua existência para ser produtora. Se por um lado os avanços na medicina melhoraram a qualidade e expectativa de vida da PcD, por outro lado o foco se voltava para a deficiência da pessoa, subestimando suas aptidões. Neste cenário, a discriminação da pessoa com deficiência se mantinha enquanto o ambiente social permanecia inerte e imutável. O problema não é encarado como sendo da sociedade, mas sim da pessoa com deficiência (BARBOZA, ALMEIDA JUNIOR; 2017).

Segundo Palacios (2008) durante maior parte do século XX, nas sociedades ocidentais, a anormalidade e deficiência do indivíduo implicavam em dependência da família e da assistência social em instituições especializadas. A deficiência era considerada uma tragédia para família e um problema para o resto da sociedade. No entanto, no final dos anos 60, principalmente na Europa e nos Estados Unidos, um número crescente de PcD começou a se mobilizar para condenar este estigma de “cidadãos de segunda classe”, alertando sobre o impacto das barreiras sociais e ambientais, as atitudes discriminatórias e estereótipos culturais

negativos que descapacitavam as pessoas com deficiência. A “desmedicalização”, “desinstitucionalização” e o direito de ser e decidir sobre os rumos de sua própria vida caracterizaram o “movimento de vida independente”. A luta por reconhecimento e o ativismo político das pessoas com deficiência abriram caminho para uma nova era nas áreas de direitos civis e da legislação discriminatória.

O paradigma da inclusão ganha força durante a década de 90, inicialmente com a Declaração de Salamanca, adotada em 1994, que apresenta os procedimentos padrões das Nação Unidas em relação a equalização de oportunidades para pessoas com deficiência. Segundo Barboza; Almeida Junior (2017) um marco importante para o desenvolvimento de um modelo social e de inclusão da PcD foi a adoção da Assembleia Geral da ONU, em 13 de dezembro de 2006, da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD). Destaca-se nesta convecção: a ampla participação de PcD; o propósito de proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos direitos humanos e fundamentais por todas as PcD; promover o respeito por sua dignidade, além de promover o modelo social que altera o tratamento legislativo da matéria. Desta forma, através de políticas afirmativas buscou-se a transição de um processo de integração para inclusão da pessoa com deficiência.

3.2 ESTIGMA, RECONHECIMENTO E JUSTIÇA SOCIAL

As políticas afirmativas voltadas para a inclusão da pessoa com deficiência têm como objetivo a busca por justiça social. Porém, segundo Fraser (2006) a justiça social é *bidimensional*. Uma das dimensões possui caráter econômico e a outra cultural ou simbólico. Ainda conforme a autora, o remédio para injustiça econômica seria a *redistribuição*, e para a injustiça cultural o *reconhecimento*.

A injustiça econômica está relacionada às privações resultantes de um passado exploratório e de dominação do homem sobre o homem. Segundo Fraser (2006, p.232) seus exemplos incluem:

[...] a exploração (ser expropriado do fruto do próprio trabalho em benefício de outros); a marginalização econômica (ser obrigado a um trabalho indesejável e mal pago, como também não ter acesso a trabalho remunerado); e a privação (não ter acesso a um padrão de vida material adequado).

A injustiça cultural ou simbólica recorre na dominação cultural, de representação, produção e interpretação simbólica na sociedade. Fraser (2006, p.232) exemplifica da seguinte forma:

Seus exemplos incluem a dominação cultural (ser submetido a padrões de interpretação e comunicação associados a outra cultura, alheios e/ou hostis à sua própria); o ocultamento (tornar-se invisível por efeito das práticas comunicativas, interpretativas e representacionais autorizadas da própria cultura); e o desrespeito (ser difamado ou desqualificado rotineiramente nas representações culturais públicas estereotipadas e/ou nas interações da vida cotidiana).

As duas classificações de injustiça se entrelaçam e permeiam-se no real. É comum grupos sociais submeterem-se a estes dois tipos de injustiça simultaneamente (coletividades bivalentes), necessitando tanto remédios redistributivos como de reconhecimento em busca de justiça social. Daí pode decorrer o seguinte dilema: Na redistribuição, geralmente busca-se uma desdiferenciação do grupo (exemplo igualdade salarial entre gêneros) enquanto na luta por reconhecimento tende-se a fortalecer as especificidades para afirmar seu valor (FRASER, 2006).

Podemos considerar as PcD como uma coletividade bivalente. Como exposto anteriormente, vemos uma injustiça histórica que transita da eliminação à segregação. A problemática do acesso à educação e qualificação profissional acarreta numa dificuldade de ingresso no mercado de trabalho. No Brasil, algumas ações afirmativas de caráter redistributivo tentam diminuir esta injustiça. Alguns exemplos de ações afirmativas são a Lei nº 13.146, de 6 de Julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência; a Lei Nº 13.409, de 28 de Dezembro de 2016, que dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnico de nível médio e superior das instituições federais de ensino; o Decreto Nº 9.034, de 20 de Abril de 2017, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e o Decreto nº 9.508, de Setembro de 2018, que reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta. Visto que este trabalho investigará as relações decorrentes da prática do BJJ pelas PcD, não adentraremos na seara da injustiça econômica e das ações afirmativas e redistributivas, pois destoam do objetivo deste estudo. Logo, consideramos como foco a injustiça cultural e a luta pelo reconhecimento.

O ponto de partida para uma teoria social do reconhecimento é a premissa básica de que a vida social é ditada pelo imperativo do reconhecimento mútuo. Pois, só é possível conceber-se e compreender-se como indivíduo a partir da perspectiva criada pela interação com os outros indivíduos. Segundo Honneth (2003) o reconhecimento recíproco só pode existir como a apresentação de uma totalidade singular de consciência em outra totalidade de consciência.

As contribuições teóricas do “interacionismo simbólico” de George Herbert Mead (1863 – 1931) e as intuições da teoria da intersubjetividade elaboradas por Georg Wilhelm Friedrich

Hegel (1770-1831) em sua juventude desembocariam na distinção de três formas de reconhecimento recíproco (ALBORNOZ, 2011). Partindo da formulação destas três esferas, Honneth (2003) busca uma formulação complementar e pensa as três dimensões do reconhecimento como algo que se diferencia à medida em que se realiza na rede dos afetos, na dos direitos e da solidariedade conforme descrito no Quadro 1.

Quadro 1 - Estrutura das relações sociais de reconhecimento segundo Honneth (2003).

| Estrutura das relações sociais de reconhecimento | | | |
|---|------------------------------------|---------------------------------|---------------------------------------|
| Modos de reconhecimento | Dedicação Emotiva | Respeito cognitivo | Estima Social |
| Dimensões da personalidade | Natureza carencial e afetiva | Imputabilidade moral | Capacidades e propriedades |
| Formas de Reconhecimento | Relações primárias (amor, amizade) | Relações jurídicas (direitos) | Comunidade de valores (solidariedade) |
| Potencial evolutivo | | Generalização, materialização | Individualização, igualização |
| Autorrelação prática | Autoconfiança | Autorrespeito | Autoestima |
| Formas de desrespeito | Maus tratos e violação | Privação de direitos e exclusão | Degradação e ofensa |
| Componentes ameaçados da personalidade | Integridade física | Integridade social | "Honra", dignidade |

Fonte: Honneth (2003)

Na esfera dos afetos se tece o reconhecimento entre as pessoas próximas, nas relações primárias. O relacionamento de interdependência simbiótica entre o bebê e a mãe, além de ser o primeiro contato do indivíduo com outro, é o início da aventura infantil do pré-reconhecimento em que se constrói, ao mesmo tempo, o amor de si mesmo e a autoconfiança, possibilitados pela experiência do amor do outro. Nos primeiros meses de vida, o bebê tem todas suas carências afetivas e fisiológicas atendidas pela mãe e entes mais próximos. Nesta fase simbiótica, ele ainda não tem condições de diferenciar cognitivamente ele mesmo, o ambiente e o outro. Conforme a mãe volta à sua rotina, o sentimento de onipotência do bebê aos poucos é quebrado, ele percebe que o ambiente e o outro não existem ao seu dispor, para sanar suas carências e necessidades. Deste processo de desilusão, inicia-se o reconhecimento do outro como um ser de direito. Através do envolvimento afetivo oriundo dos relacionamentos de amizade e amor, o indivíduo adquire a segurança para se estar só, sabendo que existem pessoas que se importam e estarão disponíveis quando precisar (HONNETH, 2003).

Ainda segundo Honneth (2003) o reconhecimento na esfera dos direitos se dá de modo diferente da esfera afetiva em muitos aspectos. Somente podemos nos enxergar como indivíduos com direitos, a partir de momento que somos conscientes do nosso dever face aos direitos do outro. Nesta esfera podemos perceber dois tipos diferentes de respeito jurídico e

reconhecimento dos direitos. Aquele “generalizado” que assume todos seres humanos serem dignos de direitos, e outro relacionado com o status social do sujeito. Nesta zona de interpretação subjetiva do status e estima, e na busca por direitos políticos de participação está situada a luta por reconhecimento nesta esfera.

Além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico supracitados, os sujeitos carecem de uma estima social que lhes permita a reflexão positiva de suas propriedades e capacidades concretas. Nas sociedades pré-modernas, articuladas em estamentos, a estima social do indivíduo era designada pela “honra” ou “origem”, relacionada ao assentamento social obtido por nascimento. Com as mudanças estruturais nas sociedades modernas, as categorias “honra” e “origem” deram lugar a “reputação” ou “prestígio” social, que se referem ao resultado da participação individual na sociedade (HONNETH, 2003).

Podemos perceber que “a integridade do ser humano se deve de maneira subterrânea a padrões de reconhecimento e assentimento” (HONNETH, 2003, p. 213) e que através dos efeitos positivos do reconhecimento, o indivíduo adquire de maneira intersubjetiva uma compreensão positiva de si mesmo, baseada na autoconfiança, autoestima e autorrespeito. Do mesmo modo, podem ocorrer formas de violência que abalem estas relações positivas, baseadas no desrespeito, sendo classificadas como: maus tratos e violação; privação de direitos e exclusão; degradação e ofensa.

Os maus tratos e a violação são formas “em que são tiradas violentamente de um ser humano todas as possibilidades da livre disposição sobre seu corpo, representam a espécie mais elementar de rebaixamento pessoal” (HONNETH, 2003, p. 215). Ainda segundo o autor, o que se subtrai do sujeito neste tipo de desrespeito em termos de reconhecimento é o respeito natural pela disposição autônoma do próprio corpo, que foi adquirido primeiramente na socialização via dedicação emotiva. Desta forma, é degradada a confiança em si mesmo.

Na esfera dos afetos e das relações primárias, essa concepção de fragilidade da PcD assumida por parte dos entes mais próximos pode, de certa forma, interferir no processo de conquista da autoconfiança, uma vez que uma relação de superproteção parental retardaria ou anularia a fase da separação simbiótica. Em outro extremo, a rejeição parental da PcD também afetaria essa autoconfiança, com a negação do amor e suprimento das carências afetivas.

A segunda forma de desrespeito refere-se aqueles infligidos a um sujeito pelo fato de ele permanecer estruturalmente excluído da posse de determinados direitos no interior de uma sociedade. Esta afronta a imputabilidade moral do indivíduo, que foi adquirida com o desenvolvimento das relações jurídicas, acarreta perda do autorrespeito, da capacidade de se

referir a si mesmo como parceiro em pé de igualdade na interação com os outros (HONNETH, 2003).

O impedimento do direito de ir e vir, de comunicar-se, de ter acesso à educação e emprego, de opções de lazer e prática desportiva são exemplos de desrespeito relacionados a esfera jurídica. Quando a sociedade impõe barreiras de acesso aos serviços básicos e ao convívio social pleno da PcD, seja por falhas estruturais físicas ou preconceitos, lesa-se o autorrespeito.

A degradação e ofensa se refere a depreciação de modos de vida, individuais ou coletivos. Quando uma reorganização da hierarquia social de valores da sociedade “degradam algumas formas de vida ou modos de crença, considerando-as de menor valor ou deficientes, ela tira dos sujeitos atingidos toda a possibilidade de atribuir um valor social as suas próprias capacidades” (HONNETH, 2003, p. 217). Assim, a autoestima do indivíduo é lesada.

A partir do momento em que se enxerga a PcD apenas pela ótica de suas limitações, nega-se suas potencialidades e qualidades. Este olhar preconceituoso desmerece e ostenta somente o que a pessoa não é capaz de fazer ao invés de vislumbrar o que ela de fato é capaz. Segundo Silva (2006) quando reconhecemos alguém pelo estigma ou rótulo, o relacionamento passa a ser com este rótulo e não com a pessoa. Deste modo idealiza-se a vida particular da pessoa com deficiência, relacionando todas suas ações, positivas ou negativas, com sua deficiência. Muitas vezes, como estratégia de defesa e autopreservação a PcD aceita e defende esses apontamentos que negam suas possibilidades de escolha e atuação, reforçando o assistencialismo que tem sua limitação como princípio norteador. Neste caso presenciamos formas de desrespeito que afetam a autoestima do indivíduo.

Para Fraser (2007, p. 114) o “não reconhecimento é uma questão de impedimentos, externamente manifestados e publicamente verificáveis, a que certos indivíduos sejam membros integrais da sociedade”. Ainda segundo a autora, para uma paridade participativa, necessária para a justiça social, é necessário que os padrões socialmente institucionalizados de valorização cultural sejam igualitários a todos, e permitam oportunidades iguais de alcance de estima social.

No caso da PcD, um obstáculo para o reconhecimento é o preconceito. Segundo Silva (2006, p. 425) “O preconceito materializa um possível efeito do encontro entre pessoas, quando são acionados mecanismos de defesa diante de algo que deve ser combatido como uma ameaça”. Tal ameaça neste caso seria a própria deficiência. Em uma sociedade que valoriza corpos com padrões estéticos musculosos, relacionados a um suposto estilo de vida “saudável”,

o corpo marcado pela deficiência, remete a imperfeição e a fragilidade que se quer negar. Podemos inferir que muitas vezes a PcD carrega consigo um estigma.

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada; especialmente em lugares públicos [...] Atualmente, o termo é amplamente usado de maneira um tanto semelhante ao sentido literal original, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal. Além disso, houve alterações nos tipos de desgraças que causam preocupação. (GOFFMAN, 1981, p.5)

Segundo Goffman (1981, p. 5), “a sociedade estabelece os meios de categorizar as pessoas e o total de atributos considerados comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias”. Estabelece-se demandas e expectativas sobre aquilo que se espera que um indivíduo deva ser, e o seu lugar dentro da sociedade, conceituado pelo autor como “identidade social virtual”, e há aqueles atributos que o indivíduo de fato possui, aquilo que ele de fato é, que entrega ao ambiente social, a sua “identidade social real”. A discrepância entre a identidade social virtual e real tende a deteriorar a identidade social do indivíduo, segundo Goffman (1981, p. 20) “ela tem como efeito afastar o indivíduo da sociedade e de si mesmo de tal modo que ele acaba por ser uma pessoa desacreditada frente a um mundo não receptivo”.

Um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor a atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto. Nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão serão por mim chamados de normais. (GOFFMAN, 1981, p.7)

Segundo o autor, a relação entre o indivíduo estigmatizado e os outros pode não ser harmoniosa, chegando haver certo embaraço no contato social direto. Em um primeiro contato direto a pessoa que não possui certo estigma pode sentir-se desconfortável por não saber como agir diante do estigmatizado, assim como o detentor da marca pode se sentir julgado ou tratado de forma diferente que os demais. Tal desconforto tende a desaparecer quando há maior intimidade entre os indivíduos.

Outra questão apontada por Goffman é que o estigmatizado pode querer ocultar a razão de seu estigma levando ao isolamento ou ao convívio restrito entre os que possuem estigma semelhante. Em outras situações a pessoa pode querer a qualquer custo “corrigir” ou “consertar” seu estigma, submetendo-se a tratamentos e intervenções arriscadas.

Percebemos que a distorção da identidade social virtual que inferioriza uma pessoa com deficiência, acontece através de um preconceito e de uma idealização de sua vida. Goffman

(1981) aponta que esse indivíduo estigmatizado muitas vezes se identifica com essa visão que o inferioriza, e tende a acreditar que realmente seja inferior aos seus pares sociais. Ainda segundo o autor:

O indivíduo estigmatizado pode, também, tentar corrigir a sua condição de maneira indireta, dedicando um grande esforço individual ao domínio de áreas de atividade consideradas, geralmente, como fechadas, por motivos físicos e circunstanciais, a pessoas com o seu defeito. (GOFFMAN, 1981, p. 12)

Algumas PcD que nunca tiveram contato com o BJJ podem considerá-lo uma prática fechada e restrita por ser uma arte marcial, desenvolvida para o combate e a guerra. No entanto, com maior contato com a modalidade, se percebe justamente que é uma prática adequada e com potencial inclusivo.

Podemos considerar neste caso a prática do BJJ, de acordo com a teoria do autor, como um desidentificador. Para Goffman (1981) a informação social é aquela que passamos para o meio social sobre nossas características “mais ou menos permanentes” e se dá através de “símbolos”. Há os “símbolos de prestígio” que se referem aquelas características que garantem uma posição social privilegiada, e em oposição a estes há os “símbolos de estigma”. Os desidentificadores são uma terceira categoria que tende a quebrar uma imagem deteriorada, de forma real ou ilusória, e consolidar uma nova visão do indivíduo, desvinculando-o de sua imagem virtual.

Percebemos que o preconceito arraigado e consolidado historicamente pelos modos de relacionamento da sociedade com a deficiência (modelo moral, da prescindibilidade, reabilitador e da integração) afetam diretamente a autorelação prática de autoconfiança, autorrespeito e autoestima da PcD. Uma das maneiras para combater o preconceito é tornar possível a identificação entre os indivíduos. Segundo Silva (2006) “A identificação só é possível por meio da convivência, na medida em que enfatiza o que não é igual e, ao mesmo tempo, ressalta a ideia de ser igual na diferença, desafiando os receios do estranhamento e do medo”. Portanto, inferimos que as comunidades de prática, por sua característica primordial de unir pessoas com um mesmo objetivo, seja facilitadora e meio de convivência.

3.3 A COMUNIDADE DE PRÁTICA DO JIU-JITSU BRASILEIRO E SEU POTENCIAL DE INCLUSÃO SOCIAL.

Faz-se necessário elucidar alguns conceitos etiológicos, tais quais os termos “arte marcial”, “lutas” e “modalidades esportivas de combate”. A palavra “arte” vem do latim “ars”

e significa técnica, capacidade de fazer alguma coisa e “marcial” vêm de “martiale” referente à guerra ou militares. Segundo Paiva (2015, p.26) artes marciais são:

Atividades de combate fortemente relacionadas ao regionalismo, no qual o objetivo de defesa de uma comunidade pode ser implícito ou explícito. Influenciadas por aspectos culturais/étnicos são práticas que podem atuar nas esferas: física, espiritual e social.

Já luta vem do latim “lucta” que significa pugna, esforço. Paiva (2015, p.25) conceitua da seguinte forma:

Jogos regidos pela lógica da oposição entre duas ou mais pessoas (agon), no qual, embora o objetivo seja variável, possui como características específicas o ataque a qualquer momento, ataque e defesa de alvos intrínsecos aos indivíduos (fusão ataque/defesa) e a possibilidade de ataque simultâneo ou mútuo.

As modalidades esportivas de combate são formas “desportivizadas” das lutas e artes marciais, cujo objetivo principal é simular em parte os combates corpo a corpo “verdadeiros” (PAIVA, 2015). Geralmente, possuem regras pré-estabelecidas, sistemas de pontuação além de campeonatos, torneios e federações que regulamentam sua prática. O Jiu-jitsu Brasileiro pode ser enquadrado dentro das três terminologias, e se optássemos a utilizar apenas uma delas, correríamos o risco de limitar o seu entendimento.

Contudo, neste trabalho trataremos o Jiu-Jitsu Brasileiro como uma comunidade de prática com potencial de inclusão social. Veremos adiante que este fato será sustentado pelo discurso dos praticantes de BJJ com deficiência. Além dos benefícios à saúde e conhecimentos técnicos da modalidade, é evidente que valores éticos e morais são incentivados transversalmente na prática do BJJ. Nos Emirados Árabes Unidos (EAU) o BJJ está incluído nas escolas como uma disciplina, já no Brasil seus conceitos podem aparecer dentro do conteúdo de “lutas”, na disciplina de Educação Física. Independente disto, podemos inclui-lo na classificação de “educação não formal”, visto que é ensinado em diversas academias de lutas e projetos sociais.

Segundo Barboza; Dutra (2017) o interesse das PcD por atividades esportivas organizadas começou após a segunda guerra mundial, influenciado pelos benefícios demonstrados pelo médico alemão Ludwig Guttman no hospital de Stoke Mandewille. A atividade física poderia proporcionar a PcD melhoras na saúde, longevidade, autonomia entre outros. Ainda segundo os autores, em um país com tamanha desigualdade como o Brasil, a prática esportiva possui um papel fundamental para a inclusão social, pois é o local onde o jovem encontra, oportunidades que lhe são negadas em outros setores da sociedade.

Como vimos na introdução, através da comunidade de prática do Jiu-Jitsu Brasileiro as pessoas se unem para compartilhar variadas experiências motivadas por um interesse em

comum. Unidas pela vontade de aprender a modalidade, pessoas com e sem deficiência se aproximam através da experiência compartilhada. A quebra do preconceito pode ocorrer dessa relação de proximidade entre os sujeitos.

O termo “comunidade de prática” foi apresentado por Lave; Wenger (1991) ao conceituarem a Teoria da Cognição Situada (TCS), que constata que a aprendizagem não é algo estanque e separado do resto de nossas vidas, sendo inerente à natureza do ser humano. Dentro da TCS, as comunidades de prática representam estruturas básicas de fomento à aprendizagem social (MOSER; SCHENEIDER; MEDEIROS, 2013).

Communities of practice are everywhere. We all belong to a number of them—at work, at school, at home, in our hobbies. Some have a name, some don't. Some we recognize, some remain largely invisible. We are core members of some and occasional participants in others. Whatever form our participation takes, most of us are familiar with the experience of belonging to a community of practice (WENGER; MCDERMOTT; SNYDER, 2002, p.5).

Nas comunidades de prática, o aprendizado surge do relacionamento e interação entre os integrantes e do constante desequilíbrio causado pela diversidade de saberes dos indivíduos com suas experiências de vida singulares. A identidade dos participantes permanece em constante transformação, visto que as relações sociais entre os membros geram espaços para o fluxo de informações e conhecimentos já existentes e para a criação de novos, contribuindo para o desenvolvimento individual e coletivo (WENGER, 2008).

Supomos que a comunidade de prática do BJJ pode colaborar na construção de efeitos positivos do reconhecimento. Ao visitar academias de BJJ, é comum ouvirmos os praticantes denominarem o grupo como “família”. O sentimento de comunidade e pertencimento criado entre os praticantes pode colaborar para o fortalecimento da autoconfiança do atleta com deficiência, visto que experienciará relacionamentos de amizade e afeto. Ao mesmo tempo que adquire autoconfiança, a PcD tende a diminuir uma suposta superproteção que possa ocorrer no seu âmbito familiar, pois mostra se capaz de lutar o BJJ.

Teoricamente, quando começam a praticar Jiu-Jitsu Brasileiro tanto os atletas com deficiência, quanto os sem deficiência, passarão por “apuros”. A complexidade da arte, que utiliza movimentos pouco usuais da vida cotidiana, é um exercício de humildade e uma constante evolução. Spencer (2014) diz que o BJJ pode significar para alguns indivíduos um “choque de realidade”, por exemplo quando o sujeito que se acha imbatível por possuir uma pujança física é derrotado pelo atleta franzino. Analogamente, para o atleta com deficiência pode ser um choque de realidade perceber-se capaz de derrotar atletas sem deficiência e mais fortes que ele. O atleta com deficiência logo perceberá que, dentro do universo do BJJ, submete-

se as mesmas regras, passará por dificuldades e terá que vencer desafios como os atletas sem deficiência. Este tipo de vivência influi na construção de seu autorreconhecimento, autorrespeito e autoimagem.

O Jiu-Jitsu Brasileiro como prática educativa e de inclusão da PcD necessita transcender a ideia de “esporte como meio de reabilitação” para “esporte como meio de inclusão”. Devemos transpor a criação do “mito do herói”⁸, utilizando a imagem da PcD como motivação para outras pessoas realizarem algum feito. A inclusão da PcD se dá no esporte por sua representatividade, e por ser um espaço de expressão e luta por reconhecimento.

3.4 A FORMAÇÃO PROFISSIONAL E O ENSINO DO JIU-JITSU BRASILEIRO.

Partindo do pressuposto que o BJJ constitui uma comunidade de prática com potencial de inclusão da pessoa com deficiência, devemos pensar como o professor se prepara para receber esse público e como irá treiná-lo. A formação do Professor de BJJ ocorre de forma peculiar, assim como sua fonte de pesquisa.

A formação do professor de BJJ se dá majoritariamente dentro da academia de Jiu-Jitsu, tendo como fonte de conhecimento seu professor e colegas de treino mais graduados (CUSSINS, 2019). Alguns professores buscam uma formação complementar na área de Educação Física para aprimoramento profissional e por questões de regulamentação da profissão⁹. No entanto, acreditamos que aqueles que ingressam no ambiente universitário encontrarão poucas disciplinas relacionadas ao ensino do Jiu-Jitsu Brasileiro, e provavelmente nenhuma relacionada ao ensino da modalidade para PcD. Mesmo que o currículo de graduação em Educação Física ofereça uma disciplina que contemple a educação inclusiva, seus conteúdos são apenas introdutórios ao vasto universo formado pelas demandas das PcD. Um estudo realizado por Vaz; Dutra (2017) confirmou a importância de disciplinas como a “Educação Física adaptada” no Ensino Superior, mas que mesmo cursando-a, discentes não se sentem preparados a trabalhar com PcD.

⁸ Segundo Campbell (1949) a função dos mitos e ritos de passagem é de prover símbolos que levem o ser humano a avançar, indo de um ponto a outro de sua existência, em detrimento daqueles símbolos que o fazem recuar. Neste caso relacionamos o mito do herói ao contexto das pessoas com deficiência, no sentido de que qualquer ação realizada por estas pessoas, tende a servir como estímulo para outras pessoas “seguirem em frente”. Compreendemos que há um discurso recorrente de superação, onde qualquer feito realizado por uma pessoa com deficiência, mesmo aqueles que deveriam ser rotineiros e comuns, como por exemplo o direito de praticar um esporte, se tornam uma jornada heroica e de superação miraculosa. Infelizmente somente há superação porque a sociedade impõe barreiras para estes indivíduos.

⁹ As questões relativas à regulamentação profissional não serão exploradas nesta pesquisa.

Geralmente a formação do professor de BJJ se dá pela experiência acumulada dentro do Dojo, ao longo dos vários anos de treinamento necessários para alcançar a faixa preta. Suas experiências são moldadas com base nos ensinamentos de seu professor e suas adaptações da arte para construção de seu estilo de luta próprio. Ao visitarmos diferentes academias de BJJ, certamente iremos nos deparar com diferentes técnicas, rituais e relações entre os praticantes. No Japão, na época do desenvolvimento das artes marciais, cada escola também possuía suas peculiaridades.

Jigoro Kano (1994), ao criar a escola Kodokan sistematizando símbolos, rituais e conhecimentos oriundos do Jiu-Jitsu Clássico-Primitivo e Clássico-Tardio, adequando a arte marcial a modernidade da Era Meji e aproximando-a da categoria de modalidade esportiva de combate, via na modalidade algo semelhante ao que supomos acontecer atualmente com o BJJ¹⁰.

In my youth I studied jujutsu under many eminent masters. Their vast knowledge, the fruit of years of diligent research and rich experience, was of great value to me. At that time, each man presented his art as a collection of techniques. None perceived the guiding principle behind jujutsu. When I encountered differences in the teaching of techniques, I often found myself at a loss to know which was correct. This led me to look for an underlying principle in jujutsu, one that applied when one hit an opponent as well as when one threw him. After a thorough study of the subject, I discerned an all-pervasive principle: to make the most efficient use of mental and physical energy. With this principle in mind, I again reviewed all the methods of attack and defense I had learned, retaining only those that were in accordance with the principle. Those not in accord with it I rejected, and in their place I substituted techniques in which the principle was correctly applied. The resulting body of technique, which I named judo to distinguish it from its predecessor, is what is taught at the Kodokan. (KANO, 1994, p. 16)

Nos primórdios do BJJ e durante a década de 1990, as distintas academias, como comunidades de prática, tentavam manter em segredo suas técnicas e métodos de treinamento (SPENCER, 2014). Portanto, esses conhecimentos tendem a manter-se exclusivos aquele pequeno grupo, havendo pouco diálogo e troca entre um grupo e outro. Esta falta de diálogo e compartilhamento de conteúdo pode limitar a experiência do professor. Teoricamente, um professor só teria uma base teórica consolidada através da experiência empírica para ensinar algum praticante com deficiência se houvesse algum presente em seus treinos durante sua trajetória.

Com a revolução na comunicação iniciada pelo advento da Internet, muitos professores têm outra fonte de pesquisa e compartilhamento de conteúdo. Ao encontro dessa produção de material na Internet, temos uma nova geração de atletas cada vez mais conectada, que possui uma nova forma de aprender e relacionar-se com a informação e, conseqüentemente, com o

¹⁰ Mais informações sobre o desenvolvimento do Jiu-Jitsu Japonês estão disponíveis no Apêndice A.

BJJ. Segundo Spencer (2014), devido à evolução contínua do BJJ, que envolve o constante desenvolvimento de técnicas, os praticantes são constantemente desafiados a aprender como contra-atacar as técnicas recentemente desenvolvidas. Através das redes sociais, os praticantes trocam experiências sobre técnicas, regimes de treinamento entre outras questões relacionadas ao BJJ, formando comunidades de prática virtuais do BJJ não reguladas e sem encaminhamento.

No entanto, muitos professores de BJJ tendem a condenar esta prática, proibindo os atletas de buscarem novos conteúdos fora da academia. O ensino do BJJ ainda é moldado pelos métodos “tradicionais” onde o professor conduz todo processo, e o aluno “absorve”. Outro fator que vai de encontro aos novos anseios dos praticantes é o autoritarismo, sustentado pela hierarquia de graduações. O praticante menos graduado não pode questionar ou contrariar os mais graduados, e deve seguir à risca suas orientações. É crucial uma maior flexibilização e diálogo dentro do Dojo, para atendermos às demandas desta nova geração. É necessário apresentarmos aos professores metodologias ativas como alternativa aos métodos tradicionais.

O autoritarismo da maior parte das relações humanas interpessoais, grupais e organizacionais espelha o estágio atrasado em que nos encontramos individual e coletivamente em termos de desenvolvimento humano, de equilíbrio pessoal, de amadurecimento social. E somente podemos educar para a autonomia, para a liberdade com processos fundamentalmente participativos, interativos, libertadores, que respeitem as diferenças, que incentivem, que apoiem, orientados por pessoas e organizações livres. (MORAN; MASETTO; BEHRENS, 2000, p.16)

As metodologias ativas “são estratégias de ensino centradas na participação efetiva dos estudantes na construção do processo de aprendizagem, de forma flexível, interligada, híbrida” (MORAN, 2017, p. 24). É necessário repensarmos algumas tradições em prol da construção de metodologias de ensino do BJJ mais coerentes com as demandas atuais. Estas metodologias que ampliam o diálogo com os discentes e a construção coletiva do conhecimento tendem a enriquecer o ensino da modalidade e a formação dos docentes, principalmente no ensino da modalidade para PcD.

3.5 NOVAS FORMAS DE ENSINO DO JIU-JITSU BRASILEIRO.

Com a constante evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) o compartilhamento e produção de conteúdo é cada vez maior e mais rápido. A interatividade e facilidade de comunicação entre as pessoas diminui as distâncias geográficas. Os avanços nas telecomunicações unem o mundo de ponta a ponta, facilitando transações, estreitando laços de amizade, facilitando a troca de conhecimentos e facilitando a descoberta pacífica das diferenças (LEVY, 1999).

Para prosseguirmos nesta abordagem, é necessário entendermos os conceitos de ciberespaço e cibercultura, propostos por Levy (1999, p.15) como:

O ciberespaço (que também chamarei de "rede") é o novo meio de comunicação que surge da interconexão mundial dos computadores. O termo especifica não apenas a infraestrutura material da comunicação digital, mas também o universo oceânico de informações que ela abriga, assim como os seres humanos que navegam e alimentam esse universo. [...] Quanto ao neologismo "cibercultura", especifica aqui o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço.

A geração que nasceu após o início da era da informação é estudada e nomeada por diversos autores. É unanimidade o entendimento de que a relação destes com o conhecimento é bem distinta das gerações nascidas em outras eras (PRENSKY, 2001; VEEN; VRAKING, 2009).

A geração que nasceu do final da década de 1980 em diante tem muitos apelidos, tais como "geração da rede", "geração digital", "geração instantânea" e "geração ciber". Todas essas denominações se referem a características específicas de seu ambiente ou comportamento. "Geração i da rede" é uma expressão que se refere à internet; "geração digital" refere-se ao fato de as crianças atuarem em mundos digitais on-line ou a lidarem com informações digitais. "Geração instantânea" faz referência ao fato de suas expectativas serem as de que as respostas devem ser sempre imediatas. Muitas gerações têm apelidos, então por que esta deveria ser diferente? Será que as diferenças para com as gerações anteriores são mesmo importantes ou se trata somente de outra geração, posterior à geração X e à geração do pós-guerra? A resposta é que a geração da rede difere de qualquer outra do passado porque cresceu em uma era digital" (VEEN; VRAKING, 2009, p.28).

Veen e Vrakking (2009) denominam essa geração que cresceu usando múltiplos recursos tecnológicos como "Homo Zappiens". Segundo os autores, a relação com estes recursos desde o nascimento permite aos indivíduos terem "controle sobre o fluxo de informações, lidar com informações descontinuadas e com a sobrecarga de informações, mesclar comunidades virtuais e reais, comunicarem-se e colaborarem em rede, de acordo com suas necessidades." (VEEN; VRAKING, 2009, p.12). Ainda segundo os autores:

Os usos dessas tecnologias influenciaram o modo de pensar e o comportamento do Homo zappiens. Para ele, a maior parte da informação que procura está apenas a um clique de distância, assim como está qualquer pessoa que queiram contatar. Ele tem uma visão positiva sobre as possibilidades de obter a informação certa no momento certo, de qualquer pessoa ou de qualquer lugar. O Homo zappiens aprende muito cedo que há muitas fontes de informação e que essas fontes podem defender verdades diferentes. Filtra as informações e aprende a fazer seus conceitos em redes de amigos/parceiros com que se comunica com frequência. (VEEN; VRAKING, 2009, p.29)

Premsky (2001) utiliza o termo "nativos digitais", pois considera essa geração como falantes nativos de uma linguagem digital. O autor denomina como "imigrantes digitais" os outros indivíduos, que não nasceram com estas tecnologias em voga, mas tiveram que se adaptar ao uso delas.

O “sotaque do imigrante digital” pode ser percebido de diversos modos, como o acesso à internet para a obtenção de informações, ou a leitura de um manual para um programa ao invés de assumir que o programa nos ensinará como utilizá-lo. Atualmente, os mais velhos foram “socializados” de forma diferente das suas crianças, e estão em um processo de aprendizagem de uma nova linguagem. E uma língua aprendida posteriormente na vida, os cientistas nos dizem, vai para uma parte diferente do cérebro. (PRENSKY, 2001, p.2)

Podemos perceber claramente a presença dessa geração de nativos digitais nos treinos de BJJ. Para este novo público não é suficiente o conteúdo aprendido dentro do Dojo no horário específico de treino. Ele tende a buscar por conhecimento, quer aprender novas técnicas e possui meios para isso, através dos conteúdos compartilhados no ciberespaço. Podemos encontrar também, professores imigrantes digitais dispostos a aprender e utilizar essa nova linguagem, assim como outros que são resistentes às inovações.

Os espertos adultos imigrantes aceitam que eles não conhecem seu novo mundo e tiram vantagens de suas crianças a ajudá-los a aprender e integrar-se. Os imigrantes não-tão-espertos (ou não-tão-flexíveis) passam a maior parte de seu tempo lamentando de como eram boas as coisas em seu “velho país”. (PRENSKY, 2001, p.3)

Atualmente, podemos encontrar ofertas de ensino de BJJ à distância. Estão disponíveis no ciberespaço diversas modalidades de ensino a distância de BJJ como cursos fechados, onde o praticante paga um valor para ter acesso ao material por tempo determinado, a conteúdo aberto e gratuito oferecido em blogs e redes sociais. Segundo Silva e Toschi (2015) a definição de educação à distância não é unânime, pois, é derivada de vários outros conceitos que são usados para definir métodos de ensino não presenciais. O Decreto Nº 9.057, de 25 de Maio de 2017 em seu artigo 1º conceitua educação a distância como:

Art. 1º - Para os fins deste Decreto, considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos. (BRASIL, 2017, p.1)

Basicamente na educação a distância professor e aluno não se encontram no mesmo ambiente físico, e não interagem necessariamente ao mesmo tempo. Segundo Tori (2017) a relação entre os indivíduos pode acontecer de maneira síncrona, quando emissor e receptor se comunicam em tempo real, ou assíncrona, quando emissor e receptor se comunicam em momentos diferentes. Portanto, presume-se que na educação a distância ocorra uma relação dialógica entre professor e aluno, mesmo que não seja em tempo real.

O que a tecnologia traz hoje é integração de todos os espaços e tempos. O ensinar e aprender acontece numa interligação simbiótica, profunda, constante entre o que

chamamos mundo físico e mundo digital. Não são dois mundos ou espaços, mas um espaço estendido, uma sala de aula ampliada, que se mescla, hibridiza constantemente. Por isso a educação formal é cada vez mais blended, misturada, híbrida, porque não acontece só no espaço físico da sala de aula, mas nos múltiplos espaços do cotidiano, que incluem os digitais. O professor precisa seguir comunicando-se face a face com os alunos, mas também digitalmente, com as tecnologias móveis, equilibrando a interação com todos e com cada um. (MORAN, 2015, p.16)

O ensino híbrido do BJJ, realizado tanto no Dojo quanto no ciberespaço, constitui a união entre duas modalidades de ensino que já acontecem, porém, grande parte das vezes dissociadas. Assim, cabe aos professores pensarem formas de utilizar a cibercultura como ferramenta para melhorar a qualidade de suas aulas na academia.

A utilização de novas ferramentas e de metodologias de ensino mais flexíveis e diversas vão ao encontro dos preceitos do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA)¹¹. Segundo Rose (2001) a origem do DUA é atribuída aos pesquisadores do Center for *Applied Special Technology* (CAST), e seu desenvolvimento foi motivado pela preocupação dos pesquisadores quanto a aprendizagem dos estudantes com deficiência.

A origem do termo é baseada no Desenho Universal para Arquitetura, que tem como objetivo elaborar produtos e ambientes que possam ser utilizados por todos, sem necessidade de adaptações, na medida do possível. Ao encontro de um paradigma inclusivo, busca-se a adequação da escola ao estudante ao invés do estudante se adaptar ao ambiente escolar.

In the early 1990s, we shifted our approach to address the disabilities of schools rather than students. We later coined a name for this new approach: universal design for learning (UDL). UDL drew upon neuroscience and education research, and leveraged the flexibility of digital technology to design learning environments that from the outset offered options for diverse learner needs. This approach caught on as others also recognized the need to make education more responsive to learner differences, and wanted to ensure that the benefits of education were more equitably and effectively distributed. (MEYER; ROSE; GORDON, 2014, p.3)

Segundo Meyer; Rose e Gordon (2014) os avanços científicos nas áreas da neurociência, aprendizagem e mídias digitais, deixaram cada vez mais evidente a desconexão entre o aumento da diversidade estudantil e um currículo único que tenta servir a todos.

Recent advances in neuroscience have provided a different understanding of individual differences, characterizing them instead as predictable, normal variability that exists across the population. Brain functions and characteristics fall along a continuum of systematic variability. Thus differences are incremental, distributed, and dynamic rather than stable and categorical within an individual. This contradicts the idea of bright lines between an idea of normalcy and deviation from normalcy, and challenges the practice of diagnosing and labeling individuals. From a practical viewpoint, it means that a UDL curriculum designer or teacher can plan for expected variability across learners and provide curriculum that has corresponding flexibility. The lesson or curriculum should then have the flexibility and affordances to amplify

¹¹ O termo original na língua Inglesa é Universal Design for Learning (UDL).

natural abilities and reduce unnecessary barriers for most students, and enable teachers to customize easily for each learner. (MEYER; ROSE; GORDON, 2014, p.6)

Na concepção do DUA, ao invés de classificar e rotular os estudantes, a educação necessita otimizar a diversidade. Os autores ainda afirmam que o currículo da maioria das escolas é baseado no mito de que todos estudantes são homogêneos e aprendem da mesma maneira.

Success, we realized, can only occur when the learner and the curriculum interact in ways that help them both improve at the same time. We knew that most curricula are designed and developed as if students were homogeneous, and the most common approach to curriculum design is to address the needs of the so-called “average student.” Of course this average student is a myth, a statistical artifact not corresponding to any actual individual. But because so much of the curriculum and teaching methods employed in most schools are based on the needs of this mythical average student, they are also laden with inadvertent and unnecessary barriers to learning. (MEYER; ROSE; GORDON, 2014, p.2)

Portanto os autores defendem a ideia do uso das TICs para construção de alternativas de ensino variadas, que atendam e cultivem a diversidade dos estudantes. Tal diversidade de formas de ensinar não beneficiaria somente os estudantes com deficiência, mas todos estudantes, visto que as diferenças não estão relacionadas apenas a se ter uma deficiência ou não, mas sim na pluralidade da vida humana. A fim de promover uma educação inclusiva, os autores afirmam que a escola deve atender três objetivos: fornecer vários meios de engajamento, de representação e vários meios de ação e expressão.

Of course there will be outliers who may require on-the-fly individualization or innovative single solutions. But with most of the variability addressed in the curriculum itself, teachers will have the time and attention to devote to this. Further, instead of seeing variability as problem, we now understand it to be an actively positive force in learning for the group as a whole. (MEYER; ROSE; GORDON, 2014, p. 6)

Assim, acreditamos que apresentar e estimular o uso das TICs pelos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro, cultivar a diversidade e dar voz aos discentes tornando-os sujeitos ativos no processo de aprendizagem são algumas medidas importantes para aproximar a modalidade de um modelo inclusivo. Através das trocas realizadas entre os membros das comunidades de prática virtuais é possível potencializar as formas de se ensinar e se aprender o Jiu-Jitsu Brasileiro. Uma maior produção de conteúdo por atletas com deficiência tende a colaborar para o desenvolvimento do BJJ, servindo como fonte para o aprendizado colaborativo, expandindo as trocas dentro da comunidade de prática dos praticantes de BJJ com deficiência. Ao mesmo tempo, tal material serviria como fonte de pesquisa para professores de Jiu-Jitsu Brasileiro elaborarem novos métodos e alternativas, enriquecendo o ensino da modalidade.

4 JUSTIFICATIVA DO ESTUDO

Este trabalho busca contribuir para a construção coletiva do conhecimento, não somente do professor, mas da comunidade de prática do Jiu-Jitsu Brasileiro, sobre a prática da modalidade por pessoas com deficiência. Antes de pensarmos na formação continuada dos professores, é necessário conhecermos sua postura diante da temática, a forma como pesquisam, se atualizam, e buscam informações sobre sua prática profissional. Também é imprescindível entendermos a realidade dos praticantes com deficiência, e o que o BJJ significa para eles. Através da análise qualitativa dos dados coletados pretendemos entender melhor as relações entre a prática do Jiu-Jitsu Brasileiro e as pessoas com deficiência, assim como questões relativas ao ensino da modalidade para este público. O resultado desta pesquisa servirá como base para a elaboração do curso de atualização profissional “Aspectos da inclusão da pessoa com deficiência e o Jiu-Jitsu Brasileiro”.

5 OBJETIVOS

5.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a relação entre o Jiu-Jitsu Brasileiro e a educação no processo de inclusão da pessoa com deficiência.

5.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Conhecer supostos anseios de professores de Jiu-Jitsu Brasileiro acerca da inclusão da pessoa com deficiência em suas aulas.
- b) Identificar a comunidade de prática virtual dos praticantes de Jiu-Jitsu Brasileiro com Deficiência.
- c) Elaborar e ministrar um curso de atualização profissional sobre a inclusão da pessoa com deficiência e o Jiu-jitsu Brasileiro.

6 DESCRIÇÃO METODOLÓGICA

Este trabalho é uma pesquisa qualitativa, que busca compreender melhor a relação dos professores, das PcD e o BJJ. A pesquisa qualitativa, segundo Deslandes *et al.* (2002, p. 21) “trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalizações de variáveis”.

Nesta pesquisa foram utilizados dois instrumentos para coleta de dados: (1) Questionário (Likert) respondido por 59 professores graduados acima da faixa marrom (APÊNDICE B); (2) questionário semiestruturado respondido por 31 praticantes de BJJ com deficiência (APÊNDICE C). Todos os participantes tomaram ciência do conteúdo da pesquisa e assinaram Termo de Consentimento Livre Esclarecido (APÊNDICE D). Este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal do Rio de Janeiro (CEP/HUCFF/UFRJ) e aprovado sob o número CAAE 05460919.4.0000.5257.

O contato com os participantes foi realizado por redes sociais (*facebook, instagram, whatsapp*), e-mail e presencialmente (visitas a academias, projetos sociais e eventos relacionados ao tema). Decidiu-se por não restringir ou delimitar o convite à determinado grupo situacional ou regional, pois iria de encontro ao propósito do projeto, que é a inclusão da PcD e utilização da tecnologia para o compartilhamento de conteúdo e comunicação entre praticantes, transpondo as barreiras geográficas.

Para análise dos dados coletados, foi utilizada a técnica de categorização do método de análise de conteúdo, que tem como objetivo fornecer, por condensação, uma representação agrupada dos dados brutos (BARDIN, 2016).

A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 2016, p. 37)

Ainda segundo Bardin (2016) os métodos de análise de conteúdo têm entre seus objetivos a superação da incerteza e o enriquecimento da leitura, possuindo duas funções, que podem ou não se dissociar:

- Uma função heurística: a análise de conteúdo enriquece a tentativa exploratória, aumenta a propensão para a descoberta. É a análise de conteúdo “para ver o que dá”.
- Uma função de “administração de prova”: Hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias, servindo de diretrizes, apelarão para o método de análise

sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou infirmação. É a análise de conteúdo “para servir de prova”. (BARDIN, 2016, p. 35)

Optamos por utilizar o método de análise de conteúdo para tratar as questões discursivas, e as justificativas das questões objetivas, pois não nos interessa apenas a simples descrição dos conteúdos, e sim o que estes conteúdos podem nos ensinar sobre a relação entre o ensino do BJJ e a inclusão da PcD. O tratamento das mensagens foi feito com base na descrição, inferência e interpretação.

Se a descrição (a enumeração das características do texto, resumida após tratamento) é a primeira etapa necessária e se a interpretação (a significação concedida a estas características) é a última fase, a inferência é o procedimento intermediário, que vem permitir a passagem, explícita e controlada de uma à outra. (BARDIN, 2016, p. 45)

Após reunir as respostas de ambos os questionários e organizarmos em uma planilha no programa *excel* (versão 2007) utilizamos da técnica de categorização para desvendar as categorias/classes presentes no conteúdo das falas dos participantes. Primeiramente fizemos um inventário, isolando os elementos presentes nas falas dos participantes, e posteriormente classificamos as falas de acordo com as semelhanças/diferenças destes elementos. Após uma análise preliminar dos resultados desta coleta de dados, iniciamos a elaboração do produto desta pesquisa, que visa tanto a formação continuada de professores quanto o fortalecimento da comunidade de prática virtual dos praticantes de Jiu-Jitsu Brasileiro com deficiência.

Além da busca pelos praticantes nas redes sociais e a aplicação dos questionários criamos o “Grupo de Estudos e Difusão do Jiu-Jitsu Brasileiro da Pessoa com Deficiência” (GED BJJ-PCD). A intenção deste grupo é reunir os praticantes com deficiência e pessoas interessadas na temática, estimular a produção de conteúdo por eles, além da divulgação de ações e eventos. Foram criados perfis do GED BJJ-PCD no *Instagram*, *Facebook*, *Youtube* e um grupo no *Whatsapp*, possuindo nesta fase embrionária um alcance de 150 pessoas inscritas.

Após a análise dos dados, elaboramos um curso de atualização profissional chamado “Aspectos da inclusão da pessoa com deficiência e o Jiu-Jitsu Brasileiro”. O curso foi elaborado no AVA MOODLE (versão 3.7.7) e oferecido pela Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – Fundação Cecierj, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação – SECT, sendo ofertado no primeiro período letivo de 2020, integrando a área de Prática Docente. As inscrições ocorreram entre 14/01/2020 e 13/02/2020, tendo 282 inscritos no total. Destes foram selecionados 108 participantes, que se encaixavam nos critérios de seleção estabelecidos pelo Cecierj (Ser profissional da Educação graduado, licenciado ou licenciando a partir do 7º período ou 4º ano). Para este curso foi aberta uma exceção a esta regra, sendo possível a realização do curso por professores de Jiu-Jitsu Brasileiro graduados na faixa preta que não possuíam nível superior.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO.

Os tópicos referentes aos resultados serão divididos entre os subtópicos 7.1, que tratará das respostas do questionário aplicado aos praticantes de BJJ com deficiência, e o subtópico 7.2, referente ao questionário aplicado aos professores de BJJ. Com objetivo de preservar a identidade dos respondentes, os praticantes com deficiência serão identificados pela letra “A”, enquanto os professores de BJJ serão representados pela letra “P”, ambos seguidos de um número.

7.1 QUESTIONÁRIO APLICADO PARA PRATICANTES DE JIU-JITSU BRASILEIRO COM DEFICIÊNCIA.

O questionário elaborado no *Google forms* foi apresentado a praticantes de Jiu-Jitsu Brasileiro, obtendo 31 respostas. Dos participantes, 09 residem no estado de São Paulo, 04 no Rio de Janeiro, 04 no Espírito Santo, 03 em Minas Gerais, 02 no Mato Grosso do Sul e 01 nos estados do Amazonas, Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul, Sergipe, Goiás e no Distrito Federal. O questionário também foi respondido por 02 praticantes de Portugal.

Em relação as deficiências, 28 são praticantes com deficiência física, 01 com deficiência visual, 01 com deficiência auditiva e outro com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O praticante com TEA contou com a ajuda da mãe para responder as perguntas do questionário. A graduação dos participantes e o tempo de prática na modalidade estão dispostos nas Figuras 1 e 2, respectivamente.

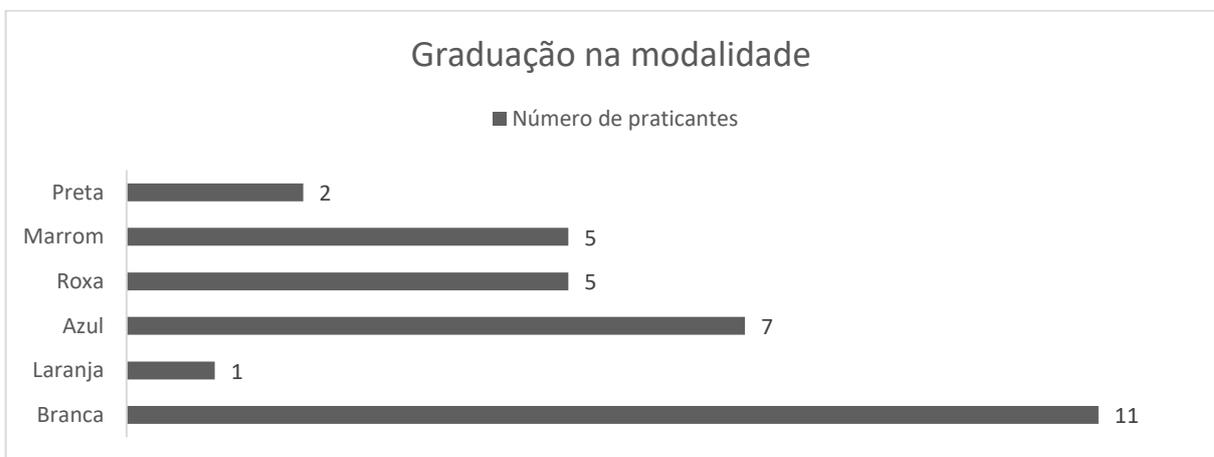


Figura 1 - Gráfico sobre a graduação dos praticantes com deficiência na modalidade.

Fonte: O autor.

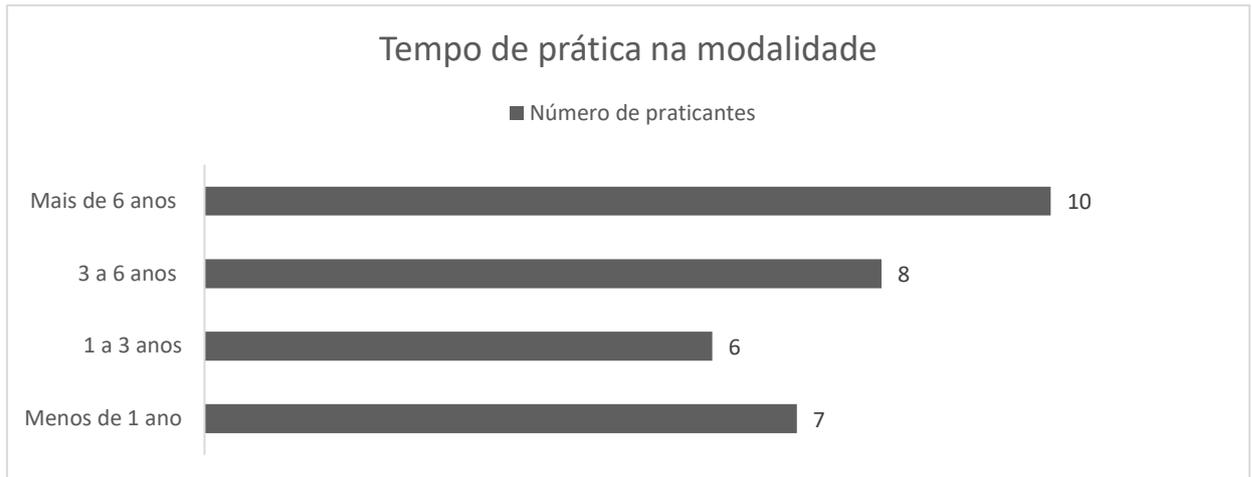


Figura 2 - Gráfico sobre o tempo de prática dos praticantes com deficiência na modalidade.
Fonte: O autor.

7.1.1 O que o Jiu-Jitsu representa em sua vida?

A pergunta “O que o Jiu-Jitsu representa em sua vida?” revelou alguns aspectos da relação entre a modalidade e a vida dos praticantes com deficiência. As respostas dos praticantes remetem a diversos benefícios proporcionados pela prática da modalidade. Analisando as respostas, encontramos três categorias predominantes: “Emoções, afetos e autoconfiança”, “Igualdade, acesso e autorrespeito” e “Estima social”. Estas três categorias vão ao encontro das premissas de Honnet (2003) sobre as três esferas do reconhecimento, explorados no tópico “Reconhecimento e Justiça social” deste trabalho. Os tópicos 7.1.2 ao 7.1.4 correspondem as três categorias encontradas na análise de conteúdo desta questão do questionário.

7.1.2 Emoções afetos e autoconfiança.

A primeira categoria está relacionada com a forma de reconhecimento em suas relações primárias, advindas da dedicação emotiva, do amor e da amizade. Como visto anteriormente, para Honnet (2003) as formas de desrespeito relacionadas a esta forma de reconhecimento são os maus-tratos e a violação, ameaçando a integridade física dos indivíduos. Por outro lado, quando há um efeito de reconhecimento positivo nesta esfera, o indivíduo adquire uma compreensão positiva de si mesmo, a autoconfiança.

As relações afetivas construídas no Dojo, promovidas pelo encontro de pessoas diversas reunidas com um mesmo propósito, gera um sentimento de pertencimento e acolhimento. É normal neste ambiente os integrantes utilizarem o termo “família” para descrever o grupo, como visto nos seguintes relatos:

“É uma família. O Jiu-Jitsu hoje representa minha vida. Representa superação. O Jiu-Jitsu me ajudou, e ainda ajuda a aceitar como estou.” (A27)

“Muita coisa, uma delas é família.” (A28)

Percebemos também que a prática da modalidade tem influência na autoconfiança do indivíduo, atuando sobre um hipotético sentimento de fragilidade ocasionado pela deficiência, superproteção parental ou rejeição causada pelo estigma. Além das técnicas de defesa pessoal, a melhora do condicionamento e de outras valências físicas instigam a autoconfiança dos praticantes.

“No início foi a autoconfiança, me ajudou a voltar a acreditar em mim. Na parte física me devolveu a força e equilíbrio, melhorou até a parte de sensibilidade que era exagerada no início. Parece besta, mas o simples fato de tropeçar em uma calçada por não conseguir dobrar o joelho para subir um obstáculo, e ao invés de cair e se machucar, você executar um rolamento e ficar de pé como se nada tivesse ocorrido, evita um transtorno pra quem está nessa situação que vale a pena.” (A 17)

“Melhorou meu equilíbrio, aumentou a massa muscular, aliviou a pressão nas articulações e emagreci. Aumentou a autoestima, pois sinto que consigo me defender e ganhei muitos amigos.” (A2)

“Qualidade de vida e autodefesa.” (A 20)

7.1.3 Igualdade, acesso e autorrespeito

A segunda categoria refere-se ao reconhecimento nas relações jurídicas e dos direitos – advindas do respeito cognitivo – que, quando violados pela privação legal e exclusão, ameaçam a integridade social do indivíduo. Entretanto, quando os direitos estão assegurados e o cidadão goza de iguais condições de acesso e usufruto que seus pares sociais; tem-se a auto relação prática de reconhecimento do autorrespeito. Este sentimento de equidade pode ser observado no seguinte relato:

“Para mim o Jiu-Jitsu tem sido a minha vida, pois treino todos os dias e não consigo mais viver sem ele. Ajuda a superar os problemas do dia a dia e da vida! Lá no tatame somos todos iguais, e todos são tratados igualmente em um mesmo propósito.” (A12)

Notamos também que o direito à prática desportiva nem sempre abrange as pessoas com deficiência. Muitos esportes possuem barreiras que dificultam, ou até impedem, a prática pelas PcD. Tratando-se de alto rendimento, muitas modalidades não possuem competições, cerceando o direito de participação deste público.

“O Jiu-Jitsu me tirou de um período depressivo e me incluiu novamente à uma arte marcial muito em comum com o Judo, a qual sou faixa marrom e precisei parar pois não é permitido competição para amputados.” (A1)

A prática desportiva é também uma forma de expressão. As modalidades esportivas de combate são um constructo cultural da humanidade, de rico conteúdo simbólico, cujo significado varia de acordo com tempo e espaço. O Jiu-Jitsu surge como espaço de expressão para a PcD.

“Para mim uma liberdade de expressão, onde aprendo o autocontrole.” (A23)

7.1.4 Estima social

A terceira categoria trata do reconhecimento na comunidade de valores, da reputação e prestígio social, que são resultados da participação do indivíduo na sociedade. A degradação e a ofensa são as formas de desrespeito relacionadas a esta esfera do reconhecimento, denegrindo a honra e dignidade do indivíduo. Quando o indivíduo goza de estima social pela ampliação de sua participação em diversos contextos, observa-se o efeito positivo da autoestima.

Para Honneth (2003), a autoestima está intimamente ligada às capacidades do indivíduo e o valor social atribuído a elas. A carga simbólica existente entre os conceitos de “identidade social virtual” e “identidade social real”, tende a estigmatizar a PcD geralmente pela idealização de suas vidas, de suas capacidades, de seus sofrimentos ou alegrias.

Os indivíduos estigmatizados são julgados como incapazes de realizar certas atividades ou ocupar determinadas posições dentro de certa escala social. Percebemos que a prática do BJJ pode colaborar para a afirmação da identidade social real dessas pessoas, enfatizando suas capacidades, removendo rótulos. A evidência da identidade social real, em detrimento da identidade social virtual, gera a autoestima.

“Através da prática do Jiu-Jitsu, melhorei minha autoestima, passei a ter autocontrole, além de melhorar minha saúde física e mental.” (A30)

“Foi um renascer para o desporto e aumentou minha autoestima. Ajuda a aliviar o stress diário e a melhorar minha condição física.” (A22)

“Jiu-Jitsu me deu uma nova vida, me devolveu motivos e estima.” (A4)

No contexto econômico de uma sociedade capitalista, muitas vezes os valores são pautados pelo trabalho desempenhado, pela capacidade produtiva e de consumo. Em um mercado de trabalho excludente, competitivo e produtivista há tendência de alocar as pessoas com deficiência em determinados setores, por uma idealização relacionada ao estigma e a capacidade de produção. Neste cenário, o Jiu-Jitsu surge como uma oportunidade para a PcD trabalhar com algo que goste e que tenha um significado.

“Meu trabalho, meu amor, minha terapia.” (A8)

“Para mim representa um recomeço, foi onde eu aprendi a me desafiar de verdade e gostar de romper meus limites. Hoje em dia posso dizer que vejo como uma oportunidade, tendo em vista que quero ser profissional de Educação Física.” (A19)

“Meu estilo de vida e minha profissão, atleta.” (A 21)

7.1.5 Adaptações

Quando feita a pergunta “Foi necessário realizar alguma adaptação no seu treinamento relacionadas a sua deficiência?”, 23 praticantes responderam que sim e 08 que não. Porém, percebemos que em algumas destas respostas negativas, havia adaptações na forma de praticar o Jiu-Jitsu. Notamos que o significado deste conceito de “adaptar” pode ser compreendido de maneiras distintas entre os indivíduos. Aquilo que muitas vezes para os praticantes sem deficiência, como este pesquisador, se considera uma adaptação, para o praticante com deficiência não é.

“Treino igual a todos os outros, exceto muitas posições de pé.” (A 22)

“Não, até porque eu pratico Jiu-Jitsu sentado.” (A25)

Estas respostas nos levam a algumas hipóteses. Uma delas é que para estes atletas o Jiu-Jitsu seja uma arte adequada a sua deficiência, por exemplo quando alguma limitação de movimento dos membros inferiores não seja determinante para prática da modalidade. Outra possibilidade é aquela apontada por Goffman (1981) de que alguns indivíduos estigmatizados tendem a negar ou tentar ocultar os fatores que deixam visíveis seus estigmas, que neste caso seria a afirmação de uma adaptação evidenciando uma deficiência.

Outra constatação relevante, é a afirmação de que o Jiu-Jitsu Brasileiro é uma prática adequada por natureza, indo ao encontro dos preceitos do Desenho Universal para Aprendizagem. Como dito anteriormente, a arte se desenvolveu sob os pilares conceituais e filosóficos do menor dispêndio de energia com maior eficiência, da técnica sobre a força bruta, e do mais fraco sendo capaz de vencer o mais forte.

“O meu já é adaptado” (A28)

Encontramos discurso semelhante entre aqueles que afirmaram a necessidade de adaptações.

“O bacana do Jiu-Jitsu é que ele é totalmente moldável, ou seja, você adapta conforme sua condição. Tive que adaptar principalmente a falta de uso das pernas.” (A24)

“Sim, estou sempre aprendendo e querendo me aperfeiçoar pois luto contra pessoas com e sem deficiência. O próprio Jiu-Jitsu em si é muito pessoal de cada um, o jeito de ser executado, pode ser feito de várias formas, sendo que as vezes o que é melhor para uma pessoa não quer dizer que vai ser a melhor forma para a outra.” (A12)

Pode-se notar em algumas falas a importância do professor e da construção coletiva das adaptações.

“Sim. Os golpes são adaptados. Tudo simples para quando o professor e o aluno se ajudam.” (A18)

“Sim, muitos dos movimentos de Jiu-Jitsu são adaptados para mim, como golpes e finalizações que são necessários os dois pés. Meu professor sempre adapta de acordo.” (A1)

“No começo adaptava alguns golpes junto ao meu professor, hoje em dia eu mesmo faço minhas adaptações em golpes ou movimentação” (A3)

“Apenas no começo pelo fato de ter aversão ao toque. Meu treinador teve muita paciência e habilidade para me inserir no treino coletivo e que eu pudesse permitir que os outros colegas de treino me tocassem” (A31)

Percebemos algumas categorias presentes na fala dos praticantes que irão ao encontro da fala dos professores, quando analisamos a pergunta sobre se achavam possível a prática da modalidade por PcD. Notamos que há afirmações em ambos os grupos quanto ao Jiu-Jitsu Brasileiro ser uma arte adequada por natureza, assim como afirmações de que o Jiu-Jitsu Brasileiro pode ser adaptado para sua prática ou que a PcD pode se adaptar para praticar a modalidade. Retornaremos a discussão destes conceitos no tópico 7.2.1.

7.1.6 O Jiu-Jitsu Brasileiro como profissão

A última pergunta do questionário era “Pretende dar aulas de Jiu-Jitsu? Por quê?”. Para esta pergunta, seis praticantes responderam “não saber” ou “nunca terem pensado nessa possibilidade”. Três praticantes responderam que “não”, sendo que um deles diz ter foco em competir, mas não descarta a possibilidade totalmente.

“Não. Gosto de competir, no momento não penso em dar aula. Talvez um dia eu pense sobre, quando evoluir mais no esporte.” (A1)

O restante dos praticantes respondeu que pretende dar aulas (17) ou que já dão aulas da modalidade (05). Quanto a motivação, é perceptível que a maioria pretende atuar em projetos sociais, no ensino da modalidade para outros atletas com deficiência e na divulgação dos benefícios da modalidade e de seu potencial inclusivo.

“Sim, por gostar de ensinar o próximo e passar minhas experiências e mostrar que o Jiu-Jitsu é para todos” (A3)

“Pretendo se for para ajudar outras pessoas com deficiência, mostrar que o Jiu-Jitsu pode nos dar um motivo para continuar.” (A4)

“Sim. Porque eu quero motivar as pessoas, mostrando que o Jiu-Jitsu traz uma melhoria para a vida e sinto que posso transmitir todo conhecimento que recebo na minha trajetória.” (A9)

“Sim, o Jiu-Jitsu me ajudou muito, me ensinou a me conhecer e cuidar de mim mesmo. Pesava 130 quilos e sofro de síndrome do pânico, hoje peso 73 e consigo lidar com meus problemas muito melhor. Quero passar isso para frente e o Jiu-Jitsu com sua filosofia vai agregar muito. Fico disponível para qualquer informação” (A19)

“Meu sonho é me formar na faculdade de Educação Física e me tornar faixa preta para ensinar pessoas com deficiência” (A31)

“Sim. Para poder ajudar as crianças no futuro e mostrando para eles que o Jiu-Jitsu pode mudar vidas igual fez com a minha.” (A11)

“Porque o Jiu-Jitsu surdo precisa de mais profissionais nesta área” (A23)

7.2 QUESTIONÁRIO APLICADO PARA PROFESSORES DE JIU-JITSU BRASILEIRO.

O questionário destinado aos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro, graduados nas faixas marrom e preta, obteve 59 respostas. Destes, dois respondentes afirmaram ter deficiência, sendo elas auditiva e visual. Os gráficos seguintes apresentam uma visão geral sobre as características do grupo, como faixa etária (Figura 3), graduação na modalidade / faixa (Figura 4), escolaridade (Figura 5), áreas de formação em nível superior (Figura 6) e tempo de docência na modalidade (Figura 7).

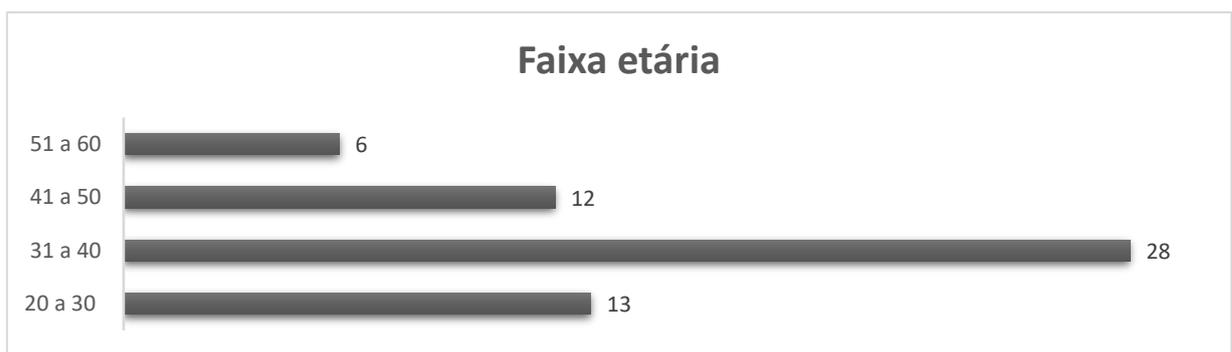


Figura 3 - Gráfico sobre a faixa etária dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro.

Fonte: O autor.

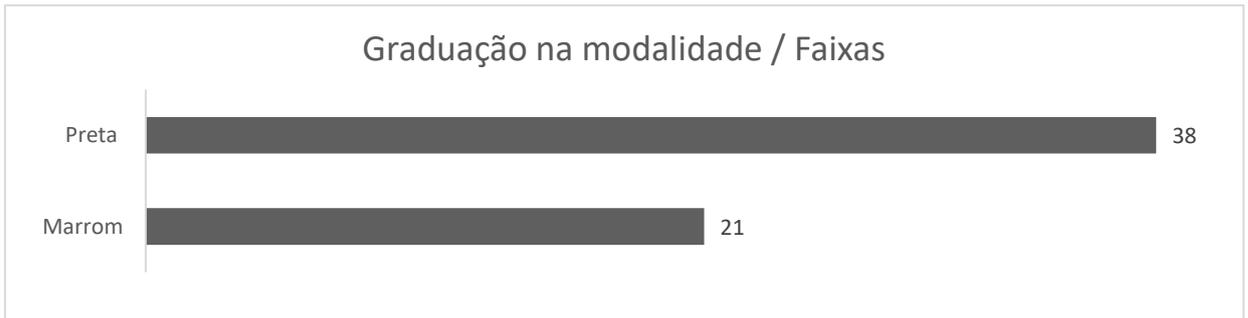


Figura 4 - Gráfico sobre a graduação dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro na modalidade.
Fonte: O autor

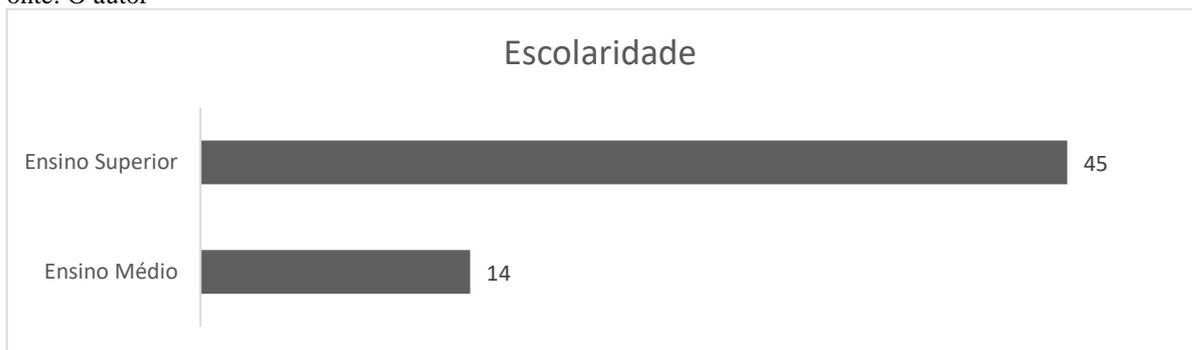


Figura 5 - Gráfico sobre o nível de escolaridade dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro.
Fonte: O autor.

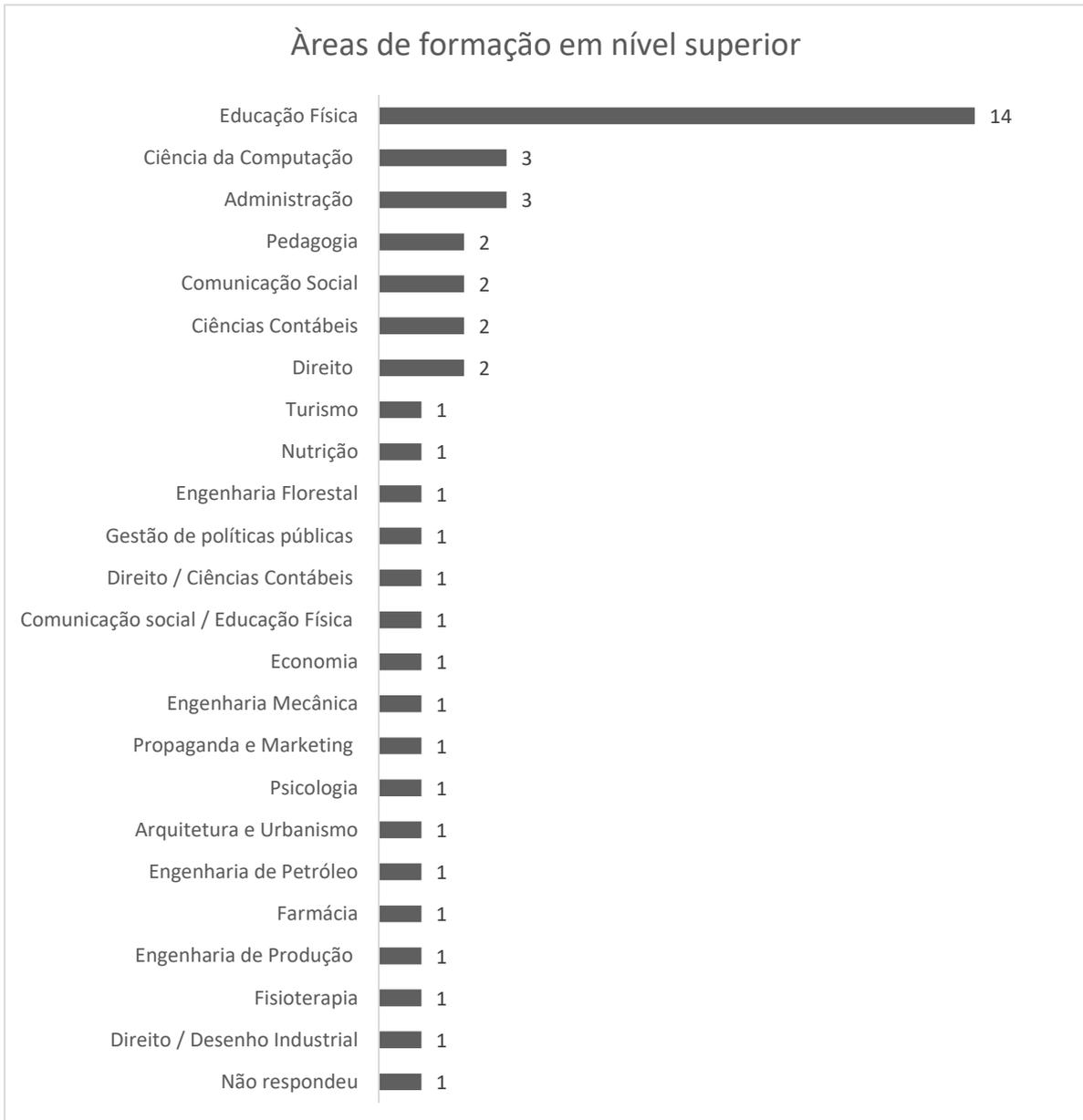


Figura 6 - Gráfico sobre áreas de formação dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro que possuem Nível Superior.¹²

Fonte: O autor.

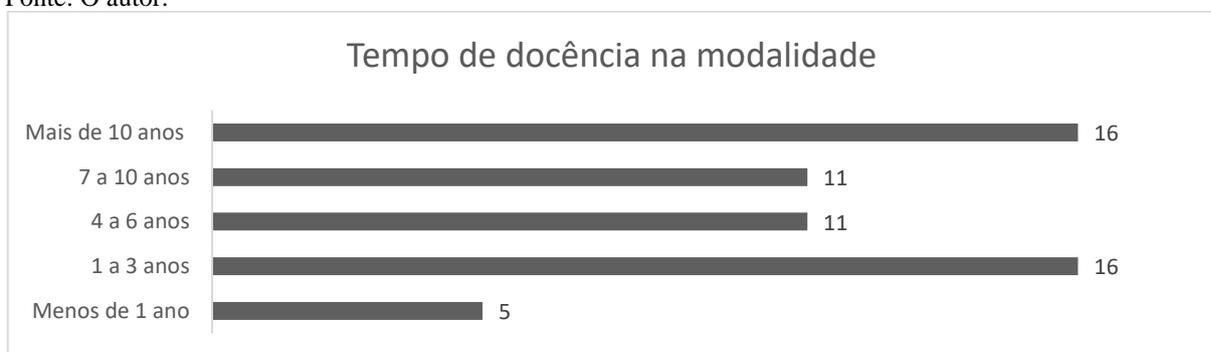


Figura 7 - Gráfico sobre tempo de docência dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro na modalidade.

Fonte: O autor.

¹² A presença de dois cursos no gráfico significa que o respondente possui duas graduações.

Percebemos que há grande diversidade entre os professores de Jiu-Jitsu Brasileiro entrevistados. A prática não é ensinada majoritariamente por graduados em Educação Física, havendo professores sem formação em nível superior e alguns outros com formações diversas que decidiram trocar de profissão ou conciliam o ensino da modalidade com outro vínculo empregatício. É visível que o Dojo é um ponto de encontro universal, que independe de formação, status social ou quaisquer outras características.

Considerações sobre a formação profissional de professores de Judo feitas por Drigo et al. (2011) podem facilmente ser constatadas no universo do Jiu-jitsu Brasileiro. Segundo os autores, desde a promulgada a regulamentação profissional da Educação Física no Brasil (Lei Nº 9.696, de 1 de Setembro de 1998), não há consenso sobre a obrigatoriedade dos técnicos de artes marciais terem formação na área. Há discursos que classificam as artes marciais como “atividades culturais” e não desportivas.

Partindo desta premissa que aproxima a modalidade do artesanato, os autores apontam as semelhanças destes ambientes de ensino com as “escolas de ofício¹³” tendo em comum as seguintes características: “Os aprendizes aprendem fazendo; Apresenta uma imagem valorizada do mestre; As atividades práticas são consideradas tão formativas quanto os estudos formais.” (DRIGO *et al.*, 2011, p. 50).

Podemos perceber através da diversidade de níveis de ensino e formações acadêmicas dos professores respondentes desta pesquisa que a formação profissional na modalidade ocorre no Dojo. As experiências acadêmicas e profissionais em outras áreas, relacionadas ou não com modalidade, tendem a enriquecer o ambiente de ensino destes professores, visto que o treino vai além da simples repetição de golpes. Cabe lembrar que em uma comunidade de prática emergem questões que extrapolam seu objetivo principal, surgindo da interação entre seus membros e do desequilíbrio causado entre visões de mundo distintas, portanto quanto mais diverso o grupo de participantes e suas vivências pessoais, mais rico tende a ser o conhecimento produzido coletivamente.

7.2.1 Sobre a possibilidade de pessoas com deficiência praticarem o Jiu-Jitsu Brasileiro

¹³ “As corporações de ofício tiveram o seu desenvolvimento a partir do século XII, tendo o apogeu no século XIV, considerando que o sistema artesanal evoluiu do “sistema familiar”, necessidade de produção para subsistência, deslocando-se para o “sistema de corporações”. Período em que ocorre o êxodo do artesão para a cidade, passando a produzir para um mercado pequeno e estável, os habitantes urbanos. A relação dos saberes da prática dá-se de pai para filho ou de mestre para discípulo, podendo, ainda, em alguns casos se transmitir através de escolas, organizadas e mantidas por cooperativas ou associações de artesãos.” (DRIGO et al. 2011. p. 51 apud RUGIU. 1998)

Em relação a questão “Você acha possível que uma pessoa com deficiência possa praticar o Jiu-Jitsu Brasileiro?”, todos praticantes responderam positivamente. Ao analisarmos as justificativas, percebemos a prevalência de três categorias, que transitam pelo campo das questões adaptativas relativas à prática da modalidade, indo ao encontro dos discursos dos praticantes com deficiência. Destacamos também uma quarta que diz respeito aos professores que já trabalham com este público ou têm um contato próximo.

Uma primeira categoria abrange o conteúdo das falas de professores que acreditam que o Jiu-Jitsu Brasileiro é uma prática adequada. Entendemos como adequada aquela prática que se molda de acordo com as especificidades de seus praticantes, que se adequa a diversidade. Ela difere das outras práticas que esperam que o aluno se adapte a ela. Esta prática adequada vai ao encontro do paradigma da inclusão e das características do Desenho Universal para Aprendizagem. Percebemos na fala destes professores a crença de que o BJJ é uma arte maleável e que cultua a diversidade, sendo acessível a todos.

“O Jiu-Jitsu é uma linguagem corporal inclusiva e plenamente adaptável às demandas do praticante. Uma prática corporal adequada.” (P 01)

“O Jiu-Jitsu é um esporte totalmente adaptável a qualquer situação que o aluno apresente, se tornando assim um esporte para todos.” (P 02)

“Com certeza, já presenciei diversas pessoas com deficiência praticando Jiu-Jitsu. A luta, devido a sua diversidade de posições e estratégias, pode se encaixar a todo tipo de especificidade do corpo ou limitação.” (P 04)

“O Jiu-Jitsu é uma arte marcial adaptável, com exercícios específicos para cada biotipo. Ele consegue trabalhar as partes cognitivas, motoras, e explora bem o lado específico de cada ser humano.” (P 20)

“Jiu-Jitsu é para todos, mas principalmente para quem é mais fraco poder vencer o mais forte, seja com ou sem deficiência, aqueles com deficiência irão compensar com outras habilidades chegando a um equilíbrio.” (P 22)

“Jiu-Jitsu é uma arte extremamente adaptada a quem pratica.” (P 34)

“As artes marciais, em especial o Jiu-Jitsu, apresentam uma grande flexibilidade pedagógica para a aquisição das técnicas da modalidade. O próprio Jiu-Jitsu Brasileiro foi fruto de adaptações técnicas de seu precursor Hélio Gracie. Cito também outro ícone do Jiu-Jitsu brasileiro e contemporâneo de Hélio Gracie, o mestre Fadda, que em seu livro “Jiu-Jitsu e a queda do complexo”, relata dois episódios que ocorreram em sua academia e que dizem respeito à duas pessoas com deficiência: Torpedo, um amputado dos 2 membros inferiores e Aranha, com paralisia cerebral.” (P 12)

Outra categoria encontrada diverge um pouco da anterior e se aproxima mais do paradigma da integração, onde o praticante tem que se adaptar à modalidade. Nesta categoria os professores afirmam que a pessoa com deficiência pode praticar a modalidade, desde que sejam feitas adaptações relacionadas à deficiência.

“O Jiu-Jitsu é acessível a todos, só são necessárias algumas adaptações à pessoa com deficiência.” (P 52)

“Existem diversas formas de praticar esse esporte, basta o professor e aluno se adequarem as condições específicas dessas situações.” (P 29)

“Já temos vários exemplos de que é possível adequar os treinamentos as deficiências físicas e Síndrome de Down. O Jiu-Jitsu faz milagres.” (P 28)

“Com adaptações a deficiência é possível a pessoa com deficiência realizar as atividades.” (P 07)

Encontramos também uma categoria que restringe a prática a determinadas deficiências. Podemos perceber esta restrição quando os professores sugerem em suas falas alguma condição para prática da modalidade relacionada a determinada deficiência.

“Dependendo da deficiência as aulas podem ser adaptadas para atender as necessidades do aluno.” (P 06)

“Dependendo de sua deficiência, adotamos uma forma de praticar a arte sem que possa colocar sua integridade física em risco, isto só é possível devido a diversas formas de se praticar o Jiu-Jitsu.” (P 14)

“Princípios básicos da inclusão solidificam que é possível adaptar qualquer atividade física para qualquer indivíduo, desde que haja mobilidade mínima necessária.” (P 35)

“Desde que haja possibilidade de adaptação do movimento à deficiência da pessoa.” (P 39).

“A adaptação das técnicas vai depender da deficiência.” (P 46)

“Dependendo do grau de deficiência, dá para fazer um bom trabalho. Mesmo sendo um retorno demorado devido determinadas limitações.” (P 59)

Por fim, temos a categoria daqueles professores com deficiência e dos que já trabalham ou vivenciaram o contato com estes atletas.

“Jiu-Jitsu capacita os fracos, dando a eles a força de vontade para superar obstáculos. Sou um exemplo disso.” (P 11)

“Tive a oportunidade de conhecer e treinar com diversas pessoas com deficiência, tipo amputação de membros, paralisia parcial dos movimentos entre outros. O atleta nessas condições conseguem praticar o Jiu-Jitsu e ter uma integração perfeita com os demais alunos.” (P 15)

“Eu mesmo ensino crianças com deficiência física, deficiência auditiva e psicomotora.” (P 29)

“É totalmente possível. No nosso treino tem um amigo que ensinava para cegos em Recife. Se chamava “Jiu-Jitsu com tato”.” (P 41)

“Formei uma turma com cegos.” (P 43)

“Já presenciei várias pessoas com deficiência em competições.” (P 52)

7.2.2 Segurança para ensinar o Jiu-Jitsu Brasileiro para pessoas com deficiência.

Quando perguntados se “já vivenciaram alguma experiência entre o BJJ e PcD” temos o disposto no Figura 8.

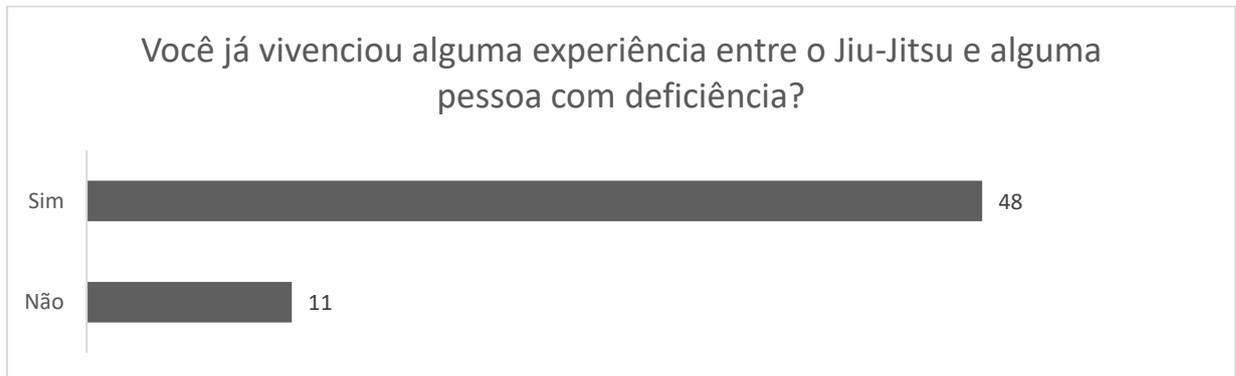


Figura 8 - Gráfico sobre vivência dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro acerca da prática da modalidade por pessoas com deficiência.

Fonte: O autor.

Podemos considerar que a presença de PcD no Jiu-Jitsu Brasileiro é uma realidade, visto que a maioria dos respondentes já presenciou de alguma forma. Alguns professores afirmaram já ter treinado com PcD ou presenciado a participação deste em competições. Podemos perceber em alguns relatos que o primeiro contato com este público praticando a modalidade surpreendeu, e alterou uma visão depreciativa sobre praticante com deficiência e suas habilidades.

“Um garoto que não tinha o movimento das pernas. O garoto treinava de forma adaptada com todos, fazia parte do grupo da resenha, além do benefício físico, houve uma evolução mental muito grande da parte do aluno.” (P 2)

“Já tive parceiros de treinos com problemas de cegueira total, deficiência auditiva. Amputados também são cada vez mais praticantes.” (P 3)

“Já treinei com pessoas com deficiência física e Síndrome de Down. Acredito que o esporte mude a vida dessas pessoas, somado ao acolhimento típico das academias de Jiu-Jitsu. Acredito que o aluno se sintam mais autoconfiante e útil.” (P 56)

“Treino com um faixa preta que tem tetraplegia” (P 55)

“Já tive um colega de treino cego e já fiz algumas lutas em competições contra um PcD que tem uma única perna” (P 51)

“Em um período que estive em Maceió, treinei na equipe Kimura/Nova União onde havia um rapaz sem um dos membros superiores. Em outra ocasião na Copa Mercosul fiz uma luta contra uma pessoa com deficiência visual e já tive oportunidade em treinar com autistas.” (P 37)

“Sim, o praticante não tinha perna e mesmo assim ele adaptou bem sua forma de lutar, me surpreendendo e fazendo com que eu encarasse sua deficiência de forma normal.” (P 14)

“Em diversos campeonatos já presenciei atletas com paralisias, cegos e até paraplégicos” (P 26)

Também há relatos de professores que já ensinaram ou têm em suas turmas praticantes com as mais variadas deficiências.

“Tive um aluno com deficiência e vi que o Jiu-Jitsu fez muito bem para a vida dele.” (P 11)

“Foi um dos meus melhores alunos. Geralmente são mais dedicados” (P 17)

"Já tive várias experiências. E um que posso lembrar nesse momento foi um aluno com deficiência intelectual no qual ele teve um desenvolvimento muito grande, assim como inclusão no meio dos outros alunos. Infelizmente teve que se mudar e parou de treinar." (P 18)

“A senhora tem paralisia cerebral que a impedia de andar sozinha, com as aulas e treinamento, ela conseguiu se tornar independente no seu deslocamento.” (P 21)

“Montei um projeto com a média de 12 alunos, todos cegos ou baixa visão.” (P 43)

“Dei aula para um aluno com deficiência visual e ele se saia muito bem na execução dos golpes, incluindo as simulações de luta que existem ao final de cada aula.” (P 31)

“Já treinei e dei aula para pessoas com Síndrome de Down e Autismo” (P 47)

“Vivo de aprendizado, já tive vários contatos, com aluno surdo, por pouco tempo, já tive como juiz em uma luta de um atleta com amputação de braço. Hoje tenho um aluno com paralisia cerebral e faz um treino com todos da equipe. Mas o mais importante, tenho um filho com pequena deficiência motora do lado direito do corpo.” (P 50)

Com relação à segurança para ensinar o Jiu-Jitsu Brasileiro para pessoas com deficiência, observamos a Figura 9.

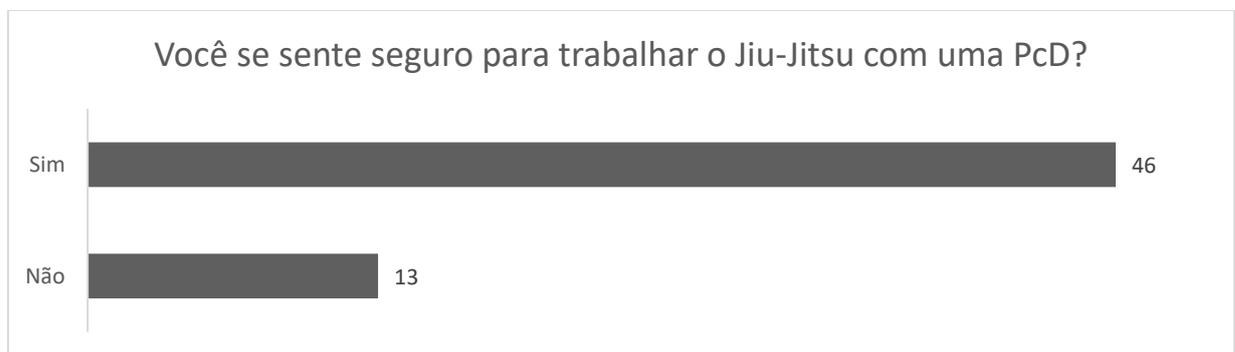


Figura 9 - Gráfico sobre o sentimento de segurança dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro para ensinar a modalidade para pessoas com deficiência.

Fonte: O autor.

Um dos motivos alegados pelos professores que indicaram insegurança para ensinar a modalidade para PcD é a falta de conhecimento teórico e prático.

“Acho que um aprimoramento teórico e prático no caso seria primordial.” (P 14)

“Não possuo nenhum conhecimento nessa área” (P 19)

Outros respondentes acreditam que, mesmo tendo experiência no ensino da modalidade, o fato de não ter formação em Educação Física é um fator limitante para sua atuação com este público.

“Apesar de dar aulas de Jiu-Jitsu há mais de 7 anos, não sou Educador Físico e não possuo nenhuma experiência com ensino de PcD” (P 23)

Por fim, há participantes que apontam a necessidade de cursos sobre a temática para sentirem-se seguros.

“Entendo ser necessário ter um curso sobre o assunto” (P 46)

“Preciso de alguma especialização” (P 48)

Quando perguntamos sobre o que fariam caso aparecesse alguma PcD querendo treinar com eles, oferecemos duas opções de resposta, uma ‘incluindo o aluno nas turmas regulares’ e outra ‘indicando o aluno a um lugar mais adequado’, o resultado é apresentado pela Figura 10.

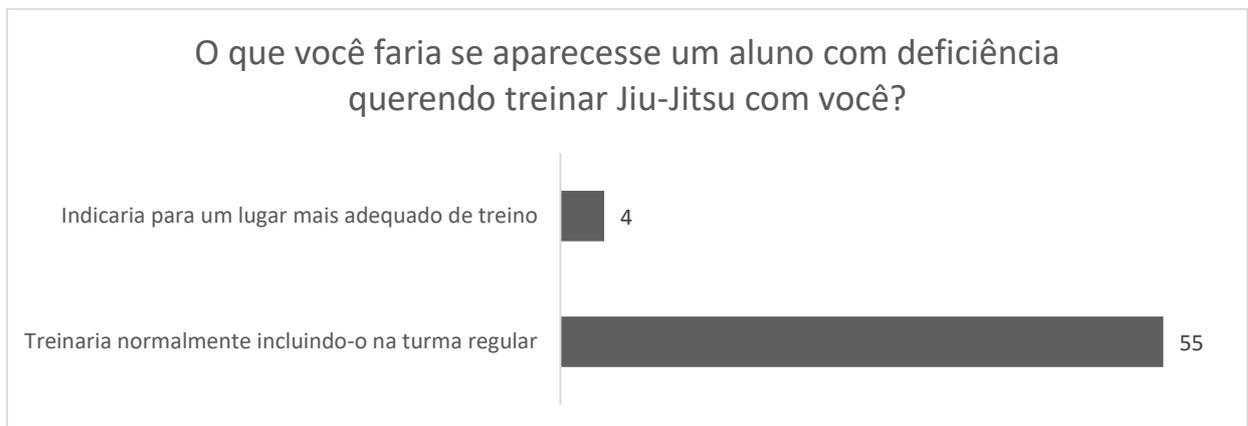


Figura 10 - Gráficos sobre confiança dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro em incluir o aluno com deficiência em suas turmas regulares.

Fonte: O autor.

Os professores que optaram por indicar o aluno a outro professor afirmaram não se sentir preparados para ensiná-los devido à falta de capacitação, experiência e insegurança. Outro praticante acredita ser necessário uma turma especial para esta demanda.

“Embora eu tenha algum conhecimento sobre a área, ainda o considero muito raso, creio que a experiência prática conta muito para desenvolver essa segurança, coisa que ainda não tive, o mais adequado para mim seria encaminhar para um profissional melhor preparado de minha confiança.” (P 10)

“É melhor indicar quem possa fazer um bom trabalho com esse aluno.” (P 46)

“Pois acho que tem que ser capacitado para tal” (P 45)

“A um amigo que tenha uma turma especial” (P 14)

7.2.3 Grau de confiança para ensinar o Jiu-Jitsu Brasileiro para praticantes com determinadas deficiências.

Os professores foram arguidos sobre o grau de confiança para ensinar o Jiu-Jitsu Brasileiro para praticantes com determinadas deficiências. Os respondentes deveriam escolher, de acordo com cada deficiência, numa escala de 1 a 7, sendo 1 “sem confiança alguma” e 7 “Plenamente confiante”. As deficiências elencadas foram: visual (Figura 11), física (Figura 12), auditiva (Figura 13), intelectual (Figura 14) e múltiplas (Figura 15).

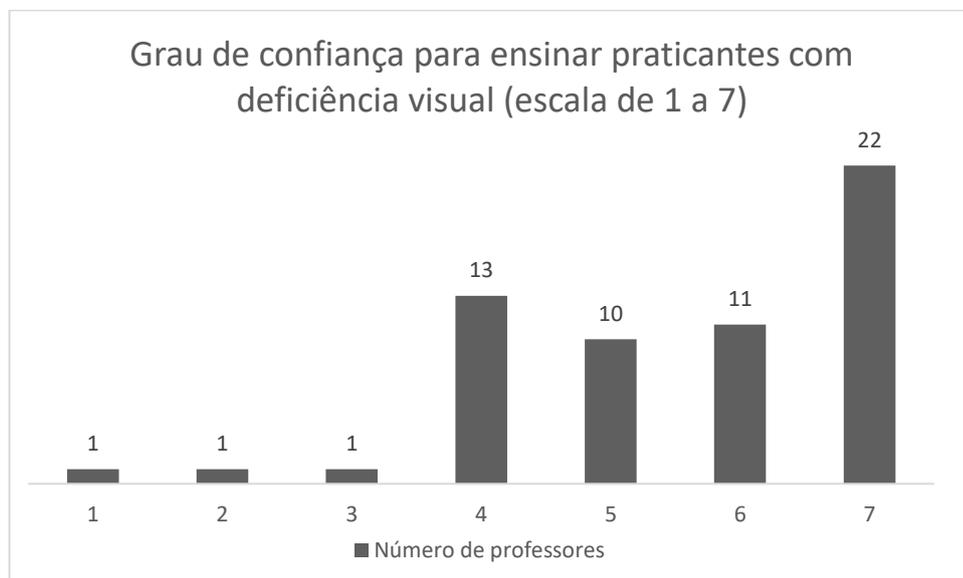


Figura 11 - Gráfico sobre segurança dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro para ensinar pessoas com deficiência visual.

Fonte: O autor.

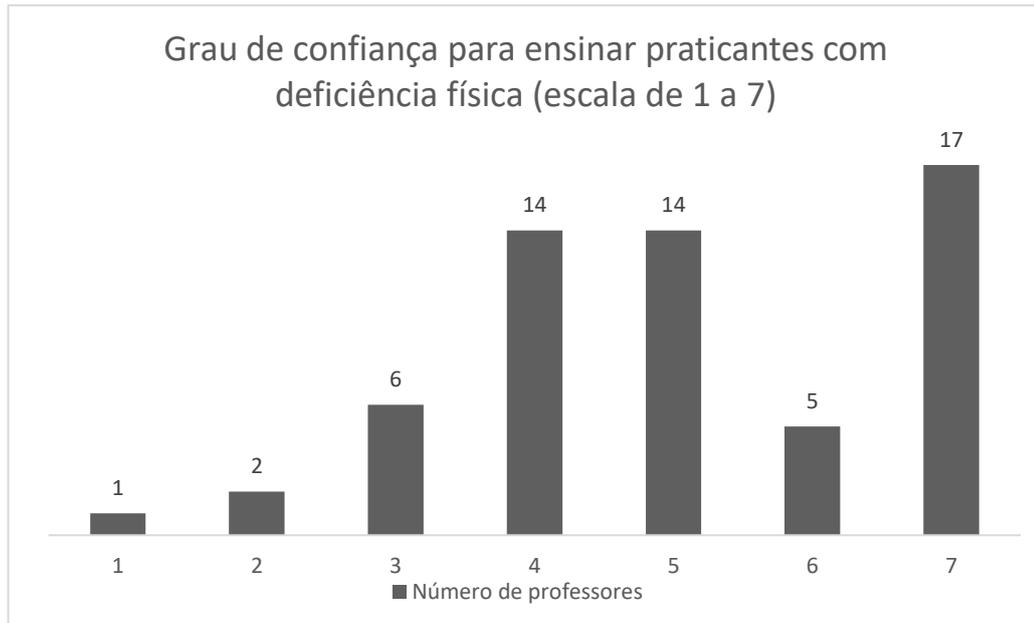


Figura 12 - Gráfico sobre segurança dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro para ensinar pessoas com deficiência física.

Fonte: O autor.

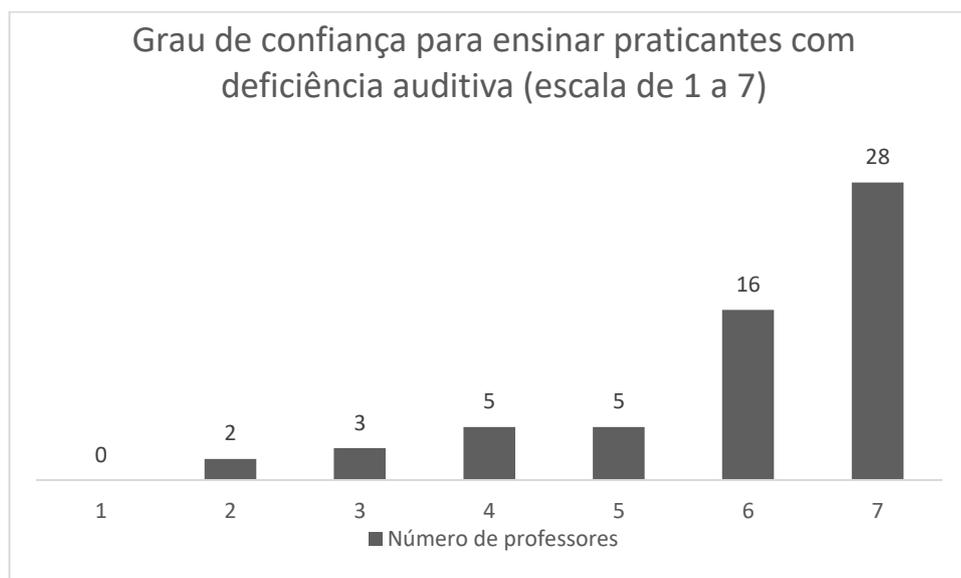


Figura 13 - Gráfico sobre segurança dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro para ensinar pessoas com deficiência auditiva.

Fonte: O autor.

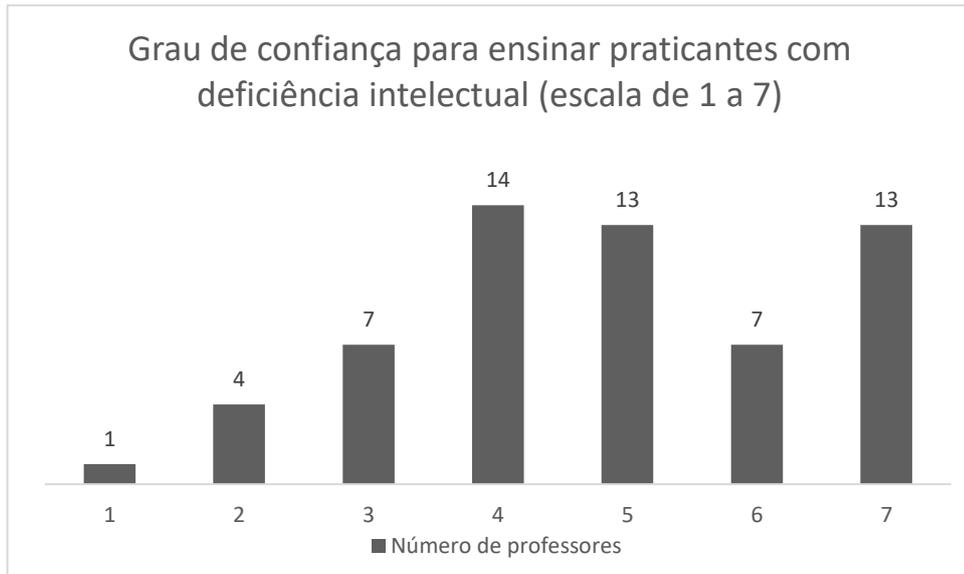


Figura 14 - Gráfico sobre segurança dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro para ensinar pessoas com deficiência intelectual.

Fonte: O autor.

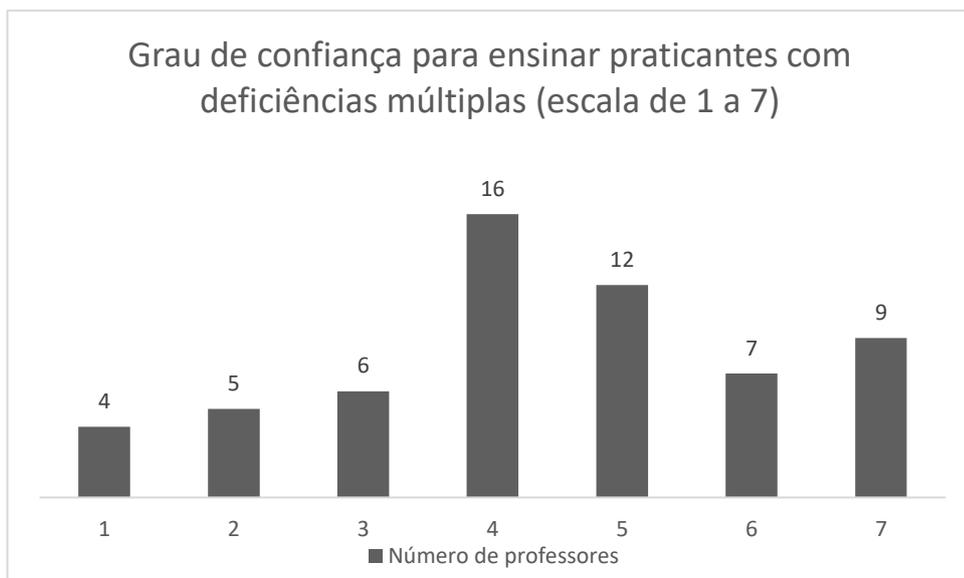


Figura 15 - Gráfico sobre segurança dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro para ensinar pessoas com deficiências múltiplas.

Fonte: O autor.

Na Figura 16 temos a relação do número de professores que se consideram confiantes para ensinar determinadas deficiências (aqueles que responderam 7 e 6), enquanto na Figura 17 temos a relação daqueles que não se consideram confiantes (que responderam 1 e 2).

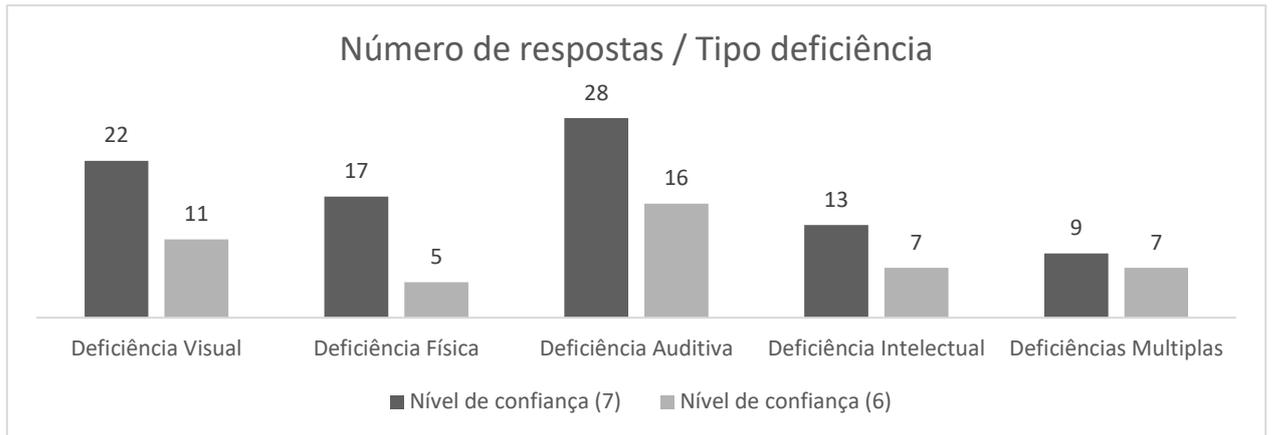


Figura 16 - Gráfico contendo número de professores de Jiu-Jitsu Brasileiro confiantes em ensinar determinadas deficiências.

Fonte: O autor.

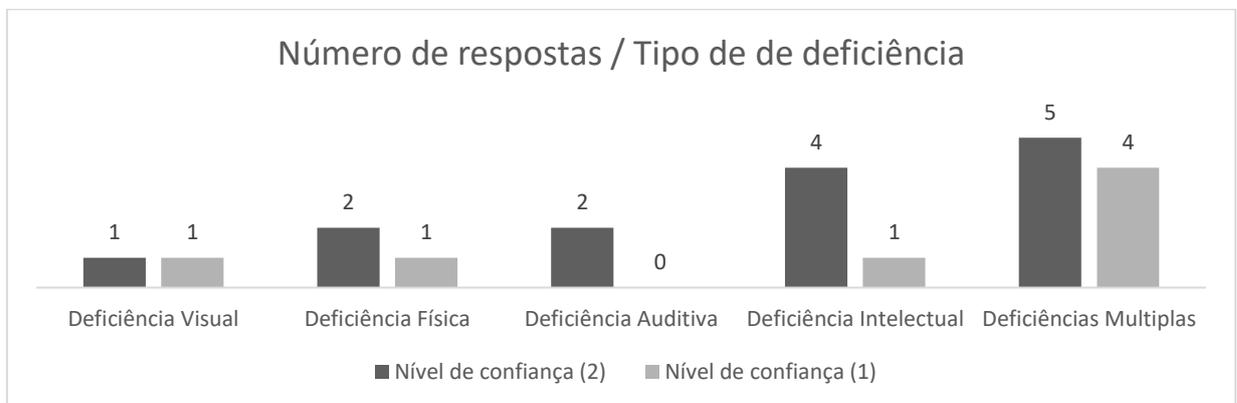


Figura 17 - Gráfico contendo número de professores de Jiu-Jitsu Brasileiro sem confiança para ensinar determinadas deficiências.

Fonte: O autor.

Geralmente, neste tipo de análise, espera-se que um professor que se sente inseguro para ensinar um praticante com determinada deficiência demonstre certa insegurança em ensinar todas outras, não havendo grande variação nos escores entre um tipo de deficiência e outra. Porém, ao analisarmos individualmente as respostas das Figuras 11 a 15, notamos que houve grande variação nestes escores na resposta de 29 professores.

Percebemos que o público respondente mostra maior insegurança para ensinar o BJJ para pessoas com deficiências múltiplas e intelectuais, ao passo que possui maior grau de confiança para trabalhar com pessoas com deficiências auditiva, visual e física. De modo geral, constatou-se que a tendência do grupo é mais para seguro em ensinar o BJJ para PcD do que inseguro.

A maior insegurança para ensinar pessoas com deficiências intelectuais pode estar relacionado a rotulação e as características do estigma relacionado a este grupo, algumas vezes oriundas das definições adotadas para a classificação destes indivíduos. Segundo Glat et al.

(2013, p.80) “a definição de deficiência intelectual é complexa, por se tratar de uma denominação genérica que abrange um grupo muito heterogêneo de indivíduos, com diferentes níveis de comprometimento e etiologias.”.

Ainda segundo as autoras, para ensinar uma turma inclusiva é importante que o professor tenha uma visão positiva destes alunos, focada em suas potencialidades, ao mesmo tempo que reconhece suas limitações. A participação da família e a aceitação das diferenças pelo grupo são outros fatores preponderantes e que devem ser mediados pelo professor.

7.2.4 Fontes de pesquisa dos professores.

A pergunta “Onde costuma buscar por informações técnicas e metodológicas sobre o Jiu-Jitsu Brasileiro?” oferecia 5 opções de resposta, podendo o respondente escolher mais de uma opção. As opções eram “Cursos e seminários”, “Livros e artigos científicos”, “Vídeos e informações compartilhadas na internet”, “Conversa com outros mestres e professores” e “Outras fontes”. O escore para cada opção de resposta está disposto na Figura 18.

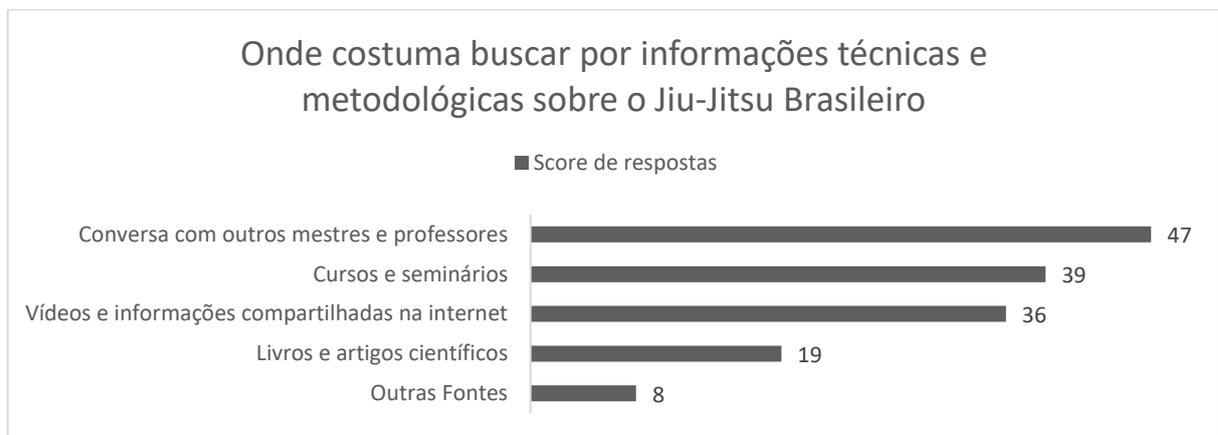


Figura 18 - Gráfico sobre fontes de pesquisa dos professores de Jiu-Jitsu Brasileiro.

Fonte: O autor.

Podemos notar que a conversa entre os professores, os cursos e seminários e os conteúdos compartilhados na internet são as principais fontes de pesquisas dos professores. Tal fato corrobora com a ideia de utilizarmos um Ambiente Virtual de Aprendizagem que estimule a construção coletiva e colaborativa do conhecimento para a atualização profissional dos professores acerca da inclusão da pessoa com deficiência no Jiu-Jitsu Brasileiro e da criação e utilização de novas metodologias de ensino da modalidade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, é importante salientar que não devemos analisar os resultados desta pesquisa sob o viés de que o Jiu-Jitsu Brasileiro seja uma prática melhor ou mais adequada que qualquer outra no processo de inclusão das PcD. Tampouco devemos nos aproximar do discurso ilusório de que o esporte é imprescindível nesse processo ou um caminho ideal. É necessário atentar que o Jiu-Jitsu Brasileiro é apenas uma lente, um ponto observado pelo pesquisador, dentro do amplo universo de questões relativas à justiça social e inclusão. Os benefícios relatados pelos praticantes poderiam ter sido adquiridos em quaisquer outros ambientes e são devidos basicamente a dois fatores primordiais. A quebra do estigma e o acesso.

O direito de engajar e participar de quaisquer atividades pode parecer pleno, mas não é. As barreiras são diversas, e não se impõem somente as PcD, mas a vários outros grupos que, de alguma forma, são estigmatizados e colocados à margem da sociedade. No caso das PcD, as barreiras impostas a participação se acumulam e vão desde a questão arquitetônica até as barreiras criadas nas relações sociais. Os conceitos de desenho universal para arquitetura e para aprendizagem surgem como saltos procedimentais que vão ao encontro do paradigma da inclusão. A acessibilidade é o ponto de partida para se respeitar o direito a participação, e através da participação e convívio social, se pode pensar em uma queda das barreiras sociais, geralmente relacionadas ao preconceito e estigmatização.

Notamos ao longo desta pesquisa que da união de pessoas em torno de um interesse comum, em comunidades de prática, surgem ambientes ricos para aprendizagem e, especificamente no caso das PcD, de reconhecimento intersubjetivo e queda de preconceitos. A autoconfiança, o autorrespeito e autoestima foram estimulados devido as trocas realizadas entre os indivíduos em relações sociais positivas, que aconteceram dentro de um contexto específico. Tais estímulos poderiam ter ocorrido em diversos outros contextos diferentes do Dojo. Creio que podemos afirmar analisando esta pesquisa é que o Jiu-Jitsu Brasileiro, de acordo com a fala tanto de professores quanto de praticantes com deficiência, é uma prática com barreiras maleáveis de transposição pelos praticantes com deficiência. Notamos que as estratégias redistributivas não são suficientes para garantir Justiça social. O BJJ, enquanto desenho universal, possibilita a aceitação de entes historicamente marginalizados, reitera sua posição pela alteridade, combate o discurso de superação e heroísmo e ainda prepara a sociedade ante os dilemas de redistribuição-reconhecimento causados por estratégias redistributivas impostas por força de lei.

No percurso de desenvolvimento deste trabalho foi possível adentrar a comunidade de prática virtual do Jiu-Jitsu Brasileiro dos praticantes com deficiência e perceber que esta se encontra em estágio de maturação. Através dos contatos realizados nas redes sociais notamos que grande parte dos praticantes se conhecem e “seguem” uns aos outros nestes ambientes virtuais. É notável que existe uma união e troca de informações entre estes atletas nas redes sociais, mesmo que residam em cidades diferentes. A velocidade da internet e as redes sociais surgem como uma forma de aproximação dos indivíduos, mediando as trocas e combatendo o isolamento. A prática do Jiu-Jitsu Brasileiro configura um ponto de interesse mútuo e um motivo para interação que tende a se transformar em afinidade e amizade.

A produção de conteúdo técnico da modalidade por atletas com deficiência ainda é pequena em relação as produções feitas por praticantes sem deficiência. Quando adentramos o período de distanciamento social, devido a pandemia da COVID-19, percebemos um aumento no número de transmissões de conteúdo por esse público, principalmente em transmissões “ao vivo”, onde falavam sobre questões relativas à prática da modalidade. Com a prática impossibilitada nos Dojos, as redes sociais serviram como uma forma de manter o contato com a modalidade e com os outros praticantes. Um fator que aponta para um aumento dessa produção de conteúdo no futuro é que a maioria dos entrevistados nesta pesquisa demonstrou interesse em ensinar a modalidade. É provável que nos próximos anos tenhamos uma nova geração de faixas preta, nativos digitais com deficiência, que utilizarão as redes sociais para compartilhar suas produções.

Percebemos que todos os professores entrevistados afirmaram ser possível que PcD praticassem o BJJ, e a grande maioria já havia presenciado tal fato. Os professores basearam suas explicações no discurso de que o BJJ é uma prática adequada por natureza, e que adaptações estão presentes em seus princípios fundamentais. Encontramos o mesmo discurso em algumas falas dos praticantes com deficiência. Podemos inferir que os fundamentos primordiais da modalidade vão ao encontro do conceito da universalidade, sendo assim considerada uma prática adequada pela maioria dos respondentes dessa pesquisa. No relato dos professores foi possível perceber que o contato com PcD através da modalidade, ou o simples fato de presenciar algum praticante com deficiência lutando BJJ, contribuiu para uma mudança de visão acerca das PcD, removendo rótulos e preconceitos.

A maioria dos professores afirmou segurança para ensinar o Jiu-Jitsu Brasileiro para PcD baseados na premissa de universalidade da arte. Com relação a determinadas deficiências, percebemos que as deficiências múltiplas e intelectuais surgem como maior desafio para os professores no ensino da modalidade. A falta de conhecimento teórico e prático e de alguma

formação específica foram apontados como motivos de insegurança. Tal constatação, aliado com o fato de professores utilizarem como fontes de pesquisa a conversa com outros professores, os cursos e seminários e os conteúdos compartilhados na *internet*, corroboram para a elaboração de nosso produto e a metodologia escolhida.

O resultado desta pesquisa representa a esperança de uma grande evolução do Jiu-Jitsu Brasileiro da pessoa com deficiência. A vontade dos praticantes com deficiência em trilhar o árduo caminho até a faixa preta e de ensinar, é primordial para o desenvolvimento do BJJ. É bem provável que num futuro próximo teremos uma geração de faixas preta com deficiência engajada no ensino da modalidade e compartilhando seu conhecimento com outros professores sem deficiência, contribuindo para melhora da qualidade de ensino e para inclusão das pessoas com deficiência.

9 CURSO DE ATUALIZAÇÃO PROFISSIONAL “ASPECTOS DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O JIU-JITSU BRASILEIRO”.

Com base na demanda constatada pela pesquisa, elaboramos um curso de atualização profissional chamado “Aspectos da inclusão da Pessoa com deficiência e o Jiu-Jitsu Brasileiro”. O curso foi elaborado no *Moodle* (versão 3.7.7) e oferecido pela Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – Fundação Cecierj, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação – SECTI, no primeiro período letivo de 2020, integrando a área de Prática Docente, com 30h de duração. O Edital 2020-1 dispõe sobre as características dos cursos de atualização:

Os Cursos de Atualização da Fundação Cecierj são oferecidos em períodos letivos. Os cursos são gratuitos e têm carga horária de 120 horas, organizada em disciplinas de 30 horas; os cursos são distribuídos nas seguintes grandes áreas: Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos, Matemática, Prática Docente e Tecnologia Educacional. [...] Os Cursos de Atualização se destinam a complementar a formação dos professores com base na discussão de diferentes temáticas pertinentes à Educação Básica. As disciplinas integrantes das áreas de Ciências da Natureza, Ciências Humanas, Linguagens e Códigos e Matemática são construídas com base no Currículo Mínimo adotado no Estado do Rio de Janeiro. O objetivo principal é alinhar as habilidades e competências desenvolvidas no curso com aquelas necessárias na prática docente. As disciplinas integrantes das áreas Prática Docente e Tecnologia Educacional abordam temas transversais a todas as áreas do conhecimento e se destinam a colaborar com novas práticas pedagógicas e incentivar o aprimoramento das já existentes.

O curso foi divulgado pelo site da Fundação Cecierj e via redes sociais (*Instagram, Facebook e Whatsapp*), tendo 282 inscritos, sendo selecionados 108 participantes. Destes, 50 concluíram o curso, tendo aproveitamento superior a 60% do total proposto.

9.1 ESTRUTURA DO CURSO

Iniciamos as interações com os cursistas no dia 10/03, seguindo o cronograma disposto no Quadro 2:

Quadro 2 - Cronograma do curso de atualização profissional.

| Conteúdos | Data |
|--|------------|
| Apresentação dos cursistas e da equipe. | 10/03/2020 |
| História do jiu-jitsu brasileiro | 17/03/2020 |
| Aspectos da inclusão | 24/03/2020 |
| Introdução ao Jiu-Jitsu Brasileiro Desportivo e Paradesportivo | 31/03/2020 |
| Jiu-Jitsu Brasileiro e Educação | 07/04/2020 |
| Atividade prática | 14/04/2020 |
| TICs e Educação: aprendendo através das comunidades de prática | 28/04/2020 |
| Comunidades de prática virtuais do Jiu-Jitsu Brasileiro: A voz dos praticantes com deficiência | 05/05/2020 |
| Metodologia de ensino do Jiu-Jitsu Brasileiro | 12/05/2020 |

Quadro 2 - Cronograma do curso de atualização profissional.

| Conteúdos | Data |
|---------------------|------------|
| Adequações técnicas | 19/05/2020 |
| Avaliação do curso | 26/06/2020 |
| Encerramento | 02/06/2020 |

Fonte: O autor.

Além do Cronograma, foram fixados na página inicial do curso (Figura 19) o Edital 2020-1, o Guia do Curso (Apêndice F) e dois recursos de “Fórum”, um para “Avisos” e outro para “Dúvidas”. Estes recursos permaneceram fixos durante todo curso.

Figura 19 - Página inicial do curso de atualização profissional.

Fonte: O autor.

Os conteúdos foram divididos em tópicos e liberados de acordo com o cronograma. Apesar da característica assíncrona do curso, priorizamos este formato com o intuito de estimular certa sincronidade na participação dos Fóruns e outras atividades. Pedimos aos cursistas que participassem das atividades de cada tópico antes de iniciarmos um novo conteúdo. Contudo, as atividades propostas e conteúdos permaneciam abertos mesmo após iniciarmos novos tópicos, dando maior flexibilidade e oportunidade para os discentes organizarem seus estudos.

Em cada tópico apresentamos uma breve introdução com instruções sobre o conteúdo e as atividades da unidade (Figura 20). Elaboramos os conteúdos teóricos utilizando o recurso “Livro”, sob o título de Leitura-base (Figura 21). Além dos conteúdos teóricos, utilizamos outros recursos como vídeos e artigos complementares. Em cada semana havia também uma

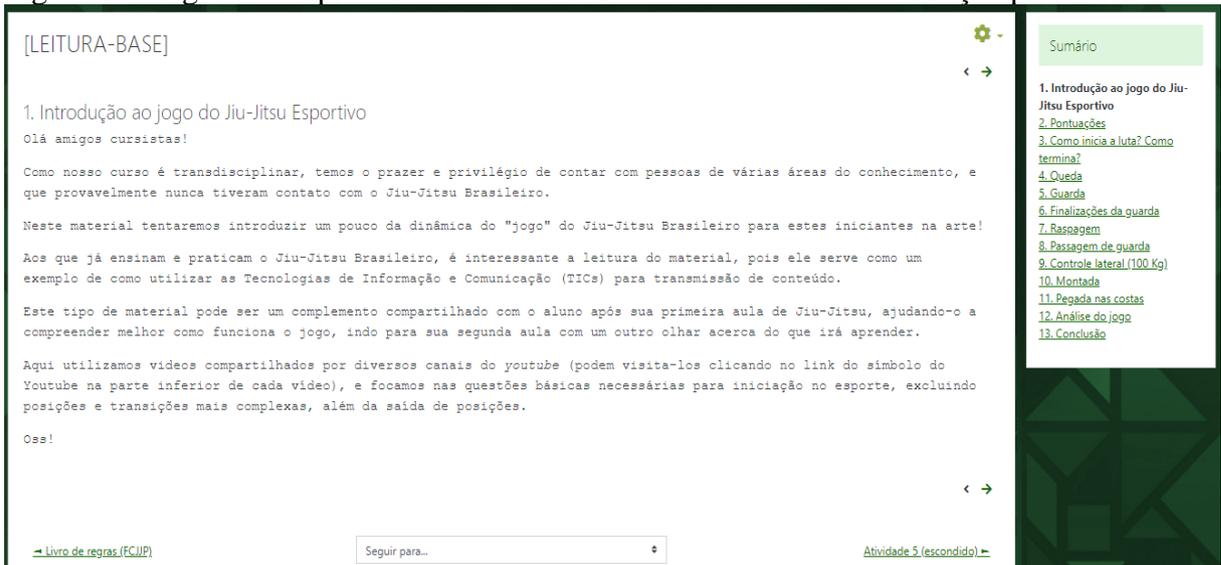
atividade como fórum, questionário ou redação. Cada tópico e as respectivas atividades serão detalhados nos capítulos seguintes. Cabe ressaltar que devido a pandemia da COVID-19, foram necessárias algumas adequações relativas a certas atividades programadas previamente.

Figura 20 - Figura representando a estrutura básica dos tópicos do curso de atualização profissional.



Fonte: O autor.

Figura 21 - Figura exemplo o recurso de Leitura-base do curso de atualização profissional.



Fonte: O autor.

9.2 APRESENTAÇÃO DOS CURSISTAS E DA EQUIPE

Neste tópico fizemos uma breve introdução sobre o que se esperar dos conteúdos e recordamos alguns assuntos tratados no Guia do Curso. Reforçamos que o curso não tem a pretensão de ensinar os cursistas a lutar ou dar aulas de Jiu-Jitsu Brasileiro, pois nada substitui os anos de prática no Dojo e em sala de aula. Tampouco pretendíamos apresentar uma “fórmula pronta” para se ensinar o Jiu-Jitsu Brasileiro para pessoas com determinadas deficiências. Frisamos que cada aluno, com deficiência ou não, é semelhante em suas diferenças, e sempre representam um desafio ao professor.

Apontamos que o ambiente virtual de aprendizagem iria priorizar a troca de experiências e vivências entre os participantes, estimulando o planejamento pedagógico, e a reflexão sobre a prática docente, realizando uma introdução ao modelo de inclusão, estimulando a reflexão e aplicação de diversas metodologias de ensino no Jiu-Jitsu Brasileiro assim como o uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Foi aberto um “Fórum de apresentação” para a equipe e os cursistas se conhecerem. Pedimos para os cursistas falarem um pouco sobre sua formação, profissão, onde moram e quais expectativas sobre o curso. Perguntamos ainda se praticavam Jiu-Jitsu, possuíam alguma deficiência ou se já ensinaram ou treinaram com algum praticante com deficiência.

O Fórum nos serviu como uma ferramenta importante para conhecermos o público-alvo do curso e direcionar a elaboração dele. Percebemos que havia grande diversidade, com cursistas residentes em diversas localidades.

“Boa noite, me chamo [...] sou professor de jiu-jitsu, faixa preta, trabalho na minha academia em Manaus / Amazonas - faço um trabalho voluntário na Apae Tefé município de Manaus.” (C 17)

“Olá, meu nome é [...], natural de Fortaleza, morei no RJ e já faz 5 anos que moro na Costa Rica, aqui tenho uma academia própria e tenho um projeto social que ajudamos mais de 80 crianças. Tenho 1 aluno com deficiência, mas tenho certeza de que poderei ajudar mais a comunidade com o que vamos ver neste curso. Obrigado pela oportunidade.” (C 44)

“Olá!! Chamo [...], moro em Balneário Camboriú -SC. Sou Pedagoga, com especialização em Educação Especial e Inclusiva. Trabalho no setor de Educação Especial com atendimento aos alunos que necessitam de acompanhamento especializado no município. Me interessei pelo curso pois tenho necessidade em estar me atualizando no assunto, para ter mais conhecimento e estar apta a trazer novidades para aguçar o desejo de nossos educandos.” (C 86)

Percebemos também que haviam cursistas com bastante experiência no ensino de Jiu-Jitsu Brasileiro.

“Boa tarde! Meu nome é [...]. Sou licenciado em Educação Física e formado em Fisioterapia pela UCB. Pós graduando em Educação Física Escolar pela Faveni. Sou Faixa Vermelha e Branca de Jiu-Jitsu pela IBJJF. Comecei a minha prática docente na Arte Suave, na Academia do meu pai, Grande Mestre [...] em 1978. Sou funcionário público estatutário do Estado do Rio de Janeiro. Atuo como Instrutor de Jiu-Jitsu na Fundação de Apoio à Escola Técnica - FAETEC desde 1998 e como Professor de Educação Física da SEEDUC RJ desde 2011. Sou supervisor do Projeto, Luta: Escola da Vida do Instituto Irmãos Nogueiras (Minotauro e Minotauro) desde 2017. Trabalhei como Professor de Jiu-Jitsu no Centro Esportivo Miécimo da Silva -CEMS em Campo Grande RJ, de janeiro de 1998 até março de 2013. Já tive algumas experiências marcantes com PcD em minhas aulas de Jiu-Jitsu. Ansioso para dar início ao curso e trocar experiências com meus nobres colegas.” (C 35)

“Olá! Boa tarde a todos, primeiramente agradecer a iniciativa do curso, que vai beneficiar muito no aspecto inclusivo da pessoa com deficiência no Jiu-Jitsu brasileiro. Meu nome é [...] praticante de Jiu-Jitsu a 36 anos, ministro aulas a 24 anos sou faixa preta 6º grau licenciado em História na faculdade UniRio. Portanto, tenho alunos com deficiência física, e espero aproveitar o máximo esse espaço de troca que este curso vai me proporcionar e me aperfeiçoar nos conhecimentos pedagógicos.” (C 58)

Contamos também com a participação de cursistas com deficiência ou que possuíam algum familiar próximo com deficiência.

“Olá a todos. Meu nome é [...], pratico Jiu-Jitsu há 20 anos. Às vésperas de minha graduação à faixa preta tive que fazer 3 transplantes e 22 cirurgias. Isso me deu novas perspectivas enquanto ser vivente e artista marcial. Tudo mudou e comecei uma árdua tentativa de adaptação. Sou cientista de dados, moro em Natal, mas faço Doutorado no RJ, na FioCruz. Sou professor Voluntário de Jiu-Jitsu da ASFOC (Associação dos Funcionários da Fundação Oswaldo Cruz). Grandes expectativas neste curso enquanto PcD e professor de Jiu-Jitsu.” (C 40)

“Olá, Bom dia! Sou [...], Professora de Educação Especial e mãe do [...] autista de 10 anos. Minha intenção é aprender mais sobre esse esporte e a relação com a Inclusão e a Educação Especial. Espero que o curso traga informações para o meu desenvolvimento pessoal e profissional e que eu consiga aplicar em meu dia a dia com os meus alunos e meu filho. Um forte abraço!” (C 20)

“Olá, me chamo [...], sou praticante de Jiu-Jitsu e formado em Educação Física, admiro muito o esporte pela diversidade que ele proporciona em relação aos praticantes, tive um AVC em 2013, tenho uma mínima limitação no lado esquerdo o que não me impede de nada, somente preciso olhar para o ponto onde vou fazer a pegada, mas fora isso sigo em frente numa boa. Será um grande prazer agregar conhecimento junto com todos professores e cursistas. Obrigado.” (C 03)

“Olá. Meu nome é [...]. Sou professor de educação física formado em 2002 pela UFRJ e recentemente terminei uma pós na UFF em educação física escolar. Sou morador do RJ, professor do Estado e da prefeitura do RJ. Trabalho no clube escolar Engenho de Dentro com Judo. Comecei a prática do Judo e do Jiu-Jitsu em 1986. Mas a vida vai mudando e fiquei quase 30 anos sem vestir o judogi. Retornei em 2017 para o Judo e em 2018 para o Jiu-Jitsu. Na escola, trabalho com crianças autistas, com déficit de atenção, hiperativos etc. Não tenho deficiência, embora tenha uma limitação física devido a uma lesão no menisco. Me interessa muito pelo tema inclusão e ainda associado ao tema lutas, juntaram-se as peças que faltavam. Espero fazer boas trocas no grupo.” (C 29)

Por fim, participaram do curso pessoas com diversas formações e profissões. Alguns participantes nunca tiveram contato com o Jiu-Jitsu Brasileiro, mas sentiram-se interessados pelo tema abordado pelo curso.

“Olá, estou muito empolgado para participar deste curso. Me chamo [...], e sou professor de Física no IFRJ - Campus Duque de Caxias. Sou natural de Nova Iguaçu - RJ, mas atualmente resido no município de Duque de Caxias-RJ. Gosto muito de ser professor e já atuei como professor voluntário de Física e Matemática em Cursos comunitários em Belford Roxo, Nova Iguaçu e Queimados. Também já fui professor do Estado do Rio no CIEP 119 - Austin e Tutor Presencial do CEDERJ nos Polos Campo Grande, Paracambi e Nova Iguaçu. Em minha atuação como professor, venho lecionando Física para turmas do Ensino Médio Regular, EJA, Ensino Técnico e Graduação. A maior parte de minha formação acadêmica foi na UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro), de 2001 a 2013 cursei Licenciatura e Bacharelado em Física, Mestrado em Física da Matéria Condensada e Doutorado em Ciências. Além destes cursos também participei de atividades de pesquisa, extensão e culturais. Fiz minhas primeiras aulas de dança de salão na UERJ e assisti à muitos espetáculos, como shows, apresentações de dança, oficinas e peças de teatro. Para aprimorar meus conhecimentos como professor, fiz um curso de especialização em EJA de 2015 a 2017 no IFRJ - Campus Nilópolis. No IFRJ, sou Coordenador do Laboratório de Física em meu Campus, e organizo aplicação das Olimpíadas de Física, Astronomia e Ciências. Como se já não realizasse atividades o suficiente, sou aluno de Jiu-Jitsu Brasileiro no IFRJ em Ação - Projeto Lutas (projeto de extensão que se propõe a ensinar Karatê, Taekwondo e Jiu-Jitsu para comunidade interna e externa do IFRJ). Desde que fiz uma aula para experimentar, não quis mais parar. Hoje estou na faixa azul. No IFRJ temos alunos com algumas deficiências (surdos, baixa visão, cadeirantes, etc...). Espero que a troca de informações neste curso me ajude a melhorar minha atuação como professor e como atleta amador de Jiu-Jitsu. Um abraço a todos e bom curso.” (C 76)

“Me chamo [...], sou professor de filosofia e praticante de Jiu-Jitsu! Me preparando para começar a dar aulas de Jiu-Jitsu.” (C 52)

“Olá! Meu nome é [...], sou pedagoga, neuropsicopedagoga e atualmente professora de Educação especial, profissão que o coração escolheu. Fiz a pedagogia e gestão escolar pela Faculdade de Formação de Professores da UERJ e tempos atrás me encontrei numa especialização de Esportes e Atividades físicas inclusivas pela UFJF. Espero sinceramente que consiga ampliar os conhecimentos dentro do esporte e das possibilidades diversas que percebo para as pessoas com deficiência.” (C 27)

“Olá, Sou [...], tenho 24 anos natural do Rio de Janeiro, atuo como faturista hospitalar e professor de Judô, pratico Jiu-Jitsu, formado em Educação Física (Faculdade Mércurio) e Pós-graduando em Lutas (UERJ), espero com o curso ganhar bagagem científica para me auxiliar na vida acadêmica e como professor de lutas, suprindo uma dificuldade que é a inclusão de pessoas com deficiência no mundo da luta, seja por aspectos sociais ou de rendimento esportivo. Um ótimo curso para todos!” (C 70)

“Olá, sou [...], minha área de formação é Sociologia. Atualmente estou na coordenação da escola em que atuo. O que motiva a realizar o curso é a questão da inclusão, que infelizmente ainda é muito complexa, não pratico Jiu-Jitsu, mas enxergo como um aliado na questão inclusiva.” (C 45)

“Olá! Me chamo [...], sou graduada em Pedagogia, pós-graduada em Psicopedagogia. atualmente faço outra pós em Atendimento Educacional Especializado e Inclusão, a cada ano que se passa recebo uma quantidade maior de crianças necessitando de atendimentos pedagógicos diferenciados e estou aqui para justamente aprimorar a minha prática enquanto profissional da educação.” (C 72)

“Boa Noite a todos, meu nome é [...], sou graduado em Licenciatura em Química, atualmente sou faixa Roxa de Jiu-Jitsu praticante a 6 anos. E posso dizer que o Jiu-Jitsu mudou minha vida e muda todos os dias! Sou instrutor onde eu treino e o tema é muito propício e pretendo aprender muito com a experiência do curso, já tive a oportunidade de ver de perto pessoas com deficiência praticando o esporte e é emocionante!!! Grato por ter a oportunidade de participar desta experiência!!!” (C 38)

“Meu nome é [...], sou ministro Presbiteriano. Já treinei Jiu-Jitsu e hoje tenho um pequeno projeto social em minha igreja, em São João de Meriti-RJ. Sou Mestrando em Teologia na área de estudos histórico-teológicos pelo Centro de Pós Graduação Andrew Jumper – CPAJ (Mackenzie-SP). Pós-Graduado em Mediação de Conflitos com Ênfase na Família, Pós Graduado em Gestão de Recursos Humanos, ambas pela Universidade Cândido Mendes – RJ, Bacharel em Teologia pela Faculdade Evangélica de Tecnologia, Ciências e Biotecnologia das Assembleias de Deus – FAECAD. Bacharel em Teologia pelo Seminário Teológico Presbiteriano Ashbel Green Simonton – RJ, e Graduado no Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Serviços em Atendimento pela Universidade Estácio de Sá.” (C 79)

9.3 HISTÓRIA DO JIU-JITSU

Na introdução deste tópico, frisamos que a história do Jiu-Jitsu é permeada de discursos, muitas vezes carregados de emoções e pouca comprovação por fatos. Realizando uma pesquisa rápida em algum aplicativo de busca, poderíamos encontrar versões diversas, com personagens diversos e tempos históricos conflitantes. Reforçamos que nosso intuito não era de apresentar uma história única e incentivar que a tratem como verdade absoluta, mas mostrar a diversidade de discursos presente no imaginário popular e na comunidade científica. Em seguida propomos aos estudantes que realizassem uma breve busca na Internet sobre o tema e postassem no Fórum chamado “Atividade 1” as versões históricas encontradas, assim como a fonte. Deixamos também uma seção de “leituras complementares”, com seis artigos relacionados ao tema.

A variedade de versões encontradas foi bastante rica, e a cada versão postada, haviam comentários do mediador aconselhando os discentes a lerem algum artigo complementar com outra versão. Tal atividade foi bastante enriquecedora, gerando várias reflexões sobre as histórias já conhecidas pelos participantes, apresentando outras versões e outros fatos. Antes de elaborar esta atividade, imaginamos que ocorreriam discussões acaloradas, movidas pela paixão e a forte identificação com as academias e agremiações, características do BJJ. No entanto, essa hipótese não se concretizou, e os comentários foram sempre construtivos e edificantes. Seguem respostas de alguns cursistas:

“A história do Jiu-jitsu no mundo possui algumas teorias que por sua vez divergem no que tange ao aparecimento da referida prática. o Jiu-Jitsu parece ter como precursores lutas de práticas similares oriundas da Grécia e Roma antiga, Índia e Japão. Segundo Hobsbawm (2012), torna-se difícil oficializar sua gênese pela falta de documentos históricos comprobatórios. A despeito dessas conjecturas distorcidas e pouco fundamentadas, no Brasil existe a associação do seu início no início do século XX,

com a chegada do japonês, nascido em 1878 (em Aomori), o Mitsuiyo Maeda, também conhecido como Konde Koma, cujo nome neste post será o referenciado. A partir disso, há relatos documentados por meios de jornalísticas da década de 20, como: A Época, Gazeta de Notícias, O Paiz, O Imparcial, O Século e o Correio Paulistano, noticiando pela primeira vez a chegada de Konde Koma à capital paulista. Segundo Cairus (2011), houve historicamente uma similaridade por noticiarem de forma relativamente contínua aspectos relacionados aos primeiros combates de Jiu-Jitsu e dos confrontos intermodalidades no país. Posteriormente, são relatados a intimidade de Konde Koma com Carlos, Gastão e Hélio Gracie, estes parecem ser os precursores e desenvolvedores de um estilo baseado no princípio da alavanca e do menor gasto energético durante os combates entre praticantes de Jiu-Jitsu e entre combates de diferentes estilos de artes marciais (Straub e Mendes, 2018).” (C 09)

“Em maior parte dos sites onde pesquisei, a Índia aparece como o lugar de origem do Jiu-Jitsu. Sendo o Japão quem o aprimorou e o difundiu para o mundo. Em relação aos precursores do Jiu-Jitsu no Brasil, li sobre outra perspectiva que não fosse da família "Gracie". Esse outra "história" conta que, em 1908, seis anos antes da chegada do Conde Koma, o Navio-Escola brasileiro Benjamin Constant havia resgatado dentre vários naufragos, dois japoneses, Sada Miyako e seu ajudante M. Kakiyama. Foram o Mestre Miyako e seu discípulo quem primeiro ensinaram Jiu-Jitsu aos brasileiros no navio.” (C 10)

“Muitos falaram da gênese do Jiu-Jitsu, realmente encontramos diversas fontes que acabam colocando como originária na Índia, outras vertentes na China, sempre ligados a monges e outras versões afirmam que sua genealogia está no Japão. Sigo muito a versão japonesa, sem desacreditar nas outras duas versões supracitadas. Entretanto, quando se fala de do Jiu-jitsu Brasileiro, aquele que viria a ser adaptado em terras tupiniquins, sempre ressaltam a família Gracie. De fato, são grandes responsáveis por readaptar e espalha pelo mundo todo o BJJ. Entretanto, quero dividir um outro lado da história do BJJ, o BJJ suburbano do Mestre Oswaldo Fadda (1921-2005). O mestre Fadda foi um Grande Mestre de Jiu-Jitsu Brasileiro, chegando ao 9º grau (faixa vermelha), sendo o aluno mais talentoso de Luiz França, e dando continuidade ao legado de seu mestre, sendo um dos mais importantes nomes da linhagem de mestres da GF Team, como Julio Cesar e Baraúna. Grande mestre Luiz França Filho foi um artista marcial brasileiro e um dos fundadores do Jiu-Jitsu Brasileiro. Aprendeu Judô/Jiu-Jitsu, com três mestres japoneses: Soishiro Satake e Mitsuyo Maeda (ex-alunos da Kodokan do mestre Jigoro Kano) e Geo Omori. Estudar a história da família Fadda, me fez conhecer a história do mestre Luiz França muitas vezes deixado de lado pelos praticantes de BJJ, que focam quase na maioria das vezes nos Gracie. Em 1916, iniciou seu treinamento de "Judô Kodokan" (conhecido como "Kano Jiu-jitsu" até 1925) com Soishiro Satake no Atlético Rio Negro Clube em Manaus. Permaneceu nesta cidade por um ano até mudar-se para Belém. Na academia de Mitsuyo Maeda em Belém, foi companheiro de turma de Donato Pires, Jacinto Ferro, Carlos Gracie e outros. Após este período, mudou-se para São Paulo onde concluiu sua formação com Geo Omori (que, em 1924, enfrentou Carlos Gracie num combate que terminou empatado). Terminada sua estadia em São Paulo, estabeleceu-se no subúrbio do Rio de Janeiro, onde transmitiu seu conhecimento a policiais e militares. Seus métodos de ensino são pouco conhecidos. Entretanto, sabe-se que dava grande ênfase ao aspecto da defesa pessoal em sua forma de ensinar. E, que deu oportunidade a moradores de favelas que desejavam aprender em sua academia. Enquanto a família Gracie ensinava a "arte suave" em áreas nobres do Rio de Janeiro, ele ensinava-a em comunidades carentes da cidade. Seu aluno mais célebre foi Oswaldo Fadda que manteve seu ideal de ensinar Jiu-Jitsu às classes populares. O esforço deste seu aluno, originou um novo ramo do Jiu-Jitsu Brasileiro. Em 1937, aos 17 anos, ao ingressar no Corpo de Fuzileiros Navais da Marinha do Brasil, na Fortaleza de São José, Ilha das Cobras - RJ começou treinamentos militares de Defesa Pessoal baseadas no Jiu-Jitsu com Luiz França, que fez parte do pequeno grupo de alunos de Mitsuyo Maeda, conhecido como Conde Koma, introdutor do Jiu Jitsu no Brasil, em 1917, na cidade de Belém, no estado do Pará. Luiz França, desenvolvia a prática do Jiu-Jitsu junto aos militares de elite da Marinha. Tendo em vista esta arte ser muito eficaz no aprimoramento das

técnicas militares de combate, e sem necessitar o uso de kimonos para prática, pois a farda se assemelhava ao kimono. Tendo em vista a grande aptidão e vontade de Oswaldo em se desenvolver dentro do esporte, França encontrou em Fadda a oportunidade de ensinar o Jiu Jitsu tradicionalmente ensinado por Maeda. Por se tratar de um aluno muito disciplinado e dedicado, destacou-se dentre os outros alunos de França e depois de um ano, Luiz França já dizia que Fadda seria um aluno de grande futuro e promoveu seu aluno no ano de 1942 a graduação de faixa preta. O sucessor de França fez por merecer as palavras de seu mestre e no mesmo ano em que fora graduado começou a ensinar Jiu Jitsu, no subúrbio do Rio de Janeiro em uma comunidade do bairro de Bento Ribeiro e seus primeiros alunos foram Alexandre de Souza Neves (Mestre Chandú), seu amigo (sendo o 1º e único faixa vermelha Grande Mestre formado por Oswaldo Fadda ainda vivo), e Humberto Fadda, seu irmão. Suas aulas eram de portas abertas a todos os jovens, crianças e adolescentes que se interessassem, e o pagamento era a rígida disciplina a ser obedecida, respeito aos pais e continuidade nos estudos. Em 27 de janeiro de 1950, nesse mesmo subúrbio, Fadda fundou sua própria academia, que é mantida até hoje por sua família que mora no mesmo endereço. A Academia, com mais de 60 anos contínua funcionando na Rua João Vicente, 1.191 - Bento Ribeiro, sendo comandada por Helio Fadda, sobrinho de Oswaldo. No subúrbio em que sempre viveu, com profundo idealismo, divulgou, extraordinariamente, esta modalidade esportiva. Demonstrava, com seus alunos, as técnicas do Jiu-Jitsu nas favelas, praças públicas, praias, morros, circos, pátios de igrejas e clubes, visando à ampla expansão de sua prática possível a todos. Vale salientar que o Mestre Fadda foi pioneiro em algo que liga a esse curso, na recuperação, através do Jiu Jitsu, de pessoas com deficiências físicas e até mentais, principalmente vítimas de paralisia infantil. Naquela época ainda não tínhamos um controle da paralisia infantil e Fadda tinha vários alunos com essa doença participando de suas aulas como forma de coordenação motora e exercícios.” (C 52)

Após a realização da atividade 1 foi sugerido o estudo da “Leitura-base” da unidade. Apresentamos para os cursistas a trajetória do Jiu-Jitsu no Japão, relacionando a criação e evolução da arte marcial com os aspectos socioculturais do país em cada época. Posteriormente apresentamos uma versão histórica da chegada do Jiu-Jitsu no Brasil, baseada em artigos que trazem fatos documentais consistentes, relacionando sua importação as características socioculturais brasileiras daquele período.

Para encerrar este tópico propomos o Fórum chamado “Atividade 2”, onde cada participante deveria contar sobre sua história no Jiu-Jitsu. Nosso intuito com esta atividade foi incentivar os cursistas a contarem sobre suas experiências afirmando-os como sujeitos ativos da história do Jiu-Jitsu Brasileiro. Para aqueles cursistas que não praticam a modalidade, foi sugerido dissertarem sobre seu interesse pelo BJJ.

Para leitura complementar oferecemos as seguintes publicações:

LISE, Riqueldi Straub; CAPRARO, Mendes André. **Primórdios do Jiu-Jitsu e dos confrontos intermodalidades no Brasil: Contestando uma história consolidada.** Revista Brasileira de Ciência do Esporte. 2018

CAIRUS, José. **Modernization, Nationalism and the Elite: the genesis of Brazilian Jiu-Jitsu, 1905 – 1920.** Florianópolis. Revista Tempo e Argumento. 2011

COELHO. M.S. et al. **O Samurai como metáfora da sociedade japonesa**. Revista Kinesis. 2016.

GREEN. A. T. **Martial arts of the world: an encyclopedia**. California. 2001.

ROCHA. A. et al. **Diasporic and Transnational Internationalization: The Case of Brazilian Martial Arts**. Rio de Janeiro. Brazilian Administration Review. 2015.

9.4 ASPECTOS DA INCLUSÃO.

Iniciamos este tópico apresentando um vídeo chamado “Visão histórica da deficiência¹⁴” que apresenta o percurso histórico da exclusão até o paradigma da inclusão das PcD. Propomos no Fórum chamado “Atividade 3” uma discussão sobre os conceitos apresentados no vídeo, devendo cada aluno expor suas opiniões e comentar sobre os apontamentos de outro dois cursistas.

“No decorrer do vídeo constata-se uma história muito triste do lugar que colocaram as pessoas com deficiência na sociedade, desde muito tempo atrás as pessoas com deficiência eram colocadas em um degrau social muito abaixo das que não possuem deficiência alguma, somente tendo em vista a existência de uma deficiência física ou intelectual. Nota-se em toda a história da civilização um grau de rejeição muito elevado que a sociedade tem com as pessoas com deficiência. Verdadeiramente um estigma social, sendo que frequentemente estigmas sociais levam à marginalização, de serem até consideradas pessoas macabras a possuidoras de feitiços ou simplesmente rejeitadas, o que se evidencia nos momentos históricos relatado no vídeo. Preconceitos, valorização negativa e atitudes com objetivo de ridicularização foram passando de século a século, geração após geração e décadas após décadas. Após certas passagens marcantes como o Cristianismo, descobertas científicas entre outras formas de evolução da humanidade a pessoa com deficiência física ou intelectual aos poucos foi tendo mais acolhimento dentro da sociedade, mas ainda ao meu ver longe do respeito, e do acolhimento que deveriam ter. Estamos em um século em que certas atitudes negativas são desabonadoras para quem as pratica, porém com relação a pessoa com deficiência física e intelectual ainda podemos ver que nem sempre uma atitude negativa pode ser prejudicial, mas o não ter atitudes positivas também causa afastamento e isolamento dessas pessoas, como se evidencia na parte final do vídeo, onde foi mostrado os prédios sem acessibilidade, ruas mau projetadas entre outras atitudes, devendo portanto ao meu ver a necessidade da abolição dos preconceitos, das atitudes negativas mas o mais importante é o surgimento de mais atitudes positivas que realmente incluam as pessoas com deficiência em geral, no meio da sociedade onde é seu lugar.” (C 63)

“A atenção dada a qualquer pessoa com deficiência no Brasil, passa por diferentes tipos de dificuldades. O vídeo expôs, de forma muito esclarecedora a realidade de uma pessoa com deficiência, ao comparar em diversos momentos a vida dessas pessoas no passado e no presente, na essência do fato não mudou muito. Sim, tivemos avanços em questões visando a inclusão de crianças e jovens no ambiente escolar, na inserção dos adultos ao trabalho, mas o verdadeiro respeito ao ser humano está longe de acontecer. Os direitos das pessoas com deficiência são ignorados diariamente em nossa cidade.” (C 13)

¹⁴ Link do vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=dGaaVtYekIU&feature=emb_logo

“O vídeo vem elucidar sobre a trajetória percorrida pelas pessoas com deficiência ao longo da história, evidenciando o demérito que foram colocadas na sociedade. O que vale destacar é que mesmo com avanços significativos no que se referem a questões sociais, políticas e legais, as pessoas com deficiência ainda continuam à margem da sociedade, sendo taxadas como incapazes e improdutivos. Portanto, cabe refletir que o processo de inclusão deve ir muito além da inserção de alunos com deficiência na escola dita regular ou em cotas de concursos e vestibulares. Há uma urgente necessidade de mudança na estrutura social vigente, buscando atender aos interesses de todas as pessoas indiscriminadamente.” (C 42)

Disponibilizamos também um texto, em formato *pdf*, que fala sobre as terminologias e nomenclaturas corretas ao referir-se as pessoas com deficiência.

“Achei de extrema importância o assunto sobre as terminologias, a inclusão já começa no tratamento com o próximo. O respeito com a deficiência é algo primordial. O material em PDF, inclusive irei usar nas minhas aulas de Educação Física na escola para ensinar aos meus alunos a terminologia correta para tratar a PcD. O combate a rejeição as PcD deve começar em nosso ambiente mais comum para que gente possa ajudar a sociedade a se adequar e respeitar o próximo. Como mencionado pelo Professor, é preciso quebrar as barreiras sociais e físicas, para que a PcD possa usufruir da justiça social. Se as atitudes positivas começarem conosco e se cada um conseguir cativar e ensinar ao próximo que devemos respeitar e incluir a pessoa com deficiência, dentro de algum tempo conseguiremos transformar a sociedade.” (C 54)

Na leitura-base desta unidade aprofundamos sobre as questões previamente apresentadas no vídeo. Traçamos uma linha do tempo que tramita da eliminação/exclusão ao paradigma da inclusão, apontando fatos e momentos históricos significativos. Falamos também sobre as ações afirmativas, basicamente apresentadas na forma de tratados e leis, que buscam a justiça social para as PcD.

Além da Leitura complementar, que contava com oito artigos sobre o tema, oferecemos vídeos complementares. Apresentamos o curta-metragem “Ian¹⁵” e o capítulo da série “Linha do tempo”, criada pela TVUSP, que entrevista a Dra Vera Lúcia Messias Fialho Capellini sobre o tema Educação Inclusiva¹⁶.

Sugerimos as seguintes leituras complementares:

BEGOSSI, Defaveri Tuany; MAZO, Zarpellon Janice. **O processo de institucionalização do esporte para pessoas com deficiência no Brasil: uma análise legislativa federal.** Rio de Janeiro. Ciência & Saúde Coletiva, 2016.

SILVA, L. M. da. **O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência.** Revista Brasileira de Educação. 2006.

MANTOAN, M. T. E. **O direito de ser, sendo diferente, na escola.** Curso de Formação Continuada de Professores para o AEE UFC / SEESP / UAB / MEC. 2010.

¹⁵ Link do vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=6dLEO8mwYWQ&feature=emb_logo

¹⁶ Link do vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=a4Ntfg98xIY&feature=emb_logo

BARBOZA, H.H; JUNIOR, V de AA. **Reconhecimento e inclusão das pessoas com deficiência.** Belo Horizonte. Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil. 2017

PALACIOS, A. **El modelo social de discapacidad: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad.** Madrid. CERMI. 2008.

PEREIRA, R. **Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem-padrão.** Manguinhos, Rio de Janeiro. História, Ciências, Saúde –, v.16, n.3, jul.-set. 2009.
SARTORETTO. M.L. **Os fundamentos da Educação Inclusiva.** 2011.

GLAT. R; FERREIRA. J. **Panorama Nacional da Educação Inclusiva no Brasil.** Banco Mundial. 2003.

9.5 INTRODUÇÃO AO JIU-JITSU BRASILEIRO DESPORTIVO E PARADESPORTIVO.

Começamos esta etapa apresentando os conceitos dos termos “lutas”, “artes marciais” e “modalidades esportivas de combate”. Reforçamos que o Jiu-jitsu Brasileiro pode ser enquadrado dentro destas três terminologias, e se optássemos por utilizar apenas uma delas, correríamos o risco de limitar o seu entendimento. Reforçamos que tanto nas academias, projetos sociais quanto nas escolas, é interessante que o professor explore com seus alunos os fundamentos do Jiu-Jitsu Brasileiro que o aproximem tanto da classificação de arte marcial (como as práticas de defesa pessoal) quanto da luta e da modalidade esportiva de combate.

Em seguida, falamos um pouco sobre a organização do Jiu-Jitsu Brasileiro Desportivo. Frisamos que este possui inúmeras federações ao redor do mundo, realizando variados eventos como campeonatos, seminários e cursos de capacitação. Cada Federação possui estrutura e calendário próprios, podendo até ocorrer variações regulamentares entre uma ou outra instituição. Tomamos como exemplo a International Brazilian Jiu-Jitsu Federation, e apresentamos o livro de regras da federação, além de um canal da Federação no Youtube¹⁷ que oferece vídeos explicando as regras da federação para competições.

O Jiu-Jitsu Paradesportivo também possui diversas federações, com diferenças regulamentares entre si, com uma particularidade que difere das federações desportivas, que são as divisões por classes e subclasses em competições. Para os cursistas perceberem esta diferença apresentamos o livro de regras da Federação Catarinense de Jiu-Jitsu Paradesportivo.

Visto que nosso curso possuía caráter interdisciplinar e contava com a presença de pessoas de diversas áreas do conhecimento, algumas que nunca tiveram contato com Jiu-Jitsu

¹⁷ Link para o canal da federação: <https://www.youtube.com/channel/UCuEclQFX1C12JpywNDNMHIg>

Brasileiro, na leitura-base dessa unidade criamos um material para introduzir os alunos na “dinâmica de jogo” do Jiu-Jitsu Brasileiro, ao passo que familiarizávamos os cursistas com a utilização de TIC no ensino. Para tal criamos vários tópicos dentro do recurso livro com conceitos e informações básicas para que os alunos possam compreender o complexo jogo do Jiu-Jitsu e tenham condição de assistir e entender um combate ou, dentro de um contexto de iniciação no esporte, possam ser introduzidos nas lutas mais rapidamente. Cada tópico continha uma explicação sobre algum conceito e algum vídeo de demonstração retirado de um canal do *Youtube*. Os tópicos abordados foram: “Pontuações”; “Como se inicia e termina a luta”; “Quedas”; “Guardas”; “Finalizações da Guarda”; “Raspagem”; “Passagem de guarda”; “Controle lateral”; “Montada”; “Pegada pelas costas”.

No penúltimo tópico propomos que os alunos assistissem e analisassem uma luta. A luta em questão foi entre PerninhaPJJ e Rodolfo Tavares, dois atletas com amputação de membro inferior. Nesta luta é possível observar a maioria dos conceitos que foram apresentados nos tópicos anteriores, sendo executados por atletas com deficiência em combate real de alto rendimento.

No último tópico falamos brevemente sobre as adequações técnicas e adaptações para determinadas deficiências e sugerimos que o material que produzimos nesta leitura-base poderia servir como inspiração para elaboração de ferramentas para professores utilizarem em suas aulas. Este tipo de material, com vídeos do *Youtube* ou produzidos pelo próprio professor com a participação dos alunos, poderia ser disponibilizado ao aluno iniciante em sua primeira aula, para que assista e estude em casa. Para finalizar fizemos um questionamento que seria a base para a realização da “Atividade 4”: Mas e o Jiu-Jitsu para o atleta com deficiência? Seria possível criarmos um material desse tipo com vídeos publicados pelos atletas com deficiência? Sugerimos que os cursistas buscassem na Internet vídeos produzidos por praticantes de Jiu-Jitsu Brasileiro com deficiência e postassem no Fórum.

Como esperado, poucos vídeos foram encontrados com PcD executando ou ensinando alguma técnica. Grande parte dos cursistas encontrou publicações em mídias jornalísticas focadas no discurso de superação. O mediador aproveitou essa notável escassez de produção para falar um pouco sobre a aprendizagem colaborativa, e como o estímulo à produção e publicação de material pelas PcD, poderia servir como base de dados e fonte de pesquisa, auxiliando os professores a ensinar o BJJ para PcD.

“Na busca por materiais onde os próprios atletas com deficiência estejam mostrando técnicas ou ajuste de posições não fui bem-sucedido então optei por buscar professores que mostrassem como trabalha com esse público e também tive muita dificuldade para encontrar, na maioria das vezes eram somente reportagens, e notei

uma lacuna a ser preenchida, pois, com isso caímos na questão da representatividade, no entanto, achei nas redes sociais o perfil de um professor que trabalha com o público em questão, tendo como maior número de frequentadores crianças com autismo, seu nome é Felipe Nilo (<https://www.instagram.com/felipenilooficial>). Vou deixar os links para que encontrem os materiais que ele compartilha.” (C 70)

“É muito difícil a manutenção e difusão de uma prática desportiva quando a cada vez que alguém precisar iniciar no esporte precise fazer isso do zero. A informação a respeito de técnicas, fundamentos e metodologias dos que praticaram antes de nós é muito importante para facilitar o aprendizado daqueles que começarem depois de nós. Sobrando mais tempo para a criação de novas metodologias e explorar as potencialidades dos atletas. Isso mostra o quanto é importante que seja estimulado a divulgação de material, produzido principalmente pelos próprios atletas com deficiência, com demonstrações e instruções dos fundamentos, das técnicas e das metodologias adotados em seus treinos de Jiu-Jitsu Brasileiro (BJJ). As informações adquiridas nas pesquisas e materiais divulgados neste curso, por vocês e pelos cursistas estão sendo muito bons para abrir nossos olhos a respeito de maneiras de ajudar na inclusão das pessoas com deficiência no mundo do esporte.” (C 76)

9.6 JIU-JITSU BRASILEIRO E EDUCAÇÃO

Iniciamos a Leitura-base desta unidade com uma reflexão: O Jiu-Jitsu Brasileiro pode ser considerado uma prática educativa? Em seguida dissertamos sobre a introdução do Jiu-Jitsu Brasileiro como componente curricular das escolas públicas de Abu Dhabi. Além do histórico e do desenvolvimento desse projeto, falamos sobre sua evolução, objetivos e sistema de avaliação¹⁸.

Após essa apresentação sobre Abu Dhabi, afirmamos que na educação formal brasileira o BJJ estaria incluído no conteúdo de lutas da disciplina de Educação Física. Propomos então a leitura do artigo “O Jiu-Jitsu Brasileiro nas três dimensões da Educação Física Escolar” (RUFINO; DARIDO, 2009). Este artigo traça uma relação entre o ensino do BJJ e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Apontamos que a educação brasileira vive um momento de transição deste modelo curricular para o da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na BNCC, assim como nos PCNs, a Educação Física está inserida na área de “Linguagens”, e tem como principal objeto de estudo as “práticas corporais”. Estas práticas são divididas em 6 unidades temáticas (brincadeiras e jogos; esportes; ginásticas; danças, lutas e práticas corporais de aventura). Presume-se que o Jiu-Jitsu Brasileiro deve ser abordado na unidade temática de “lutas”. Assim disposto, apresentamos como esta unidade temática está distribuída ao longo da Educação Básica.

Apresentamos aos cursistas outros ambientes educacionais formais onde o Jiu-Jitsu está presente, como o “Clube Escolar” no estado do RJ e diversos projetos de extensão universitária

¹⁸ Utilizamos como referência o site da United Arab Emirates Jiu-Jitsu Federation, disponível em: <https://uaejjf.com/en/Pages/School-Jiu-Jitsu-Program.aspx>

como a “Equipe Minerva” na UFRJ e o projeto “Jiu-Jitsu: Educação, saúde e qualidade de vida” no CEFET/RJ. Questionamos aos participantes se há em suas cidades projetos relacionados ao BJJ em ambientes educacionais formais. Por fim, questionamos se as práticas educativas acontecem somente no ambiente educacional formal, frisando que a modalidade é oferecida em academias, clubes e projetos sociais.

Para a “Atividade 5” utilizamos o recurso Questionário, através de variadas modalidades de perguntas acerca do tema tratado neste tópico.

9.7 ATIVIDADE PRÁTICA

Neste momento do curso, havíamos planejado uma atividade prática, onde os cursistas visitariam praticantes de BJJ com deficiência ou escolas com alunos com deficiência. Não foi possível realizar tal atividade devido a pandemia da COVID-19. Apesar do distanciamento social e o fechamento de academias e escolas, percebemos que estavam sendo produzidos conteúdos relacionados a nossa temática de estudo, apresentados no formato de *lives*¹⁹. Propomos aos cursistas assistirem cinco *lives* e apresentarem um relatório sobre uma delas.

A primeira *live* aconteceu no dia 14/04 às 17hs, transmitida via Instagram. Nesta apresentação participaram Cleiber Maia, Presidente da Sport Jiu-Jitsu South American Federation (SJJSAF) e Daniel Borges, Presidente da Federação Catarinense de Jiu-Jitsu Paradesportivo.

“Foram desenvolvidos vários assuntos na live do dia 14/04/2020, assuntos esses relacionados ao Jiu-Jitsu, direcionada pelo Daniel Borges Presidente da Federação Catarinense de Jiu-Jitsu Paradesportivo e pelo Cleiber Maia Presidente da Sport Jiu-Jitsu South American Federation (SJJSAF), fizeram uma live muito esclarecedora e motivadora principalmente para os leigos no Jiu-Jitsu como eu. Eles estão formando parcerias por todo Brasil e no exterior na intenção de promover o Jiu-Jitsu paradesportivo, esse esporte tem crescido entre as pessoas com deficiência e isso faz toda a diferença.” (C 48)

“Durante a Live, foi mencionado que a principal preocupação da Federação é com a Iniciação ao Jiu-Jitsu nas academias, pois o professor é responsável por essa “introdução” do atleta, entretanto, a federação realiza esforços ainda insuficientes para promover a capacitação dos professores em questão, bem como comete alguns deslizes em relação a seguir a documentação que regulamenta as classificações e termos ligados a pessoa com deficiência, o que gera um “mau” uso ou se posso dizer uma solidificação de conceitos que não estariam corretos segundo esses documentos oficiais, alguns até já estudados nesse curso. Seguiram explicando a criação de um centro de estudos e pesquisas sobre Parajiu-jitsu em Santa Catarina. Explicaram a diferença do alto rendimento, da competição e da participação e inclusão de pessoas com deficiência nos eventos da SJJSAF, que se destaca entre as demais federações

¹⁹ Entendemos como “lives” produções transmitidas em tempo real via redes sociais como o *Instagram*, *Facebook* e *Whatsapp*. Algumas permanecem acessíveis ao público durante 24h após a exibição original.

por manter não só o trabalho de capacitação, ainda que limitado, conscientização e de promoção do Jiu-Jitsu para pessoas com deficiência.” (C 82)

“O Jiu-jitsu Paradesportivo, então, necessita ser alicerçado em 3 pontos chaves: Inclusão no Esporte, Inclusão no Alto rendimento e Inclusão Social.” (C 24)

A segunda *live* chamada “Amputados e suas vivências”, foi transmitida no dia 15/04, protagonizada pelos atletas com deficiência “Perninha” e “Duda”. Um dos cursistas apresentou um relatório bem detalhado desta transmissão:

"A live “AMPUTADOS E SUAS VIVÊNCIAS” foi transmitida no dia 15 de abril de 2020, quarta-feira, das 19:00 h às 20:00 h, e contou com a participação de dois para-atletas representantes do Parajiujiu Brasileiro, Duda Santos e José Carlos Perninha. Iniciaram a live contando a história de suas amputações. No caso da Duda, ela foi amputada aos 19 anos de idade em um acidente automobilístico no qual teve sua perna amputada automaticamente. Sua amputação é do tipo transtibial, abaixo do joelho. Já no caso do Perninha, ele foi amputado aos 11 anos de idade em um atropelamento. Sua amputação é do tipo transfemural, abaixo do quadril no meio da coxa. Os tipos de amputações de membros inferiores, relacionando com a região da amputação, são as seguintes: 1 – Hemipelvectomia 2 - Desarticulação de Quadril 3 - Amputação Transfemural 4 - Desarticulação de Joelho 5 - Amputação Transtibial 6 - Amputação do Pé. Depois disso conversaram sobre sua vida e como foi sua adaptação a nova rotina de pessoa com deficiência e como foi readaptação ao convívio social. Duda é formada em jornalismo, mas não trabalha na área de formação. Atualmente trabalha com atendimento ao público. Na sua fase de readaptação, ela procurou acompanhamento profissional de terapeuta. Enfatizou que o acompanhamento psicológico foi fundamental para ajudar a superar as inseguranças e dilemas pós-operatórios. Duda falou na live que viveu uma vida normal após a amputação. Terminou o ensino médio, cursou faculdade, se capacitou profissionalmente e sempre saiu para se divertir com seus amigos, dançando e aproveitando a vida. Perninha é formado em engenharia, mas também não trabalha na área. É casado e tem três filhos. Após a cirurgia começou a adaptação em casa, e depois de dois meses já estava jogando futebol com seus amigos. A respeito da readaptação social, ter amigos e praticar atividades esportivas o ajudaram a não se deixar abater pela amputação. Aos 12 anos de idade recebeu a primeira prótese, e começou a praticar capoeira aos 13. Apesar de não ter buscado terapia, o convívio social e a prática desportiva na capoeira o ajudaram a melhorar sua autoestima e a reconhecer os limites e potencialidades de seu próprio corpo. Em relação ao contato com o Jiu-Jitsu Brasileiro, Duda foi apresentada ao esporte por sua irmã em 2017. Não considerava, a princípio, que poderia praticar este tipo de esporte, pela deficiência e por ser uma luta muito pesada considerava que não conseguiria. Mas sua irmã a convenceu a experimentar dizendo como poderia dizer que não conseguiria sem nem ao menos tentar. Inicialmente não gostou, mas ao conhecer o Parajiujiu em 2018, teve sua vida transformada e se apaixonou. Libera toda sua energia no tatame e esquece seus problemas. Já no caso do Perninha, que sempre praticou esporte, a prática do Jiu-Jitsu foi mais uma atividade esportiva que experimentou, mas gostou tanto, que não quis mais parar, e já treina a quatro anos. Em uma de minhas dúvidas durante as live, perguntei a respeito de técnicas e posições adaptadas a realidade deles. Tanto Duda quanto Perninha disseram que não houve, em suas aulas, uma técnica ou metodologia específica para suas deficiências. Na realidade, na maioria dos casos, ambos precisaram, eles mesmos, adaptarem, com o auxílio de seus professores, as técnicas ensinadas em suas aulas. Apesar disso, disseram, que quando estão próximo as competições que participam, o professor separa um tempo para treino específico deles, como para-atletas. Outra questão levantada foi em relação a necessidade do profissional, que irá dar aulas, buscar algum conhecimento relacionado a anatomia, principalmente de pessoas com as deficiências. Deste modo, poderiam entender melhor, as limitações e as possibilidades de movimento para as pessoas com deficiência. Uma das questões que foram discutidas foi de que seria indicado que os professores tivessem formação em

educação física ou outra formação relacionada à prática de esportes. Mas que não necessariamente. Poderiam também buscar formação complementar, ou buscar os conhecimentos, na área de lutas relacionadas a saúde e anatomia que ajudassem a entender o corpo dos diferentes alunos, não apenas das pessoas com deficiência. Houve também um momento que conversaram sobre os termos corretos para identificar uma pessoa com deficiência (PcD), mas não aprofundaram muito o assunto, pois não era o objetivo da live. Por fim, conversaram sobre os diferentes tipos de próteses sobre como higienizar a prótese e proteger o coto durante as lutas. Em relação as próteses, seria importante ter mais programas de incentivo para facilitar a compra para as PcD. E em relação aos cuidados com o coto durante as lutas, disseram que é uma região muito sensível e não pode ser utilizada como apoio, pois causa muita dor apoiar sobre o coto ou ter uma pancada durante uma queda ou colisão acidental durante a luta. Outra coisa importante que tanto Duda, quanto Perninha, ou qualquer outra pessoa com deficiência que busca um esporte, é se sentir inserido como um igual. Neste ponto, durante a live, disseram que não encontram moleza durante os treinos, e também não dão moleza pra ninguém. Lutar de igual para igual com os colegas de treino, PcD ou não é uma das coisas que os incentivam a continuar e sempre querer melhorar. E que as pessoas que não gostam de treinar com PcD devem aprender a superar seus preconceitos. Percebi assistindo a live, que a prática de atividades corporais ajuda muito as pessoas com deficiência a se adaptarem e continuarem integradas a sociedade. E o Parajiujiitsu é uma excelente modalidade para as PcD.” (C 76)

A terceira *live* proposta sob o título de “#EuDecido: O protagonismo da pessoa com Síndrome de Down”, aconteceu no dia 20/04 e foi apresentada pela influenciadora digital com Síndrome de Down, Samanta Quadrado.

“Conheci Samanta Quadrado na live do dia 20 de abril. Ali falou do seu percurso educacional e profissional. Das coisas que acha agradável como beleza e moda que divulga bastante no seu canal. Falou de seu plano para um futuro a dois. Deixou destacada a importância da sua família em sua vida. Autonomia, preconceito e dificuldades que tem enfrentado. Super alegre e muito carinhosa. Foi um prazer conhecê-la também através do curso.” (C 88)

Para o dia 22/04, sugerimos mais uma *live* da série “Amputados e suas vivências”, apresentada pelos atletas com deficiência “Japa” e “Perninha”.

"Japa está amputado a nove meses. O acidente foi um km e meio de sua casa, onde uma mulher foi fazer uma ultrapassagem e pegou ele, tendo que fazer a amputação da sua perna na hora. Ele jogava futebol antes de perder sua perna. Continua sua vida normal, andando de carro, e praticando cross fit desde dezembro. Cuidado com o coto: No banho costuma massagear bastante, ainda formiga muito o local, lava com bastante sabão e água quente passando creme para hidratação após o banho. Mora em São Paulo. Seu maior desafio começou no hospital, no dia da alta não sabia como o seu filho iria reagir, porém teve uma aceitação super tranquila. Perninha vítima de um atropelamento aos 9 anos tendo que fazer amputação na hora de sua perna. Sua adaptação foi rápida voltou a jogar bola, depois foi para capoeira com sua prótese ganhada pela AACD, Com o tempo foi para o Parajiujiitsu. Vale ressaltar que 70% das amputações são causadas pela diabetes.” (C 12)

Para finalizar, divulgamos a *live* “Educação, práticas inclusivas e saberes cotidianos em época de isolamento” apresentada pelas pesquisadoras Amanda Carlou (IFRJ), Annie Redig (UERJ) e Luciana Tavares (UNLP-Argentina).

“A professora Annie utilizou o termo "isolamento físico" para explicar o momento atual, pois, segundo ela, ainda é possível utilizar a Internet para que o isolamento não seja social, explicando, inclusive, a opção de muitas escolas pelo ensino remoto (à distância). Os professores estão preparando atividades para que os alunos realizem à distância (seja via uma Plataforma Digital, seja a partir de folhas de exercícios que os pais buscam nas escolas), contudo, o que acontece é o aumento da exclusão do aluno com deficiência, exclusão essa que, muitas vezes, já ocorre no ensino presencial. Será que os alunos com deficiência estão sendo amparados e incluídos nessa nova modalidade de ensino? Como lidar com as diferenças nesse momento de elaboração de atividades à distância? A professora Annie destacou que a EAD (educação à distância) quando realizada seguindo as características específicas dessa modalidade, não exclui o aluno com deficiência, pois existe um planejamento pra se pensar o ensino a distância, que, segundo ela, é muito inclusivo, pois o aluno se organiza para fazer aquele curso. Ressaltou que “o que vivemos hoje é uma aula presencial de forma virtual”. Daí o cuidado para que se evite uma defasagem que pode ser criada entre o aluno com deficiência e o aluno sem deficiência. Algumas propostas para esse momento de isolamento e de aulas ministradas à distância seria o cuidado com a organização das aulas. O ideal seria o professor não ministrar conteúdos e avaliações, mas sim, propor revisão de conteúdos já trabalhados e atuar de forma mais leve, sem tantas cobranças, pois as famílias e os próprios alunos não apresentam condições psicológicas e emocionais para se dedicar nesse momento a uma nova forma de ensino que está sendo, de certa maneira, imposta. A palavra-chave, a meu ver, é adaptação. Adaptar as aulas à nova realidade. Assim como deveriam ser as aulas presenciais: adaptar as aulas para que alunos com deficiência possam ser incluídos de verdade. É o que, em minha opinião, poderia ser também em uma aula de Jiu-Jitsu. Adaptar as aulas para que alunos com deficiência possam participar de forma, realmente, inclusa” (C 26)

Como as *lives* permaneciam no ar somente por 24h, propomos aos cursistas que não pudessem acompanhá-las que apresentassem um resumo de um artigo. Sugerimos os seguintes trabalhos:

OLIVER, F.C.; SILVA, A.C.C. **Pessoas com deficiência no caminho da democracia participativa**. São Carlos. Caderno Brasileiro de Terapia Ocupacional. 2019.

BEGOSSI, D. T; MAZO, Z. J. **O processo de institucionalização do esporte para pessoas com deficiência no Brasil: uma análise legislativa federal**. Rio de Janeiro. Ciência & Saúde Coletiva, 2016.

9.8 TIC e Educação: aprendendo através das comunidades de prática.

Iniciamos a Leitura-base apresentando os conceitos de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), imigrantes e nativos digitais. A fim de ilustrar esta nova geração de estudantes, suas características e relações com a tecnologia e a aprendizagem, apresentamos o vídeo “Zap x Teacher: nativos digitais e educação relevante²⁰”. Em seguida apresentamos os conceitos de Metodologias Ativas de Aprendizagem e Aprendizagem Ativa Digital.

²⁰ Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=y9ACkkZJH9M&feature=emb_logo

Posteriormente, tratamos dos princípios fundamentais do Ensino Híbrido, apresentando e diferenciando os Modelos Suaves/Predominantes (Rotação por Estação, Laboratório Rotacional, Sala de Aula Invertida) e os Modelos Inovadores/Disruptivos (Rotação Individual, Modelo Flex, Modelo à La Carte, Modelo Virtual Enriquecido). Para finalizar apresentamos os principais desafios do Ensino Híbrido e um breve resumo do que foi exposto na unidade.

Na “Atividade 7” utilizamos o recurso questionário, oferecendo uma questão discursiva, onde os discentes deveriam apresentar uma proposta de utilização das TIC no ensino do BJJ. Aqueles cursistas que não possuíam experiência com o BJJ deveriam apresentar a mesma proposta em suas áreas de atuação. Seguem algumas propostas elaboradas pelos cursistas:

“Podemos utilizar alguma plataforma de vídeo, propondo estudos diretivos e, posteriormente apresentações feitas pelos alunos. Dessa forma todos os alunos seriam incluídos na atividade, despertando assim a criticidade e autonomia acerca dos assuntos propostos pelo professor, mediador. Além de trabalhar e incentivar as TICs. O trabalho proposto pode ser iniciado através de pesquisas acerca de uma determinada técnica. Nessa pesquisa os alunos terão autonomia para escolher a melhor variação, a posição que mais se adapta a ele. Assim sua forma de execução será discutida e comentada pelos amigos que participam da atividade paralelamente. O professor pode acrescentar algumas questões pertinentes e os amigos participantes podem tirar suas dúvidas e comentar sobre as variações cabíveis da técnica que foi apurada. Dessa forma podemos observar e discutir questões relativas a individualidades de cada um, onde todos podem perceber que por mais que a técnica seja uma só, pode haver várias maneiras para se chegar até ela e isso vai depender do que é melhor para cada pessoa.” (C 82)

“Eu já utilizo bastante as TICs nas minhas aulas de Jiu-Jitsu escolar, as metodologias ativas são uma excelente ferramenta nesse processo. Nas aulas o desenvolvimento das atividades planejadas sempre divididas em três partes, inicial, principal e volta a calma. Na parte inicial que teoricamente seria o aquecimento, procuro desenvolver jogos e brincadeiras com os movimentos das técnicas que serão ensinadas na parte principal, não existe a preocupação de que seja uma atividade característica de luta e sim com a mesma característica do gesto motor que vou precisar que ele faça na técnica, chamo isso de construção do movimento, o aluno executa o gesto motor que vai utilizar na técnica sem que perceba isso. Na parte principal entra o Jiu-Jitsu propriamente dito, é onde acontece o ensino da técnica específica da luta, como o aluno já fez na primeira parte da aula o gesto motor desta técnica mas de maneira lúdica, ele se sente mais confortável no aprendizado da técnica e assimila com muito mais facilidade a execução do movimento. Na terceira e última parte da aula, a volta a calma, é a hora de introduzir a parte filosófica e histórica da arte suave, através de leitura e debates sobre determinado assunto pertinente a aula ou ao Jiu-Jitsu. Esse debate acontece da seguinte forma. Geralmente na aula anterior solicito que pesquisem sobre um determinado assunto ou um a determinada posição que vai ser passada na aula seguinte, isso é o que chamamos de sala de aula invertida, onde os alunos tomam pra si o conhecimento de um assunto e chegando com sua opinião formada e ao final da aula, tirar suas dúvidas ou expõem suas ideias para todos os alunos no debate na hora da volta a calma.” (C 73)

“Podemos propor pesquisas e apresentações através de alguma plataforma de vídeo. Tendo como objetivo a introdução de todos os alunos na atividade, a autonomia dos mesmos e o desenvolvimento através da TIC (tecnologia de informação e comunicação). A atividade se dá através de uma pesquisa de regras ou técnicas da modalidade, onde os alunos terão que se apresentar através de vídeo para os demais. Caso ocorra alguma dúvida ou dificuldade em relação a execução da técnica ou regra,

os alunos terão liberdade para esclarecer um melhor entendimento ou uma melhor adaptação daquilo que foi transmitido, fazendo com que o professor não seja nesse momento o detentor de todo conhecimento. A atividade será observada pelo professor, onde o mesmo irá participar em momentos que os alunos tenham dificuldade de passar uma melhor orientação para seus amigos de classe.” (C 71)

“Devido a quarentena imposta a todos, nós professores, estamos nos "desdobrando" para prosseguir com as aulas de Jiu-Jitsu, mesmo com as academias vazias. As aulas online têm ajudado bastante na retenção de alunos. Eu tenho feito vídeos, mostrando aquecimentos e movimentações, enviado nos grupos de *whatsapp* dos meus alunos e solicito que eles executem, filmem e me enviem. Aos que tem alguma dificuldade, faço chamada de vídeo, mostrando em tempo real, tirando qualquer dúvida sobre o movimento. Já para as crianças, ensino brincadeiras que vão desenvolver a inteligência motora delas nos vídeos, para que elas façam com seus familiares, de forma que ao retornar as aulas presenciais, ao ensinar os movimentos do Jiu-Jitsu a elas, entenderão com mais facilidade o que se deve fazer, dando mais fluidez as aulas. Confesso que não tenho tanta "intimidade" com ensino a distância no Jiu-Jitsu, mas venho tentando melhorar a cada dia, pois entendo que esse método vem ganhando cada vez mais espaço e nós professores, temos que nos adaptar para proporcionar aos alunos, maior capacidade de absorção de conteúdo.” (C 43)

“Como minha atuação é na área de orientação educacional, optei em elaborar minha atividade com base na temática produção de conhecimento e identidade, utilizando as metodologias: sala de aula invertida e aprendizagem híbrida.

Ano: 4º ano do Ensino Fundamental

Unidade temática: Produção de conhecimento e identidade.

Objeto de conhecimento: A produção dos marcos da memória: conhecendo suas raízes.

Orientações: Pensando neste momento de suspensão das aulas e quarentena, a proposta é solicitar, com antecedência, aos alunos que façam uma entrevista com um dos membros adultos da família que moram ou não com ele (pai, mãe, avós, tios, padrinhos), a ideia é que utilizem as tecnologias da informação para realizar a entrevista: vídeo chamada, aplicativos de bate-papo ou redes sociais. Nesta entrevista, os alunos deverão se informar sobre a história desta pessoa e suas conexões familiares. Além de tirar uma foto do entrevistado, que deverá ser encaminhada ao professor. Após a entrevista, por meio de encontro marcado com os alunos, a sugestão é utilizar uma sala de aula virtual (zoom ou teams), onde os alunos se reunirão em grupos para continuar a proposta.

Neste encontro, os alunos deverão problematizar com questões como:

1. Na sua família é comum que histórias sejam transmitidas de geração em geração? Você conhece alguma dessas histórias? (compartilhe com seus colegas e reúna as histórias que são contadas igualmente entre as famílias dos alunos).
2. Por que essas histórias são transmitidas de geração em geração? Como podemos fazer para preservá-las para gerações futuras?

Ainda deverão refletir:

1. Todos os alunos nasceram na mesma cidade?
2. O parente entrevistado mora na mesma cidade que você?
3. Alunos e familiares que nasceram ou moram a muitos anos na mesma cidade têm histórias parecidas?
4. Falem sobre seus gostos pessoais: comida, local onde gosta de passear, músicas prediletas. O que temos de diferença e semelhança?

Após, esse encontro organize novamente os alunos em grupos, porém agora em estações de trabalho. Serão quatro estações de aprendizagem:

Os alunos serão divididos em 04 grupos para trabalhar a metodologia do ensino híbrido – rotação por estações. Cada grupo terá uma atividade diferente para contemplar os diferentes estilos de aprendizagem, mas todos com o mesmo objetivo: “A produção dos marcos da memória: conhecendo suas raízes”. Cada grupo terá um tempo de 20 minutos em cada estação.

Estação 01: 1 mesa redonda com 5 cadeiras, 5 notebooks com fone de ouvidos, com o vídeo normal é ser diferente (https://www.youtube.com/watch?v=oueAfq_XJrg),

cada aluno receberá uma folha e uma caneta e deverá escrever sua percepção sobre o vídeo.

Estação 02: 1 mesa redonda com 5 cadeiras, 1 notebook com áudio da memória com a foto dos familiares entrevistados e fato da história de cada um deles, a ideia é avaliar se os alunos conseguem associar a história a imagem do entrevistado.

Estação 03: 5 carteiras escolares, uma folha de redação e uma caneta – os alunos deverão construir uma história coletiva com base nas informações que ouviram sobre as entrevistas.

Estação 04: almofadas, tapete. Nesta estação os alunos deverão conversar sobre todo o processo de aprendizagem, com a mediação do professor ou orientador e avaliar o que eles aprenderam neste processo.” (C 42)

Como leitura complementar sugerimos os seguintes textos:

PALFREY, J; GASSER, U. Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais. Porto alegre. Artmed, 2011.

COELHO. M. A. P. et al. Conectivismo: Uma teoria educacional para um novo modelo de aprendizagem. 1XI EVIDOSOL e VIII CILTEC-Online. 2014.

9.9 COMUNIDADES DE PRÁTICA VIRTUAIS DO JIU-JITSU BRASILEIRO: A VOZ DOS PRATICANTES COM DEFICIÊNCIA.

Introduzimos este tópico apresentando o vídeo “Sobre o conceito de Comunidades de Práticas”, produzido pelo projeto Comunidade de Práticas/Ministério da Saúde e o Instituto Communitas para o curso aberto "Facilitação: promovendo interação em ambientes de aprendizagem colaborativa".

Iniciamos a Leitura-base aproximando os conceitos de Jiu-Jitsu Brasileiro, Comunidades de Prática e Inclusão Social. Apontamos que através da comunidade de prática do Jiu-Jitsu Brasileiro pessoas se unem para compartilhar variadas experiências motivadas por um interesse em comum. Unidas pela vontade de aprender a modalidade, pessoas com e sem deficiência se aproximam através da experiência compartilhada. A quebra de preconceitos poderia ocorrer dessa relação de proximidade entre os sujeitos, além dos efeitos positivos do reconhecimento.

Em seguida expomos que a comunidade de prática do BJJ existe tanto na esfera real, nas academias e escolas, como na esfera virtual. Salientamos que se pode encontrar vários canais no Youtube e outras redes sociais destinados aos praticantes da arte marcial, onde são trocadas experiências e informações. A identidade dos praticantes com a modalidade é construída tanto no Dojo como online. Recordamos da dificuldade em encontrar conteúdo produzido por atletas com deficiência constatada na Atividade 4. Falamos da importância de ouvir os praticantes com deficiência e estimular a produção de materiais. O fortalecimento da

comunidade de prática do BJJ da PcD, a produção de conteúdo e a troca de informações, pode contribuir como fonte de pesquisa e inspiração para professores planejarem suas aulas e melhor atender este público.

Para finalizar apresentamos o “Grupo de Estudos e Difusão do Jiu-Jitsu Brasileiro da Pessoa com Deficiência” que tem como principal objetivo estreitar os laços entre professores e praticantes com deficiência, incentivando a troca de experiências e produção de conteúdo. Convidamos os discentes a participarem dos perfis do Grupo no *Instagram*, *Facebook* e *Whatsapp*.

Para a “Atividade 8” utilizamos o recurso Fórum e pedimos para os cursistas relacionarem os conceitos apresentados sobre comunidades de prática e o Jiu-Jitsu Brasileiro.

“A ideia de "comunidades de prática" concentra-se em grupos de indivíduos que se envolvem em um processo coletivo de aprendizagem, ou seja, há aí o compartilhamento de conhecimentos em comunidade. Não é algo escolarizado, mas sim, são práticas que advêm de experiências e saberes, mantém a identidade e o levantamento de problemas e soluções a respeito, geralmente, de temas em comum. Ou seja, percebo que a proposta deste curso está dentro dessa perspectiva, uma vez que aborda as possibilidades da prática sendo discutidas entre praticantes e não praticantes do Jiu-Jitsu, sob o olhar de uma pedagogia das diferenças e da inclusão. E a relação possível de se estabelecer, mais claramente, é a ideia de uma não didatização de técnicas ou termos utilizados no Jiu-Jitsu para uma operacionalização mecânica, mas sim, o entendimento das experiências, do conhecimento sobre práticas, da construção de modos de fazer um Jiu-Jitsu na perspectiva inclusiva.” (C 26)

“Hoje em dia, o conhecimento referente a qualquer área pode ser buscado em várias fontes além de livros e salas de aula (no nosso caso: o dojo). Todos nós acessamos várias mídias em busca de conhecimento e esclarecimento e o professor não é exceção, pois atua como um guia e aprende tanto quanto seus alunos. Com a possibilidade de participar de grupos com interesse comum a coisa fica muita mais fácil. Em se falando sobre inclusão social, o Jiu-Jitsu Brasileiro é uma potencial ferramenta como comunidade de prática, pois é alvo de interesse das PcD que encontram nos dojôs oportunidades que lhe foram negadas em outros setores da sociedade. O mesmo acontece com as redes sociais cuja temática é o Jiu-Jitsu Brasileiro, o conhecimento pode ser compartilhado e absorvido não só nas academias, mas também por meio dessa troca constante através das redes e mídias sociais (*Instagram*, *Facebook*, *Youtube* e *Whatsapp*) onde as pessoas se unem em busca de algo em comum. Nós que atuamos no ensino do BJJ, não tivemos experiência nem mesmo instrução para ministrar aulas a pessoas com deficiência. Se for de nosso interesse desenvolver esse trabalho, teremos que buscar informações onde nos for possível. Como exemplo, cito as “Lives” que assistimos no decorrer deste curso e até mesmo o grupo no Facebook: Grupo de Estudos e Difusão do BJJ da Pessoa com Deficiência. É nessas comunidades que iremos adquirir experiência através do contato e troca de informações com pessoas que vivenciam e desenvolvem trabalhos com PcD e até mesmo com as próprias PcD. Um fator que desencadeia o desinteresse na participação do grupo é quando se perde o foco no assunto. Ex: um grupo é formado para estudo das regras de competição e alguns integrantes começam a fazer postagens que não se relacionam com o objetivo do grupo. Esse fato geralmente causa a saída de membros e até desentendimentos. As regras devem ser claras e respeitadas por todos para que o grupo não perca.” (C 62)

“Nas comunidades de prática, as pessoas se unem por um interesse em comum. No caso do Jiu-Jitsu, há o interesse pela atividade e o contato com pessoas que tem o domínio do que é ensinado (técnicas, métodos). Uns aprendem com os outros com

objetivo de um aprendizado/evolução em conjunto. Há criação quando da entrada de novos alunos na academia por exemplo. Há a expansão, quando a comunidade cresce em função do interesse pelo aprendizado em conjunto. Há a maturação quando se atinge um grau de evolução da comunidade, que a caracteriza como tal, além da atividade propriamente dita e há a dispersão, quando a curva da comunidade de prática começa a cair com a possível saída de membros. Um exemplo de prática compartilhada seria a explanação de um aluno graduado e que já tenha competido uma competição grande sobre como é esse tipo de evento, influenciando outros alunos da comunidade a participarem.” (C 34)

As sugestões de leituras complementares da unidade foram:

MOSER, A; SCHNEIDER, EI; MEDEIROS, LF de. **A Aprendizagem Situada nas Comunidades de Prática: Uma Aproximação Fenomenológica**. Rio de Janeiro. Simpósio Brasileiro de Informática na Educação. 2012.

WENGER, E. **Communities of practice and social learning systems: the career of a concept**. 2012. Extraído de (<https://wenger-trayner.com/wp-content/uploads/2012/01/09-10-27-CoPs-and-systems-v2.01.pdf>). Acesso em: 13/06/2018

WENGER, E. **Communities of practice, Learning, Meaning and Identity**. 18 ed. Cambridge: University Press, 2008, p.3.

WENGER, E; MCDERMOTT, R; SNYDER, W. **Cultivating communities of practice: a guide to managing knowledge**. Boston. Harvard Business School Press. 2002.

SPENCER, Dale C; From many masters to many students : Youtube, Brazilian Jiu-Jitsu, and communities of practice. |Londres. Jomec Journal. 2014.

9.10 METODOLOGIA DE ENSINO DO JIU-JITSU BRASILEIRO.

Neste tópico falamos um pouco sobre metodologias de ensino do Jiu-Jitsu Brasileiro. Ao visitar academias, projetos sociais ou quaisquer outros ambientes onde o Jiu-Jitsu é praticado, podemos perceber uma variedade de formas de ensinar a modalidade. As variações vão desde os rituais praticados (formas de se cumprimentar, iniciar e encerrar treinamentos, cerimônias de graduação, entre outros), a organização institucional, os objetivos de ensino, os macros e microciclos de treinamento, os planos de curso e de aula. Reiteramos que apesar das metodologias variarem, não há um método único, e nem seria o ideal que houvesse visto que o público-alvo é distinto, não somente relacionado a individualidade biológica ou aptidão física, mas também em aspectos culturais e sociais.

Em nossa Leitura-base conceituamos metodologia e apontamos aspectos que devem ser levados em consideração para a elaboração de uma metodologia de ensino do BJJ. Indicamos a importância de se ter nos ambientes de ensino uma “missão” que oriente os caminhos a seguir na prática pedagógica, assim como objetivos e metas de curto e longo prazo bem definidas.

Tratamos também das características estruturais dos ambientes de ensino, como as diferenças de se ensinar o BJJ em um projeto de extensão dentro de uma Universidade e em um clube esportivo. Por fim falamos sobre ciclos de treinamento, e considerações acerca de dados importantes a serem considerados na elaboração de planos de curso e de aulas.

Na “Atividade 9” propomos aos cursistas que, considerando sua vivência no BJJ, falassem um pouco sobre os rituais praticados em seus treinos e questionamos se tinham o costume de planejar as aulas com antecedência e como planejavam. Os alunos que não tinham contato com BJJ deveriam responder as mesmas questões considerando sua prática profissional.

“Costumamos falar sobre o nosso dia a dia que antecedeu ao treino (Alimentação, sono, dores) geralmente com muito humor enquanto nos trocamos. Durante o aquecimento o humor prossegue com as zoeiras em relação aos "miguezentos" e “atrasadinhos”, no alongamento começam as lamentações (sempre reclamando das dores), no Drill o treino começa a realmente engrenar, os alunos já estão mais focados e tendem a executar as posições ao pé da letra. Assim como na parte da técnica, a hora do "rola" (combate) é a parte preferida, acredito eu, de 99% dos alunos. É nesse momento que eles realmente se desligam do mundo fora do tatame. Ao final do treino (dependendo do período do dia) acontece a resenha, onde falamos preferencialmente do que aconteceu nos combates. Minhas aulas são planejadas no máximo para 1 mês (tenho muito o que melhorar neste quesito), dividindo cada semana em posições específicas, por exemplo: semana da guarda fechada (com subdivisões, estrangulamentos, *armlock*, raspagens), semana da meia guarda por baixo, semana da meia guarda por cima, e assim por diante.” (C 36)

“Como sou orientadora educacional, vou apontar aqui algumas práticas que orientamos aos professores para desenvolverem em sala de aula, assim respondendo as duas perguntas da atividade. 1. A proposta é que o professor sempre inicie sua aula com o que chamamos de "acolhida", tratasse de um momento de interação entre a turma e o professor, onde conversam um pouco sobre os afazeres da semana, as atividades que estão programando para realizar, além de outros assuntos que podem surgir espontaneamente neste momento. A ideia é que o professor venha com um tema reflexivo para dialogar com os alunos e que a partir daí eles possam se abrir e conversar um pouco sobre esse e outros assuntos. Isso traz uma interação maior entre o grupo e fortalece os laços de amizade e empatia em sala de aula. Após esse momento, o professor inicia sua aula, sempre buscando levar em conta aspectos do momento de acolhida para o desenrolar da mesma, uma vez que o aluno deve ser sempre o centro do processo de aprendizagem. 2. As aulas devem sempre ser planejadas, porém com a certeza de que este plano deve ser flexível, pois tudo pode mudar ao longo do processo. Por isso, é de suma importância o reprojeto, ou seja, o momento que o professor vai analisar seu plano inicial e identificar os acertos e erros e a partir desse processo vai reorganizar sua prática e sua intencionalidade sobre sua aula. Ter um objetivo em mente e se organizar para isso é fundamental, mas para que a aprendizagem ocorra de maneira efetiva é preciso que o professor esteja aberto a mudanças e saiba desenvolver sua prática a partir delas.” (C 42)

“1) Como estou em colégio militar, há alguns rituais que são permanentes com relação às aulas: os alunos são dispostos no ginásio para apresentação do chefe; após uma breve explanação, são distribuídos por turma/modalidade esportiva e somente a partir daí entra a atuação docente na Educação Física. Geralmente junto os alunos, faço a chamada e a partir de então começo com um processo de encadeamento da sequência didática, perguntando a eles o que foi visto na aula anterior. Em seguida, geralmente algum aquecimento ou alongamento (a depender do que foi planejado) e a execução do que foi planejado no dia, sempre fazendo relação teórica com o que está sendo vivenciado. Ao final, alguma retomada da aula ou abordagem de alguns

valores/attitudes; e, em seguida, a turma se encaminha, disposta em grupamentos, para o banho. 2) Sim, até porque é uma obrigação do professor em sua função profissional e pedagógica. Como há uma organização educativa em torno dessa atividade, então faz-se o planejamento anual (relacionando-se com a BNCC e documentos pedagógicos da Divisão de Ensino do Exército) e semanal. Porém, mais que apenas palavras escritas, o planejamento se faz vivo a partir daquilo que se pressupõe para aquele ano escolar/modalidade (a partir de leituras e experiências profissionais prévias), bem como a partir de uma diagnose feita na primeira semana de aula, por turma e/ou semestre.” (C 26)

“Onde treino há quase 3 anos, não existe um planejamento, pelo que eu percebo. Às vezes, as aulas não têm continuidade e uma sequência lógica. Mas apesar disso tudo, O Mestre é um excelente professor, preza pela disciplina, amizade e todos são parte de uma família. As aulas são agradáveis e existem poucos acidentes também. Por ser um esporte de contato, as vezes, um supercílio abre ou um dedo, mas tudo numa normalidade específica de luta. Todos os alunos e professores ao entrarem no Dojo, fazem a reverência de curvar-se, antes de entrar e cumprimentam o mestre e depois, cumprimentam o restante por ordem de graduação. Este ano, o Mestre introduziu no rito inicial do aquecimento, que é feito em círculo, a ordem por faixas. Sempre um aluno mais graduado inicia o aquecimento sob a supervisão do Mestre, que logo em seguida, inicia a parte técnica das repetições. Após isso, é feito a aplicação do trabalho técnico, que é o "rola" ou handori. Infelizmente, esse handori tem cara de shiai (luta pra valer). Sinto muita falta de um drill, por exemplo. Ou um treino de 5 minutos solto, sem finalização. Ao término da aula, é feito o cumprimento final ao professor, com todos os alunos por ordem de graduação, cumprimentando todos os faixas preta e superiores. Sempre o faixa preta mais graduado primeiro. Após isso, ele dá bom dia, boa tarde/noite e tira-se uma foto com os presentes. Esse é o ritual de uma aula. O meu planejamento de aula, no Judo, até o início da pandemia, era baseado no treino do Go Kyu (aprendizado de técnicas em pé - por cor de faixa) e Ne Waza (técnicas de solo). Como é meu segundo ano como professor de Judo e por ser em escola (tenho alunos de faixa branca, cinza, azul e amarela de 06 a 15 anos), os alunos ainda estão no início e a quantidade de atividades ainda é pequena. Por se tratar de escola, a frequência também não é o forte dos alunos. Sendo assim, as atividades são quase sempre para os iniciantes. Quando chega um aluno da turma do ano anterior, ele tem uma atividade mais avançada que os outros. Em 2019, montei um cronograma de avaliação para o exame de faixa. De acordo com a idade e a faixa, ele precisa ter aquele conhecimento específico; com isso, as aulas são elaboradas para que o aluno aprenda aquele conteúdo para fazer o exame adequadamente e conseguir uma nota acima da média mínima. Tenho alunos que os pais não apresentam laudos, mas que é fácil perceber alguma deficiência. Mesmo assim, todos os alunos fazem as atividades juntos.” (C 29)

“1) Na minha academia tenho alguns procedimentos que chamo de regras do dojo, são elas:

- 1- Cumprimentar antes de entrar no dojo
- 2- Cumprimentar o Professor e seus companheiros de treino
- 3- Sentar-se corretamente no dojo para aprender as técnicas da aula e durante o "rola".
- 4- Ouça as instruções sem interromper o professor, no caso de dúvida levante a mão
- 5- Nunca saia do dojo sem autorização do professor
- 6- Ajudar aos menos graduados
- 7- Respeito aos companheiros de treino
- 8- Alinhar em silêncio por ordem de graduação ao final do treino
- 9- Manter o kimono sempre limpo e a higiene pessoal
- 10- Resenha pós treino para maior interação entre todos

Esse é o nosso ritual diário.

2) Meu Planejamento é semanal, trabalho com o tema de aula da semana, por exemplo, Guarda por baixo, onde esse tema vai ser trabalhado na semana com posições e técnicas pertinentes a ele e de acordo com o nível de cada turma, iniciantes, intermediários e avançados. O planejamento segue uma progressão pedagógica de ensino.” (C 73)

Indicamos como leitura complementar um documento publicado pela Confederação Brasileira de Jiu-Jitsu (CBJJ) sob o título de “Esquema didático do Jiu-Jitsu”, que fala sobre as técnicas que o aluno deve dominar em cada faixa.

9.11 ADEQUAÇÕES TÉCNICAS

No último tópico de nosso curso, trouxemos a discussão sobre a adequação de técnicas do BJJ para praticantes com deficiência. Salientamos que no caso da inclusão da pessoa com deficiência não existem fórmulas prontas e que a anamnese e o diálogo são de extrema importância. O aluno com deficiência é quem melhor conhece suas potencialidades, limitações e as especificidades de sua deficiência. Através deste diálogo e das informações obtidas, o professor auxiliará na adaptação das técnicas que domina.

Desta forma, propusemos um exercício de simulação em nossa Atividade 10. Cada cursista deveria elaborar um plano de aula e estratégia para o ensino de uma técnica de BJJ para 2 tipos de deficiência. A técnica e o tipo de deficiência foram selecionados com base no último número de CPF do cursista: Aqueles que não eram praticantes de Jiu-Jitsu Brasileiro, deveriam pensar adaptações pedagógicas e formas de ensinar algum conteúdo de sua área de atuação. A relação entre o número de CPF as técnicas e a deficiência foram propostas da seguinte forma:

CPF com final 0 ou 1:

- Técnica: Armlock na guarda
- Deficiência 1: Aluno com cegueira total
- Deficiência 2: Aluno amputado da perna direita, na altura do Joelho.

CPF com final 2 ou 3.

- Técnica: Raspagem (qualquer tipo)
- Aluno com Síndrome de Down
- Aluno amputado do braço direito

CPF com final 4, 5 ou 6.

- Técnica: Saída do controle lateral (100 quilos)
- Aluno amputado dos 2 braços na altura dos cotovelos.
- Aluno Surdo.

CPF com final 7, 8 ou 9.

- Técnica: Passagem de guarda.
- Aluno com Transtorno do Espectro Autista (TEA)
- Aluno amputado dos dois membros inferiores na altura da coxa.

Seguem algumas respostas dos cursistas à atividade:

“Na montagem de um plano de aula, para ambos os casos procuro utilizar uma metodologia específica e flexível para poder lidar com objetividade diante das dificuldades impostas pelas limitações das deficiências.

Caso N° 1: Ensinar o armlock na guarda para um aluno com deficiência visual total.

- Utilizar sempre uma explicação verbal clara e sempre seguida de gestual palpável.
- Fazer a movimentação fracionada, frisando bastante as formas de pegada e a movimentação de quadril.

- Seguir uma progressão pedagógica desde o domínio do braço até a finalização.

- Manter sempre contato físico durante a explicação verbal.

Caso N° 2: Ensinar o armlock na guarda para um aluno amputado da perna direita na altura do joelho.

- Introduzir o movimento de forma que o coto esteja posicionado na porção superior do tórax do oponente para dificultar a defesa do golpe.

- Mostrar a importância do domínio do braço e da transição do quadril no momento que antecede o golpe e da elevação do mesmo na finalização.

Obs: No caso 2 o feedback foi feito com a atleta Duda Santos, faixa azul de Parajiu-jitsu, da Gracie Barra Sergipe/Aracaju.” (C 16)

“Como atualmente não estou em contato contínuo com nenhuma luta, vou partir da minha prática cotidiana em aula de Educação Física e responsável pela modalidade "ginásticas" no colégio. Tanto para a criança com síndrome de Down quanto para o aluno amputado do braço direito, o contato com exercícios e aparelhos da ginástica rítmica podem favorecer não apenas a motricidade como também agir sobre a motivação, o desafio e formas de socialização e inclusão.

Material: Fita de cetim (podendo ser adaptada conforme a realidade escolar); arco (ou bambolê)

Objetivo: Vivenciar movimentos da ginástica rítmica, de modo individual e interagindo com colegas.

Estratégias: Determinar a exploração do aparelho (fita e/ou arco) e de diferentes movimentos possíveis de serem realizados individualmente, conforme o ritmo pessoal e sem a preocupação técnica nesse contato. Após esse contato inicial, explorar as possibilidades de alguns elementos técnicos do aparelho, como rotações do arco, serpentinas com a fita e largadas e pegadas dos aparelhos. Em seguida, fazer interações em duplas e pequenos grupos, explorando os movimentos vistos em aula.

OBS.: A utilização desses dois aparelhos remete à ideia de serem de fácil execução, leves, flexíveis e que não faz distinção quanto às condições manuais dos alunos. Desse modo, as mesmas situações motoras e técnicas podem ser realizadas por alunos com ou sem alguma deficiência/síndrome, lembrando-se sempre do respeito ao ritmo individual. Porém, uma coisa importante com relação ao aluno com síndrome de Down é o professor saber se ele tem instabilidade atlanto-axial, e com isso evitar movimentos que demandem uma movimentação dessa região.” (C 26)

“Olá, não sou praticante de Jiu-Jitsu mas irei falar de adaptações para dois tipos de deficiências, a cegueira total e amputado da perna direita, na altura do Joelho de acordo com o que já utilizei em sala de aula.

Deficiência 1: Aluno com cegueira total

É preciso mais que buscar apenas entender as dificuldades do aluno. É preciso dar possibilidades de potencializar o uso dos demais sentidos para ele aprender.

1. O conteúdo programático deve ser disponibilizado de forma digital ou em Braile;
2. Quando forem trabalhados equipamentos, explorar a fala descritiva e o tato;
3. Devem ser exploradas as potencialidades da pessoa – foco na habilidade, não na deficiência, sem minimizar o grau de exigência;

Deficiência 2: Aluno amputado da perna direita, na altura do Joelho.

1. Propor tipos de adaptações em que professor e aluno possam se ajudar e assim trazer ideias que possam ajudar não só a um aluno, mas todos;
2. Evitar fazer com que só os alunos se adaptem ao aluno com deficiência, pois eles podem achar que estão sendo excluídos de certa forma, mas sim tentar fazer a

igualdade se estabelecer, pois todos somos diferentes de certa forma, cada um com sua particularidade;

3. Promover para os alunos que não são amputados a oportunidade de ficar uma aula com seu amigo amputado, para saber como é o dia dele e como seria bom se todos tratassem de forma igual.” (C 15)

Como leitura complementar sugerimos o material didático elaborado pela pesquisadora Annie Gomes Redig chamado “Inclusão escolar e aprendizagem de alunos com deficiência intelectual”. Sugerimos também um material didático produzido pela pesquisadora Flávia Barbosa da Silva Dutra sobre “deficiência auditiva/surdez”. Além destes disponibilizamos os seguintes trabalhos:

PETEAN, E.B.L; SUGHIHURA, A. L. M. **Ter um irmão especial: Convivendo com a Síndrome de Down.** Marília. Rev. Bras. Ed. Esp. 2005.

SILVA, B. E. A. **Proposta de ensino do Jiu-Jitsu para estudantes com deficiência motora.** Trabalho de Conclusão de Curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade Federal de Pernambuco. 2017.

9.12 AVALIAÇÃO DO CURSO

Na última semana solicitamos aos discentes que respondessem um questionário avaliando o curso (APENDICE E), sendo este respondido por 40 cursistas. Neste questionário preservamos o anonimato dos respondentes afim de evitar constrangimentos, por isso iremos identificar os relatos pela ordem de resposta (a letra R seguida do número). Perguntamos primeiramente “Qual seu grau de satisfação com o curso (na escala de 1 a 7)? Esclarecemos aos estudantes que 1 significava “insatisfeito” e 7 “satisfeito”. O resultado está disposto na Figura 22.

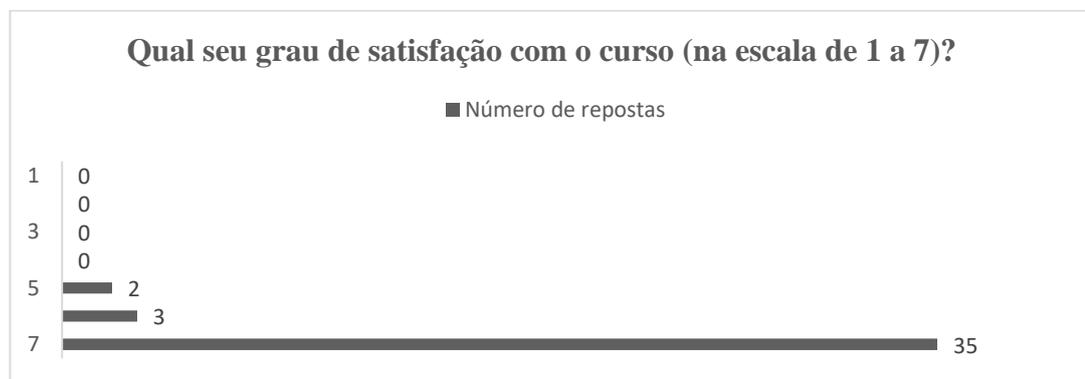


Figura 22 - Gráfico sobre o grau de satisfação dos cursistas (na escala de 1 a 7).

A segunda pergunta do questionário era discursiva, e trazia o seguinte enunciado: “O curso colaborou, de alguma forma para sua formação ou atuação profissional? Justifique sua

resposta”. Todos os respondentes afirmaram positivamente. Dentre as respostas, alguns cursistas afirmaram que o curso auxiliou na preparação para trabalhar com PcD.

“O curso foi de extrema importância, aprendi abordagens técnicas e teóricas sobre um tema que eu tinha grande dificuldade. Hoje me sinto melhor preparador para trabalhar com um aluno PcD, seja no tatame ou em qualquer outro local onde eu esteja dando aula.” (R 03)

“Na questão da PcD mudou totalmente meu modo de pensar e agir no Dojo ou fora. Não vou dizer que me sinto 100% qualificado, mas saberei lidar com a PcD quando adentrar em minha academia. Com este suporte que foi dado aqui eu garanto que estou apto para essa missão que é ensinar e passar o conhecimento para todos.” (R 11)

“Sim, com certeza. Ainda não havia tido contato com a abordagem da PcD no esporte, apenas de ver em demonstrações e vídeos de internet. Na minha academia não há nenhum aluno com deficiência e o curso me abriu as portas para não só esperar que isso aconteça como também incentivar esse público a nos procurar.” (R 14)

“Sim, quando eu me inscrevi, não fazia ideia de como poderia ser possível elaborar um curso com esse tema e ainda mais para PcD, e isso porque sou praticante há mais de dez anos! Fiquei muito contente com o que aprendi pois adquiri novos conhecimentos e abri a minha mente. Espero que você continue nessa jornada.” (R 29)

Alguns cursistas que não tinham familiaridade com o Jiu-Jitsu Brasileiro apontaram que o curso colaborou para conhecerem melhor a modalidade.

“Sim, eu não conhecia nada sobre o Jiu-Jitsu, e cada vez mais está aumentando a prática desse esporte/luta no Brasil, fiquei muito feliz com o curso. Contribuiu muito para a minha formação, pois vários alunos meus são praticantes de Jiu-Jitsu.” (R 16)

Outros cursistas apontaram que o curso colaborou para preencher uma lacuna curricular ou complementar o que foi aprendido sobre o tema em sua formação Universitária.

“Sim, o curso colaborou bastante com minha atuação profissional. Sou licenciado em Educação Física, mas o módulo de inclusão na faculdade foi mais amplo e não direcionado como este curso.” (R 37)

“Sim, durante a graduação é um tema pouco trabalhado, então é sempre importante buscar novos meios para aprimorar o conhecimento, e esse curso colaborou muito.” (R 39)

Outro aspecto ressaltado pelos participantes foi o aprendizado através da construção coletiva, e da rica troca de experiências realizada entre um grupo tão diverso.

“Sim, com certeza. Pois a troca de experiências e as vivências de todos os participantes contribuíram na construção do nosso trabalho diário com as crianças.” (R 40)

“Sim, saber das opiniões e vivências dos outros participantes foi um dos pontos altos do curso, sempre que possível eu lia o máximo de relatos de cada um, deixando mais claro que só faremos a diferença na vida das pessoas se atuarmos de forma conjunta. Gratidão a instituição e ao corpo docente.” (R 24)

“Sim, pois organizou o conteúdo específico de maneira didática e enriqueceu todo o conhecimento através da troca de experiência com outros profissionais.” (R 06)

Por fim, mesmo os cursistas que não trabalham com o BJJ apontaram que o curso colaborou para sua formação profissional.

"Com certeza. Apesar de não dar aulas específicas de Jiu-Jitsu, sendo apenas praticante, sou professor de todos os segmentos. Tenho alunos com deficiência, logo me ajudou muito todo o material disponível aqui, não só nas questões relativas ao Jiu-Jitsu, mas em outras questões também, principalmente no que diz respeito à Educação Física. (R 35)

“Sim, o curso colaborou para minha formação profissional. Como professor de Física da educação básica e como praticante de Jiu-Jitsu Brasileiro, os conhecimentos e trocas de experiência adquiridas no decorrer da disciplina me ajudaram a adquirir novos conhecimentos relacionados a pessoas com deficiência e inclusão. Desta forma, contribuíram para meu aprendizado e desenvolvimento de minhas atividades docentes.” (R 21)

“Sim, os conteúdos apresentados foram de grande importância para minha formação e atuação profissional. Mesmo sem praticar a modalidade do curso (Jiu-Jitsu), os tópicos eram bem direcionados e explicativos, deixando qualquer dificuldade para traz.” (R 05)

Na terceira pergunta questionamos quais fatores positivos os cursistas destacariam sobre o curso. Aqui mais uma vez foi ressaltada a questão do contato entre os cursistas e da construção coletiva do aprendizado.

“Assuntos que eu não tinha conhecimento, obtive através da leitura dos questionários de colegas, uma visão diferente da minha que vai me ajudar, e sem contar no curso online que me deu essa oportunidade de concluir a distância.” (R 17)

“Destaco como pontos positivos o material didático, observar outras opiniões de pessoas que também vivem o esporte. Gostei muito da live com os representantes das federações. Foi bem enriquecedor fazer o curso.” (R 14)

“Além do que foi aprendido, a possibilidade de manter o contato com os participantes através das comunidades de prática virtuais.” (R 37)

A interdisciplinaridade presente na temática do curso, que transitava entre a prática do BJJ, a inclusão da pessoa com deficiência e a educação, foi outro aspecto positivo apontado pelos discentes.

“A interdisciplinaridade entre os conteúdos do universo das lutas e da atividade escolar. Essa mescla de conhecimentos me ajudou a ver o Jiu-Jitsu Brasileiro de uma forma mais didática e educativa.” (R 21)

“Além da evidência constante da inclusão com o Jiu-Jitsu, a abertura das discussões sobre a inclusão escolar para qualquer profissional, com ou sem experiência com a luta. Também foi positivo trazer um conceito que, para mim, era novo (o de comunidades de práticas). Além disso, a condução do curso foi excepcional.” (R 32)

Os cursistas também destacaram positivamente o contato com pessoas com deficiência e suas vivências.

“Os aspectos conceituais apresentados. As narrativas dos praticantes de Jiu-Jitsu com deficiência.” (R 33)

“Os textos indicados, as lives com os amputados, as pesquisas indicadas, as ações de plano de aula e de como planejar uma aula para uma pessoa com deficiência, enfim, todas as possibilidades de pesquisa e interação foram de grande valia nesse curso para mim” (R 40)

A plataforma utilizada para elaboração do curso, o formato, o conteúdo e as atividades também foram elogiados pelos participantes.

“Fácil acesso, linguagem fácil, plataforma fácil de ser manuseada, textos e materiais excelentes.” (R 19)

“Conteúdos apresentados. Leitura base, modelo de atividade.” (R 05)

“A plataforma utilizada, sem dúvida é um dos pontos fortes” (R 24)

“O que mais me agradou foi a quantidade de material disponível para leitura e pesquisa. As leituras e os vídeos opcionais foram e são muito válidos.” (R 35)

A mediação do curso também foi aspecto destacado pelos discentes.

“Os temas e a proposta das atividades foram muito bons, sem contar que o mediador estava sempre presente e interagindo com cada resposta dada por aluno. Notei seriedade e comprometimento do professor mediador. A equipe de extensão do CEDERJ está de Parabéns!” (R 22)

“A atenção dos responsáveis pelo curso, os conteúdos sempre embasados cientificamente, as adaptações feitas para quem não era da área de BJJ, o compromisso com o cronograma e o dinamismo.” (R 09)

“Rapidez nas mensagens e tirar dúvidas. Melhores instrutores, com informação. Plataforma online.” (R 28)

A quarta pergunta questionou sobre os pontos negativos do curso. Para esta pergunta, 19 cursistas responderam que não encontraram pontos negativos. Os outros 21 cursistas apontaram diversas questões, algumas até consideradas pontos positivos para outros cursistas na pergunta anterior. Dois destes foram entre a relação do conteúdo com outras áreas do conhecimento e que houve pouco contato com os praticantes com deficiência.

“Apesar das lives que o curso indicou, faltou mais aproximação com a comunidade paratleta. Acaba ficando muito na teoria, mas nada que o professor não vá buscar em seu dia a dia.” (R 01)

“Relação das outras áreas de educação com a proposta do tema.” (R 18)

“Vi necessidade de mais vídeos da área de lutas tratando sobre a prática da atividade por pessoas com deficiência.” (R 21)

Outro ponto negativo segundo os cursistas estava relacionado as formas de interação.

“A troca entre os cursistas, poderíamos trabalhar com alguma plataforma de vídeo para uma maior interação dos participantes.” (R 08)

“Poucas coisas foram negativas, mas uma que chamou atenção foi em relação a integração dos cursistas. Poderiam ter mais atividades em que nós pudéssemos nos comunicar melhor, interagirmos entre nós. O fato de poder comentar o post dos outros alunos, não muda a questão da interação. Mas posso estar equivocado, pois estamos em uma situação de pandemia, acredito que isso possa influenciar nessas questões e nas atividades propostas por vocês.” (R 35)

Dois cursistas apontaram que poderia haver um aprofundamento nas questões relativas ao Jiu-Jitsu Brasileiro e de questões operacionais relativas ao contato com as PcD.

“Não ter mais atualizações para Jiu-Jitsu.” (R 28)

“Seria interessante estender o curso e entrar mais no assunto BJJ nos dando modelos de abordagem desse aluno como fazer o primeiro contato com os responsáveis, entre outros tópicos no âmbito operacional.” (R 09)

Três participantes citaram os prazos para realização de atividades como outro ponto a ser melhorado.

“É o pouco tempo de entrega das atividades.” (R 03)

“Período curto entre uma atividade e outra.” (R 26)

“As atividades terem prazos para serem realizadas.” (R 06)

Outros estudantes falaram sobre problemas técnicos encontrados na plataforma, layout e formato de exibição da atividade das *lives*, que por serem transmitidas via *Instagram*, só permaneciam no ar por 24 horas.

“Fiz a atividade, enviei, mas não chegou, tive que fazer novamente. Tirando isso, tudo foi perfeito!!!” (R 34)

“Achei que o layout do ambiente virtualizado um pouco confuso. Os hiperlinks não estão organizados de forma clara.” (R 31)

“Não achei produtiva às lives, por conta de se prenderem muito no assunto competitivo e também por não poder sempre assisti-las devido ao horário.” (R 27)

“As Lives poderiam ter sido disponibilizadas pelo IGTV, infelizmente não consegui ver nenhuma” (R 24)

Por fim, alguns participantes citaram como pontos negativos questões relacionadas a pandemia da COVID-19 e a duração do curso.

“Sobre o curso nada, mas a COVID- 19 atrapalhou o meu psicológico e meu ritmo de estudos e concentração.” (R 02)

“Em função da pandemia ficamos sem ter atividades práticas.” (R 36)

“O que não pudemos efetuar devido à pandemia.” (R 37)

“Acabou muito rápido.” (R 05)

Na quinta pergunta do questionário foram solicitadas sugestões para melhorar o curso nas próximas edições, 16 respondentes afirmaram não ter nenhuma sugestão. As sugestões dos outros cursistas estavam diretamente ligadas aos pontos negativos, como encontrar maneiras para incentivar a integração dos cursistas, via aplicativos de reunião por videoconferência em tempo real; maior participação de atletas com deficiência; mais exemplos práticos e vídeos com atletas demonstrando técnicas; prolongamento do curso e maior número de vagas.

Para finalizar o questionário perguntamos se os cursistas, após este curso, se sentiam seguros para trabalhar com pessoas com deficiência. Do total, 33 cursistas responderam afirmativamente, enquanto sete afirmaram não se sentir completamente seguros. Apesar disto, muitos destes se sentem mais preparados que antes, e encorajados a continuar aprendendo.

“Não, ainda não me sinto seguro para trabalhar com pessoas com deficiência. Apesar disso, me sinto um pouco mais preparado e mais aberto para modificações na minha metodologia de ensino. Sinto que a preparação e formação para atuar como docente/educador deve ser constante. Sempre se atualizando e buscando formas de atender cada indivíduo, que é único em suas habilidades, dificuldades, potencialidades e limitações.” (R 21)

“Acho que vai me ajudar bastante, mas creio que ainda precise de um maior conhecimento na prática propriamente dita” (R 27)

“Não diria "seguro", mas muito encorajado! Trabalhar com pessoas é um desafio. Trabalhar com PcD é um desafio muito maior, pois se trata de algo pouco comum! As pessoas, por mais parecidas que sejam, ainda assim são únicas. As PcD além de serem únicas, possuem deficiências distintas, e para cada deficiência o procedimento é único!” (R 37)

“Me sinto muito mais seguro do que quando iniciei o curso, porém sei que devo sempre estar me atualizando nessa área.” (R 03)

“Parcialmente. Mas foi muito proveitoso este curso, pois me abriu os olhos para procurar sempre trabalhar da melhor forma possível com meus alunos com deficiência. Me estimulou a pesquisar e ler mais sobre esses assuntos. Obrigado por tudo que vocês fizeram por nós. Acredito que nunca me sentirei 100% preparado, mas estarei sempre estudando e buscando as melhores alternativas.” (R 35)

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS SOBRE O PRODUTO.

Ao observarmos os aspectos do curso oferecido, podemos elencar alguns pontos de destaque, como por exemplo o número de inscritos e a diversidade do público interessado em realizá-lo. Já para os cursistas, o ineditismo do curso foi o destaque, e o que justifica todos os esforços para sua realização.

As atividades propostas cumpriram seu objetivo de construção coletiva do conhecimento. As trocas de experiência e discussões foram bastante ricas, oportunizando conteúdos interessantes e relevantes. Mais uma vez, a multidisciplinaridade e o culto à diversidade emergiram como ferramentas eficientes para o ensino. Afinal, para compreendermos a multipluralidade de uma realidade constituída por uma diversidade oprimida e padronizadora, é de suma importância incentivarmos este rico movimento de troca entre indivíduos situados em contextos sociais distintos.

É claro que não existe fórmula pronta para se ensinar. Essa premissa não se aplica somente ao ensino do Jiu-Jitsu Brasileiro para pessoas com deficiência, mas à educação em geral. Urge cada vez mais que nos desvinculemos de fórmulas prontas, pois servem somente para criar um breve sentimento de segurança baseado na ilusão, e que pode subitamente induzir ao erro e ao fracasso. Devemos seguir a via da aceitação das diferenças, do respeito às características individuais, do tempo de aprendizagem de cada indivíduo e da flexibilidade curricular e pedagógica. A aprendizagem significativa não pode ser padronizada, o que é significativo para um pode não ser para outro. Ademais, o contato com a diversidade tende sempre a ser construtivo.

Em relação ao índice de conclusão do curso, o mesmo foi adequado tomando por base o índice dos cursos de extensão oferecidos pela Fundação Cecierj, e a realidade enfrentada durante a pandemia da COVID-19. Os participantes que responderam ao questionário de avaliação do curso mostraram-se satisfeitos com o conteúdo e as atividades propostas, e relataram se sentir mais seguros para ensinar pessoas com deficiência. Já aqueles participantes que não estão inseridos no universo do BJJ, tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre a modalidade e a inclusão das pessoas com deficiência.

A estrutura conceitual do curso, que transitava entre os eixos temáticos da inclusão, do Jiu-Jitsu Brasileiro e de metodologias ativas de aprendizagem digital, mostrou-se oportuna pelo momento pandêmico e de distanciamento social vivido durante sua realização. O estímulo à utilização das TICs na educação e os exercícios de simulação da implantação destes recursos na prática pedagógica dos participantes gerou valiosas contribuições.

Percebemos que o curso colaborou para a formação e atualização profissional dos participantes, preenchendo lacunas curriculares de suas graduações e nos direcionando a uma nova demanda apontada pelos próprios cursistas e outros indivíduos que não puderam participar da primeira edição: a realização de uma nova edição do curso. Dessa forma, pretendemos elaborar edições periódicas, sempre levando em consideração os apontamentos realizados pelos discentes acerca dos pontos a se melhorar. O desafio para a segunda edição do curso é uma maior participação de praticantes com deficiência, que acreditamos enriquecer ainda mais a troca de experiências, possibilitando a todos um aprendizado significativo com aqueles que realmente possuem “o lugar de fala” em relação à inclusão.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, S. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. **Cad. psicol. soc. trab.**, São Paulo, v.14, n.1, jun. 2011
- BARBOZA, L. P.; DUTRA, F. B. S. O Resgate da Autoestima de pessoas com deficiência através da prática do Rugby em cadeiras de rodas. In: DUTRA, F. B. S.; CELBY, R. V. S.; DI BLASI, F. **Aspectos da deficiência: educação, esporte e qualidade de vida**. Curitiba: Appris, 2017.
- BARBOZA, H. H.; JUNIOR, V. de A. Reconhecimento e inclusão das pessoas com deficiência. **Revista Brasileira de Direito Civil – RBDCivil**, Belo Horizonte, v. 13, n. 03, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016
- BEGOSSI, D. T.; MAZO, Z. J. O processo de institucionalização do esporte para pessoas com deficiência no Brasil: uma análise legislativa federal. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 21, n.10, p. 2989-2997, 2016.
- CAIRUS, J. Modernization, Nationalism and the Elite: the genesis of Brazilian Jiu-Jitsu, 1905 – 1920. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 3, n. 2, ano 2011
- CAMPBELL, J. **O Herói de mil faces**. Princeton: Princeton University Press. 1949.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1991.
- COELHO, S. M. *et al.* **O samurai como metáfora da sociedade Japonesa**. Revista Kinesis, Santa Maria, v. 34. ed. especial, p. 83-101, 2016
- CUSSINS, J. **Jiu Jitsu: History, Traditions, Methods, Knowledge, Philosophy**. [S. l.: s. n.], 2019.
- DESLANDES, S. F.; NETO, O. C.; GOMES, R.; MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, Editora Vozes, 2002.
- DRIGO, A. J. et. al. Artes marciais, formação profissional e escolas de ofício: análise documental do judô brasileiro. **Motricidade**, Ribeira de Pena, v. 7, n. 4, p. 49-62, 2011.
- ELIAS, N; DUNNING, E. **A busca da Excitação**. Lisboa: Difel, 1996.
- FRASER, N. Reconhecimento sem ética? **Lua Nova**, São Paulo, v. 70, p. 101-138, 2007
- FRASER, N. Da Redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça em uma era pós-socialista. **cadernos de campo**. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006
- GLAT, R.; BLANCO, L. M. V. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In: GLAT, R. (org). **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2013.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**: a gramática moral dos conflitos sociais. Tradução de Luiz Repa. São Paulo: Ed. 34, 2003.

KANO, J. **Kudokan Judo**. [S. l.]: Kodansha International Ltd., 1994.

LAVE, J.; WENGER, E. **Situated Learning**: legitimate peripheral participation. Cambridge: Cambridge University Press, 1991

LEVY, P. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Editora 34, 1999.

LISE, R. S.; CAPRARO, M. A. Primórdios do Jiu-Jitsu e dos confrontos intermodalidades no Brasil: Contestando uma história consolidada. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Porto Alegre, v. 40, n. 3, July/Sept. 2018

MEYER, A; ROSE, D. H.; GORDON, D. **Universal design for learning**: theory and practice. Wakefield: CAST, 2014.

MONTEIRO, L. D; DI BLASI, F. **A visão dos professores de Kickboxing acerca dos alunos com deficiência**. Trabalho de conclusão de curso (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Educação Física Especial) – Faculdade Gama e Souza, Rio de Janeiro, 2015.

MORAN, J. M.; MASETTO, M. T.; BEHRENS, M. A. **Novas tecnologias e mediação pedagógica**. Campinas, SP: Papyrus. 2000.

MORAN, J. M. Mudando a educação com metodologias ativas. In: SOUZA, Carlos Alberto de; MORALES, Ofelia Elisa Torres (org.). **Convergências Midiáticas, Educação e Cidadania**: aproximações jovens. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2015. (Mídias Contemporâneas; 2).

MORAN, J. M. Metodologias ativas e modelos híbridos na educação. In: YAEGASHI, S. et al. (org.). **Novas Tecnologias Digitais**: reflexões sobre mediação, aprendizagem e desenvolvimento. Curitiba: CRV, 2017. p.23-35.

MOSER, A.; SCHNEIDER, E. I.; MEDEIROS, L. F. de. A Aprendizagem Situada nas Comunidades de Prática: Uma Aproximação Fenomenológica. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE INFORMÁTICA NA EDUCAÇÃO, 23., 26-30 nov. 2012, Rio de Janeiro. Anais do... Rio de Janeiro: [s. n.], 2012.

PAIVA, L. **Olhar Clínico nas Lutas, Artes Marciais e Modalidades de Combate**. Manaus: OMP Editora. 2015

PALACIOS, A. **El modelo social de discapacidad**: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad. Madrid: CERMI, 2008.

PEREIRA, R. **Diversidade funcional: a diferença e o histórico modelo de homem-padrão.** Hist. cienc. Saúde, Rio de Janeiro, v.16, n.3, p.715-728, jul.-set. 2009.

PRENSKY, M. Digital Natives, Digital Immigrants. **On the Horizon**, [s. n.], v. 9, n. 5. 2001.

RODRIGUES, J. V. de M. S.; ARAUJO, F. L. M.; COLUMÁ, J. F.; TRIANI, F. da S. Jiu-Jitsu brasileiro: notas sobre a transposição da arte marcial para o esporte espetáculo. **Arquivos de ciência do esporte**, Uberaba, v. 6, n. 1, 2018.

ROSE, D. Universal Design for Learning. **Journal of Special Education Technology**, [s. n.], v. 15, n. 3, 2001.

RUFINO, L. G. B.; DARIDO, S. C. Considerações iniciais sobre o jiu jitsu brasileiro e suas implicações para a prática pedagógica. In: CONGRESSO PAULISTANO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, 3., Caraguatatuba. **Anais...** Caraguatatuba, 2009.

SILVA, L. M. O estranhamento causado pela deficiência: preconceito e experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, set./dez. 2006

SILVA, Y. O.; TOSCHI, M. S. Mediação na educação: reflexões na modalidade a distância. **Educativa**, Goiânia, v. 18, n. 1, p. 61-80, 2015 2015.

SPENCER, D. C. From many masters to many students: Youtube, Brazilian Jiu-Jitsu, and communities of practice. **Jomec Journal**, Londres, v. 5, 2014.

TAMBIAH, S.J. **Culture, Thought, and Social Action: An Anthropological Perspective.** Cambridge, Mass.: Harvard University Press. 1985.

TORI, R. **Educação sem distância: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem.** São Paulo: Editora Artesanato Educacional, 2017.

VAZ, A. F.; DUTRA, F. B. S. A formação dos novos profissionais de Educação Física em Universidades públicas e privadas do Rio de Janeiro sob a ótica da inclusão. In: DUTRA, F. B. S.; CELBY, R. V. S.; DI BLASI, F. **Aspectos da deficiência: Educação, esporte e qualidade de vida.** Curitiba. Appris, 2017.

VEEN, W; VRAKKING, B. **Homo Zappiens: educando na era digital.** Tradução Vinícius Figueira. Porto Alegre: Armmed. 2009.

WENGER, E. **Communities of practice and social learning systems: the career of a concept.** 2012. Disponível em: <https://wenger-trayner.com/wp-content/uploads/2012/01/09-10-27-CoPs-and-systems-v2.01.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2018.

WENGER, E. **Communities of practice, Learning, Meaning and Identity.** 18. ed. Cambridge: University Press, 2008.

WENGER, E; MCDERMOTT, R; SNYDER, W. **Cultivating communities of practice: a guide to managing knowledge.** Boston: Harvard Press, 2002.

APÊNDICE A - Do Oriente ao ocidente: Conhecendo um pouco sobre a história do Jiu-Jitsu Brasileiro

Segundo Rufino; Darido (2009) é possível que o Jiu-Jitsu tenha sua origem na China a mais de três mil anos A.C., chegando ao Japão por volta do Século II D.C., porém, não há fatos ou documentos que comprovem essa história disseminada.

“O Japão feudal empregou inúmeros nomes relacionados com o jiu-jitsu, alguns divergiam em fundamentos técnicos outros eram extremamente semelhantes; Aikijitsu, Tai Jitsu, Yawara, e Kempô, e mesmo o termo jiu-jitsu se dividia entre estilos como: Kito ryu, Shito Ryu, Tejin e outros.” (RUFINO; DARIDO, 2009, p 6).

Kano (1994) pontua que muitas artes marciais eram praticadas no Japão Feudal, e que posteriormente, durante o período Edo (1603-1868), se desenvolveram em uma arte complexa, que era ensinada por mestres em inúmeras academias.

“Many martial arts were practiced in Japan during its feudal age: the use of the lance, archery, swordsmanship and many more. Jujutsu was one such art. Also called taijutsu and yawara, it was a system of attack that involved throwing, hitting, kicking, stabbing, slashing, choking, bending and twisting limbs, pinning an opponent, and defenses against these attacks. Although jujutsu's techniques were known from the earliest times, it was not until the latter half of the sixteenth century that jujutsu was practiced and taught systematically.” (KANO, 1994, p.15)

Cussins (2019) classifica o Jiu-Jitsu japonês de acordo com os períodos históricos segundo o Quadro abaixo.

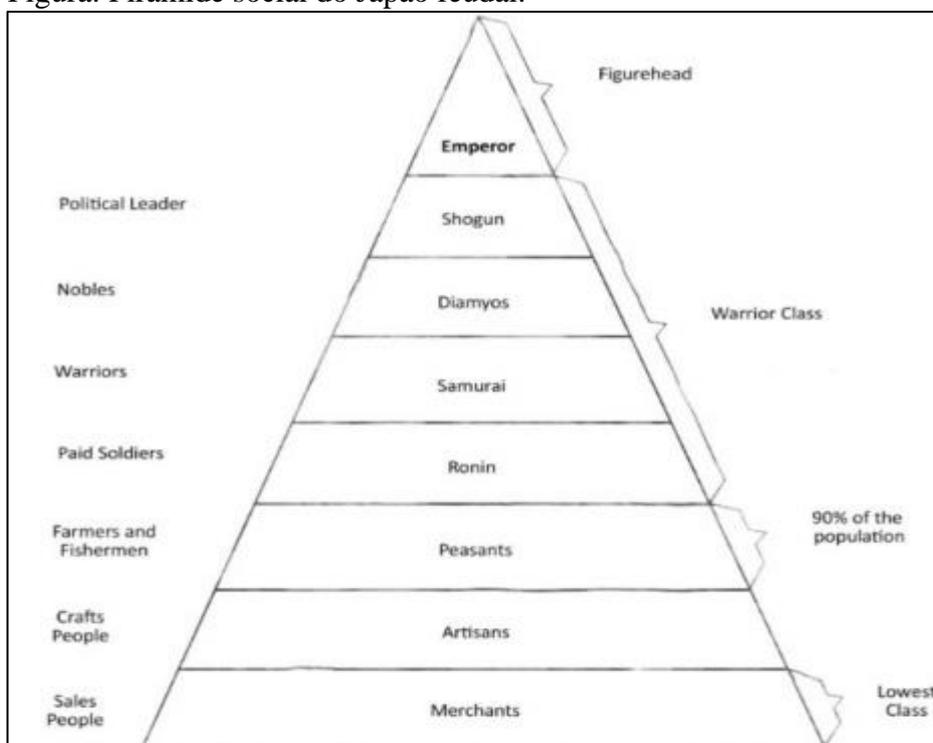
Quadro: Períodos históricos do Jiu-Jitsu japonês.

| | | |
|---------------------------------------|---|--|
| Paleolítica (c35,000 AC - 14,000 AC) | | |
| Jōmō (14,000 – 300 AC) | | |
| Yayoi (300 – 250 DC) | | |
| Kofun (250 – 538 DC) | | |
| Asuka (538 – 710 DC) | | |
| Nara (710 – 794 DC) | | |
| Heian (794 – 1185 DC) | | |
| Kamakura (1185 – 1333/1336 DC) | Período “Clássico-Primitivo” do Jiu-Jitsu Japonês. | Formas de artes marciais Japonesas “ Koryu ” |
| Muromachi / Ashikaga (1336 – 1573 DC) | | |
| Azuchi-Momoyama (1568-1603 DC) | | |
| Edo / Tokugawa (1603 – 1868 DC) | Período “Clássico-Tardio” do Jiu-Jitsu Japonês. | Formas de artes marciais japonesas “ Kobudo ” |
| Meji (1868 – 1912 DC) | Período “Tradicional” do Jiu-Jitsu Japonês | Formas de artes marciais japonesas “ Gendi ” |
| Taishō (1912 – 1926 DC) | Período “Moderno” do Jiu-Jitsu Japonês. | |
| Showa (1926 – 1989 DC) | | |
| Heisei (1989 – presente) | | |

Fonte: Cussins (2019).

Entre o período Asuka e Azuchi-Momoyama, o Japão viveu intensa guerra civil. Um samurai (traduzido literalmente como “aquele que serve”) poderia passar sua vida inteira no campo de batalha. A subsistência (e sobrevivência) do Samurai dependia diretamente do combate, portanto aprimorar suas técnicas era de vital importância. Numa época em que não havia uso de armas de fogo, com o combate realizado a curta distância, era comum o desenvolvimento e treinamento de diversos sistemas de luta (armada, desarmada, de defesa, contra-ataques armados, desarmados, contra múltiplos agressores). Os combates eram fatais, e o vencedor o único capaz de aprender e refinar sua técnica para uma próxima batalha. Os samurais escolhiam seguir uma vida dedicada à guerra, guiados por um código de conduta conhecido como Bushido (CUSSINS, 2019).

Figura: Pirâmide social do Japão feudal.



Fonte: Cussins (2019).

Ainda segundo o autor, com decorrer das décadas, os exércitos privados de samurais contratados pelos Daimyos (latifundiários) tornaram-se tão fortes que ofereciam resistência ao poder do Imperador. Em 1192, Yoritomo Minamoto se tornou o primeiro Shogun permanente do Japão. Durante o Período Heian, seu governo militar aumentou, e sua autoridade chegou a ofuscar a corte imperial. Neste período os samurais eram a classe que comandava o Japão. Possuindo terras e status de nobreza (agora todos Daimyos eram samurais) podiam dedicar mais

tempo à prática de guerra. Os conhecimentos marciais desenvolvidos eram passados de geração para geração, mantendo este saber restrito a classe samurai.

Durante o Período Muromachi (1336 – 1573) os samurais começaram a usar armaduras como proteção para ataques de armas como lanças, espadas e flechas. Golpes traumáticos, como socos e chutes, eram pouco eficazes contra um samurai vestido de armadura, então as técnicas de luta agarrada evoluíram com viés de derrubar, imobilizar, estrangular e quebrar, assim como atacar os olhos, nariz e órgãos genitais. Em um combate corpo a corpo, muito próximo para o uso de armas como a espada e lança, era comum a utilização de facas e pequenos bastões combinados com técnicas de luta agarrada. O Jiu-Jitsu do Período Muromachi é conhecido como “Jiu-Jitsu Clássico-Primitivo”, “Yawara” ou “Koryu Jiu-Jitsu” (CUSSINS, 2019).

Segundo Cussins (2019) o período Clássico-Tardio do Jiu-Jitsu japonês teve início no Período Edo. Nesta época sistemas de ensino e escolas de Jiu-Jitsu começaram a ser formuladas e documentadas. Essas escolas sistematizavam o conteúdo que era passado através das gerações nos clãs, e eram chamadas de "Ryuha". Uma das primeiras escolas de Jiu-Jitsu de que se tem registro foi fundada por Hisamori Takeuchi em 1532, denominada Hinoshita Torite Kaisan Takenouchi-ryū. Nestes ambientes de aprendizagem eram ensinadas também técnicas de combate com diversos tipos de armas e técnicas de ressuscitação. Como o objetivo destas escolas era ensinar e desenvolver formas mais eficientes de matar adversários, muitas não sobreviveram nos períodos de paz, tendo os seus registros históricos se perdido com o tempo.

Ainda segundo o autor, a chegada das armas de fogo, a proibição do porte de armas e a ausência de guerras colaboraram para o desenvolvimento de uma forma diferente de Jiu-Jitsu neste período. Os duelos e o ensino do Jiu-Jitsu tornaram-se alternativas de sustento para os Samurais. Além dos duelos e desafios, as competições entre escolas colaboraram para o desenvolvimento técnico da modalidade. Se no passado os golpes traumáticos (atemi waza) eram relegados, devido a ineficiência no combate utilizando-se armaduras, neste período foram reinseridos, utilizados principalmente como forma de aproximação e preparo para quedas. As características primordiais do Jiu-Jitsu permaneceram, como a utilização racional da energia e esforço, a utilização da força do adversário contra ele e a técnica prevalecendo sobre a força. Em 1717, numa tentativa de controlar o número crescente de escolas e estilos, todas as escolas foram obrigadas a se registrar. Segundo Mol (2001), acredita-se que existiram por volta de 300 escolas no período.

A transição para o período Tradicional do Jiu-Jitsu japonês ocorreu após a guerra civil de 1866, quando o último Shogun foi derrotado e o poder retornou para o Imperador. Além da derrubada do shogunato e restabelecimento do poder para a família imperial japonesa, houve

uma mudança na pirâmide social do país, transferindo o poder dos samurais para a classe média. Esta reconfiguração social Japonesa ficou conhecida como "Restauração Meiji" Neste período de mudanças políticas, econômicas e religiosas, o Japão passa por um processo de "Ocidentalização". Em 1877 Samurais do clã Satsuma lideraram uma rebelião contra os estrangeiros e o governo. A nova guarda Imperial, agora formada por fazendeiros e comerciantes, derrotou os samurais, utilizando armas ocidentais. Este episódio foi simbolicamente o fim do "Bushi". O Jiu-Jitsu quase desapareceu com os samurais, sendo relegado ao submundo, considerado inapropriado para a imagem que o Japão queria passar ao mundo. A Arte agora era praticada em segredo, em poucas escolas. Em 1882, Jigoro Kano criou o Judo como uma forma de Jiu-Jitsu socialmente aceita para a sociedade moderna japonesa. Em 1895 foi criada a associação Dai Nihon Botokukai, numa tentativa de manter viva as artes marciais japonesas. (CUSSINS, 2019).

Finalizando, Cussins (2019) diz que o Jiu-Jitsu moderno possui diversos estilos e variações que combinam técnicas dos períodos clássico e tradicional. Com a globalização a arte se espalhou por todo o mundo, evoluindo e se adaptando de acordo com o local e tempo em que é ensinada e praticada. As técnicas, metodologias de ensino, rituais e estilos de lutar variam de acordo com a região, a escola e o professor.

Segundo Cairus (2011) a imigração foi estimulada no Brasil após a abolição da escravidão, para suprir a demanda laboral e reconfigurar a etnia proletária da sociedade. Estas mudanças fariam parte de uma política de modernização nacional encabeçada pela elite pós-monárquica, tendo como referência os padrões europeus e norte-americanos. O Governo da nova república demonstrou interesse pela modernização Japonesa na era Meiji, estabelecendo relações diplomáticas no ano de 1895. A partir de então, diferentemente de como tratava outras etnias, a diplomacia brasileira enaltece o estilo de vida e a cultura japonesa aos olhos da elite Brasileira.

“Cultural aspects of Japanese lifestyle did not escape the gaze of Brazilian diplomats. Manoel de Oliveira Lima, the Brazilian consular representative, produced a lengthy traveller’s account. Observing a popular theatrical spectacle in Kyoto in 1903, he described “this style of local capoeira peculiar to Japan known as jiu-jitsu, in which one takes the opponent down by grabbing his legs.” Oliveira Lima was a Catholic intellectual and diplomat who brought images of Japan to a broad elite audience.” (CAIRUS, 2011. p 105)

Além dos diplomatas e da elite, a inteligência militar se mostrou impressionada com o desempenho dos Japoneses no campo de batalha durante a vitória contra a Rússia em 1905, sentindo-se estimulada a usar as artes marciais japonesas como ferramenta para promoção de uma melhoria eugênica (CAIRUS, 2011). O capitão Santos Porto e o Tenente Adler Aquino,

ambos da Marinha Brasileira, chegaram a traduzir um manual de Jiu-Jitsu escrito por Harrie Irving Hanchok. Cairus (2011, p. 105) descreve parte deste manual:

“The most interesting section of the book, however, is the introduction written by Captain Santos Porto, who presents the concerns he and the Brazilian elite had for the future of a vast nation being held up by the “fragile and broken” Brazilian race. He also praises efforts made by sports associations to develop a more physically fit population in such climatically unfavorable conditions, despite poor nutrition and a traditional lack of physical activity. According to Santos Porto, the weakness of Brazilian bodies contrasts starkly with the country’s exuberant nature, and physical education would help to overcome years of neglect. He states, for example, that Afro-Brazilian capoeira’s failure as a native school of physical education was largely due to the maladies of the past monarchical regime.”

Podemos perceber que somado a adoção do Jiu-Jitsu pelos militares como método treinamento e arte marcial, e do encantamento da elite pela cultura japonesa, havia uma tentativa de subjugar e inferiorizar as manifestações culturais produzidas pelos afro-brasileiros da época, como a capoeira. A prática da capoeira foi criminalizada pelo código penal republicano em 1890.

Vários lutadores Japoneses, dentre eles Mitsuyo Maeda e Sada Miyako, participaram de desafios de luta no Brasil, como uma forma de entretenimento. Estes atletas desafiavam lutadores a vencê-los em troca de um prêmio em dinheiro. Houve vários confrontos entre lutadores de Jiu-Jitsu e capoeiristas, que dividiam e acirravam os ânimos do público da época (CAIRUS, 2011, LISE; CAPRARO, 2018). Podemos dizer que estes desafios intermodalidades foram a origem do MMA e do desenvolvimento do Jiu-Jitsu Brasileiro.

Segundo Rufino; Darido (2009), alguns lutadores Japoneses, como Maeda, pertenciam a Kodokan, porém preferiam se apresentar como lutadores de Jiu-Jitsu e não de Judo, pois os desafios contra lutadores de outras artes marciais, ou até de outras modalidades esportivas, ia contra os princípios do Judo.

“[...] para não criar mais problemas com os seus superiores no judo, Maeda afirmava para todos que ele era um praticante de Jiu-Jitsu, arte marcial que não tinha a institucionalização e o rigor do judo, podendo então ser usada para representá-lo enquanto lutador e desafiante de outras modalidades.” (RUFINO; DARIDO, 2009, p. 10)

Estes lutadores começaram a ensinar o Jiu-Jitsu ao público brasileiro, e o BJJ foi se desenvolvendo desta junção de aspectos da cultura japonesa e brasileira, primeiramente como uma arte-marcial, com foco na defesa pessoal e no combate, e posteriormente como uma modalidade esportiva de combate, sendo regulamentada por federações.

APÊNDICE B - Questionário aplicado à professores de Jiu-Jitsu Brasileiro (Faixas Marrom e Preta)

Nome:

Idade:

Academia:

Faixa:

Escolaridade: () Ensino Fundamental

() Ensino Médio

() Ensino Superior

Curso:

Possui alguma deficiência?

() Sim () Não

Qual?

1 – Quanto tempo você é professor Jiu-Jitsu?

() menos de 1 ano () 1 a 3 anos () 4 a 6 anos () 7 a 10 anos () mais de 10 anos

2 – Você acha possível que uma pessoa com deficiência (PCD) possa praticar o Jiu-Jitsu?

() sim () não

Justifique sua resposta:

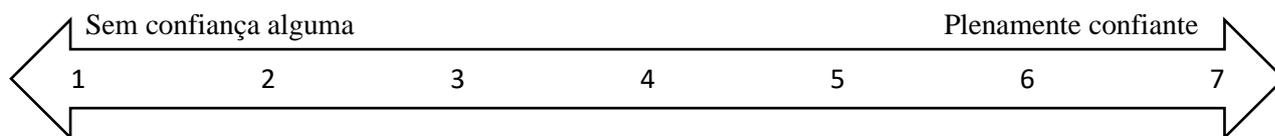
3 – Você já vivenciou alguma experiência entre o Jiu-Jitsu e alguma pessoa com deficiência?

() Sim () Não

Se sim, comente o fato:

4 – Qual seu grau de confiança (na escala de 1 a 7) para ensinar Jiu-Jitsu, de acordo com as seguintes deficiências:

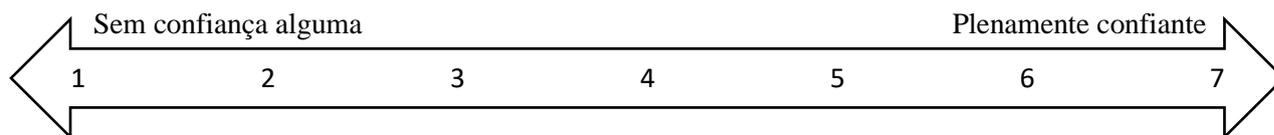
a) **Deficiência Visual. Cegueira** - Refere-se a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em virtude de causas congênicas ou hereditárias, mesmo após tratamento clínico e/ou cirúrgico e uso de óculos convencionais.



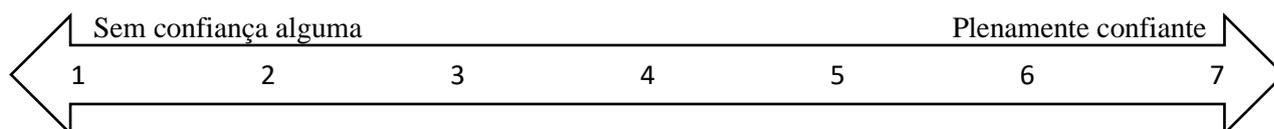
b) - **Deficiência Física** - Tipos e definições de deficiência física, referem-se à alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.



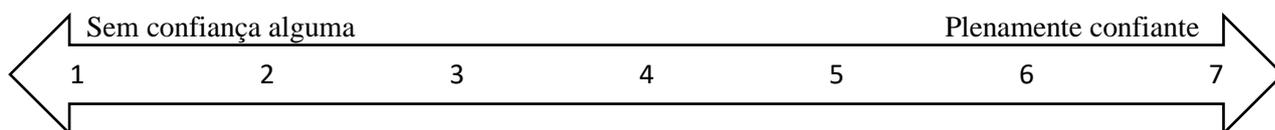
c) **Deficiência Auditiva** - É a incapacidade parcial ou total de audição. Pode ser de nascença ou causada posteriormente por doenças.



d) Deficiência Intelectual- Segundo a Associação Americana sobre Deficiência Intelectual do Desenvolvimento AAIDD, caracteriza-se por um funcionamento intelectual inferior à média (QI), associado a limitações adaptativas em pelo menos duas áreas de habilidades (comunicação, autocuidado, vida no lar, adaptação social, saúde e segurança, uso de recursos da comunidade, determinação, funções acadêmicas, lazer e trabalho), que ocorrem antes dos 18 anos de idade.



e) Deficiências Múltiplas- As pessoas com deficiência múltipla são aquelas afetadas em duas ou mais áreas, caracterizando uma associação entre diferentes deficiências, com possibilidades bastante amplas de combinações. Um exemplo seriam as pessoas que têm deficiência mental e física.



5 – Considere uma aula de Jiu-Jitsu para PCD. O que você acha mais importante?

- Espaço físico adequado
- Material de treino
- Conhecimentos teóricos sobre PCD
- Experiências práticas com PCD
- Fazer uma anamnese do aluno

Justifique sua resposta:

6 – Você se sente seguro para trabalhar o Jiu-Jitsu com uma PCD?

- sim não

Justifique sua resposta:

7 – O que você faria se aparecesse um aluno com deficiência querendo treinar Jiu-Jitsu com você?

- indicaria para um lugar mais adequado de treino
- treinaria normalmente incluindo-o na turma regular

Justifique sua resposta:

8 – Onde costuma buscar por informações técnicas e metodológicas sobre o Jiu-Jitsu Brasileiro:

- Cursos e seminários
- Livros e artigos científicos
- Vídeos e informações compartilhadas na Internet
- Conversa com outros mestres e professores
- Outras fontes:

Quais?

APÊNDICE C - Questionário aplicado para praticantes com deficiência**Nome:****Onde mora?****Quanto tempo treina Jiu-Jitsu?****Academia:****Faixa:****Conte nos sobre sua deficiência:****O que o Jiu-Jitsu representa em sua vida?****Foi necessário realizar alguma adaptação no seu treinamento relacionadas com a sua deficiência?****Comente sobre:****Pretende dar aulas de Jiu-Jitsu? Por que?**

APÊNDICE D - Termo de Consentimento Livre Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
Centro de Ciências da Saúde
Instituto de Bioquímica Médica Leopoldo de Meis
Programa de Educação, Gestão e Difusão em Biociências

**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

(versão 2.0 de 14 de dezembro de 2018)

Título do projeto de pesquisa: ASPECTOS DA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O JIU-JITSU BRASILEIRO: A proposta de um curso de atualização profissional.

Prezado,

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa sobre aspectos da inclusão da pessoa com deficiência e o jiu-jitsu Brasileiro. Os pesquisadores Gustavo Silva Marchiori, Felipe Di Blasi e Flávia Dutra da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pretendem realizar um estudo com as seguintes características:

Objetivo do estudo: Identificar mudanças na qualidade de vida das pessoas com deficiência relacionadas à prática do Jiu-Jitsu Brasileiro e supostos anseios de professores de Jiu-Jitsu Brasileiro acerca da inclusão da pessoa com deficiência em suas aulas. Elaborar uma plataforma educacional interativa online para produção e compartilhamento de conteúdo entre professores e alunos com deficiência.

Descrição dos procedimentos para coleta de dados: Serão consultados registros de professores de Jiu-Jitsu Brasileiro, e também de atletas com deficiência, nas federações de Jiu-Jitsu Brasileiro. De posse destas informações a coleta de dados se divide em duas frentes, com instrumentos distintos. Na primeira serão contatados os professores, que com devida ciência do conteúdo da pesquisa, irão responder um questionário presencialmente e via a plataforma online Survey Monkey. Na segunda parte, serão contatados atletas com deficiência que irão participar de uma entrevista presencial.

Riscos: a participação na presente pesquisa envolverá um risco muito baixo a você, uma vez que será aplicado um questionário e não haverá nenhum procedimento agressivo (injeção, esforço físico, etc.) ou ingestão de quaisquer medicamentos ou mesmo qualquer substância com aparência similar. Ainda assim, você pode considerar que sua participação na pesquisa possa gerar desconforto ou timidez em responder alguma pergunta. A fim de minimizar esses riscos,

garantimos a privacidade ao responder as perguntas e o sigilo das respostas. Além disso, você terá sua identidade preservada (isto é, ninguém, além dos pesquisadores, tomará conhecimento das suas respostas).

Benefícios aos participantes da pesquisa e para a sociedade: ainda que esta pesquisa não ofereça algum benefício imediato a você, acreditamos que a conclusão da mesma poderá, a longo prazo, contribuir para a plena participação das pessoas com deficiência na prática do Jiu-Jitsu Brasileiro; reforce o papel sócio educacional da modalidade e contribua para a inclusão, acessibilidade e amplo exercício da cidadania.

Garantia de acesso aos pesquisadores: Em qualquer fase do estudo você terá pleno acesso aos pesquisadores responsáveis pelo projeto no Instituto de Bioquímica Médica, situado à Avenida Carlos Chagas Filho, 373 – Prédio do Centro de Ciências da Saúde, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, ou pelo telefone (21) 97985-2266 (Gustavo Silva Marchiori). Havendo necessidade, será possível, ainda, entrar em contato com o Comitê de Ética do Hospital Universitário Clementino Fraga Filho da UFRJ, Rua Prof. Rodolpho Paulo Rocco, 255, 7º. Andar, Ala E, Cidade Universitária, Rio de Janeiro, RJ, ou pelo telefone (21) 3938-2480, de segunda a sexta-feira, das 8 às 16 horas, ou através do e-mail: cep@hueff.ufrj.br. O Comitê de Ética em Pesquisa é um órgão que controla as questões éticas das pesquisas na instituição (UFRJ) e tem como uma das principais funções proteger os participantes da pesquisa de qualquer problema.

Garantia de liberdade: a sua participação neste estudo é absolutamente voluntária. Dentro deste raciocínio, todos os participantes estão integralmente livres para, a qualquer momento, negar o consentimento ou desistir de participar e retirar o consentimento, sem que isto provoque qualquer tipo de penalização. Lembramos, assim, que sua recusa não trará nenhum prejuízo à relação com o pesquisador ou com a instituição e sua participação não é obrigatória. Mediante a aceitação, espera-se que você responda ao questionário.

Direito de confidencialidade e acessibilidade: os dados colhidos na presente investigação serão utilizados para elaborar artigos científicos. Porém, todas as informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o absoluto sigilo de sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar a identificação do participante e ninguém, com exceção dos próprios pesquisadores, poderá ter acesso aos resultados da pesquisa. Por outro lado, você poderá ter acesso aos seus próprios resultados a qualquer momento.

Despesas e compensações: você não terá, em momento algum, despesas financeiras pessoais. As despesas, assim, se porventura ocorrerem, serão de responsabilidade dos próprios pesquisadores. Também, não haverá compensação financeira relacionada à sua participação.

Em caso de dúvidas ou questionamentos, você pode se manifestar agora ou em qualquer momento do estudo para explicações adicionais.

Consentimento:

Li e concordo em participar da pesquisa

Eu receberei uma via desse Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a outra ficará com o pesquisador responsável por essa pesquisa. Além disso, estou ciente de que eu e o pesquisador responsável deveremos rubricar todas as folhas desse TCLE e assinar na última folha.

Rio de Janeiro,

Nome do participante

Data: ___ / ___ / ____

Assinatura do participante

Nome do pesquisador

Data: ___ / ___ / ____

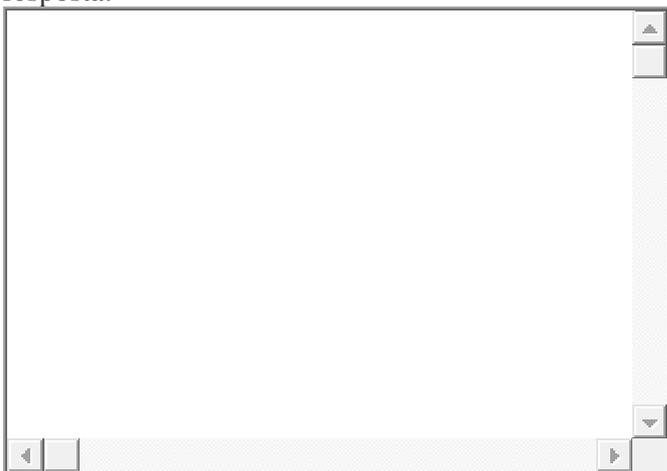
Assinatura do pesquisador

APÊNDICE E - Questionário de opinião sobre o curso de atualização profissional

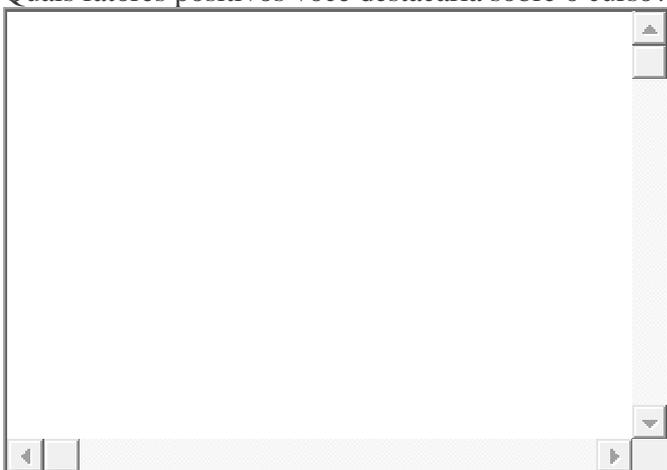
Qual seu grau de satisfação com o curso (na escala de 1 a 7)? Campo obrigatório

- 1(Insatisfeito)
- 2
- 3
- 4
- 5
- 6
- 7 (Satisfeito)

O curso colaborou, de alguma forma para sua formação ou atuação profissional? Justifique sua resposta:

A rectangular text input field with a light gray background and a thin border. It contains no text. On the right side, there is a vertical scrollbar with a small upward-pointing triangle at the top and a downward-pointing triangle at the bottom. On the bottom side, there are two small square buttons with left and right arrows, and a small square button with a right-pointing arrow.

Quais fatores positivos você destacaria sobre o curso?

A rectangular text input field with a light gray background and a thin border. It contains no text. On the right side, there is a vertical scrollbar with a small upward-pointing triangle at the top and a downward-pointing triangle at the bottom. On the bottom side, there are two small square buttons with left and right arrows, and a small square button with a right-pointing arrow.

Quais fatores negativos você destacaria sobre o curso?

An empty rectangular text box with a light gray background and a thin black border. It features a vertical scrollbar on the right side and horizontal scrollbars at the bottom, indicating it is a scrollable area for text input.

Têm alguma sugestão para melhoria do curso?

An empty rectangular text box with a light gray background and a thin black border. It features a vertical scrollbar on the right side and horizontal scrollbars at the bottom, indicating it is a scrollable area for text input.

Após realizar o curso, você se sente seguro para trabalhar com pessoas com deficiência?

Justifique sua resposta:

An empty rectangular text box with a light gray background and a thin black border. It features a vertical scrollbar on the right side and horizontal scrollbars at the bottom, indicating it is a scrollable area for text input.

APÊNDICE F - Guia do curso



Aspectos da inclusão da pessoa com deficiência e o Jiu-Jitsu Brasileiro Guia do curso

DIRETORIA DE EXTENSÃO DA FUNDAÇÃO CECIERJ

Apresentação do curso

O curso “Aspectos da inclusão da pessoa com deficiência e o Jiu- Jitsu Brasileiro” faz parte dos Cursos de Atualização, ofertados pela Diretoria de Extensão da Fundação Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – Fundação Cecierj, vinculada à Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovação – SECT, no primeiro período letivo de 2020, integrando a área de Prática Docente.

O curso tem como principal objetivo colaborar para a formação continuada de Professores de Educação Física e praticantes de Jiu-Jitsu Brasileiro acerca do tema inclusão, através da construção coletiva de conteúdo sobre a prática do Jiu-Jitsu Brasileiro. Os cursistas serão estimulados a explorar as tecnologias de informação e comunicação (TICs) para construção e fortalecimento da comunidade de prática do Jiu-Jitsu Brasileiro da pessoa com

deficiência, facilitando assim a troca de conteúdo, experiências e a construção coletiva do aprendizado.

Faz-se necessário conhecer e refletir acerca de conceitos e valores sobre as pessoas com deficiência, que, em decorrência de suas diferenças, são únicas, mesmo que apresentem a mesma deficiência que outra pessoa. Dessa forma, podemos afirmar que a ação docente é de fundamental importância no processo de inclusão, afinal todos os alunos possuem suas peculiaridades, que muito contribuem para a formação de uma sociedade tão rica em suas diversas características. É preciso que o professor tenha clareza de que cada aluno, com ou sem deficiência, é único.

Pretendemos, com este curso de atualização, auxiliar nossos cursistas quanto à relevância da temática e provocar o desejo de buscar novos conhecimentos, e repensar sua prática pedagógica, seja dentro do Dojo ou na Educação Física Escolar. Iremos incentivar uma postura dialógica entre Docente e Discente, incentivando o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação como mediadoras deste diálogo. É preciso adequarmos nossa prática pedagógica aos anseios dessa nova geração que nasceu envolvida pelos avanços tecnológico, os nativos digitais.

Ementa

O curso é composto por oito tópicos, com carga total de 30 horas, de acordo com a seguinte estrutura:

- Boas vindas
- História do Jiu-Jitsu Brasileiro
- Aspectos da inclusão
- Introdução ao Jiu-Jitsu Brasileiro Desportivo e Paradesportivo.
- Jiu-Jitsu Brasileiro e Educação
- Metodologia de ensino do Jiu-Jitsu Brasileiro
- TICs e Educação: aprendendo através das comunidades de prática
- Comunidades de prática virtuais do Jiu-Jitsu Brasileiro: A voz dos praticantes com deficiência
- Adequações técnicas

A cada módulo, é fornecido um grupo de textos teóricos embasadores do assunto do curso e um conjunto de dinâmicas para serem realizadas pelo cursista. Atenção aos prazos!

Cronograma - Os prazos para a entrega das atividades serão estipulados no decorrer do curso, na sala de aula virtual.

| Conteúdos | data |
|--|-------------|
| Apresentação dos cursistas e da equipe. | 10/03/2020 |
| História do jiu-jitsu brasileiro | 17/03/2020 |
| Aspectos da inclusão | 24/03/2020 |
| Introdução ao Jiu-Jitsu Brasileiro Desportivo e Paradesportivo | 31/03/2020 |
| Jiu-Jitsu Brasileiro e Educação | 07/04/2020 |
| Atividade prática | 14/04/2020 |
| TICs e Educação: aprendendo através das comunidades de prática | 28/04/2020 |
| Comunidades de prática virtuais do Jiu-Jitsu Brasileiro: A voz dos praticantes com deficiência | 05/05/2020 |
| Metodologia de ensino do Jiu-Jitsu Brasileiro | 12/05/2020 |
| Adequações técnicas | 19/05/2020 |
| Avaliação do curso | 26/06/2020 |
| Encerramento | 02/06/2020 |

Sistema de avaliação

As notas de todas as atividades previstas em todos os módulos serão somadas num total de, no máximo 10,0 pontos; sendo a nota mínima para aprovação 6,0 pontos.

Cursistas que não alcançarem a nota mínima não receberão o comprovante de participação. Disciplina é fundamental!

Método de estudo

No ensino a distância, é fundamental que o cursista assuma a responsabilidade de gerir seu tempo dedicado aos estudos. Para tanto, são necessários:

1. vontade de estudar;
2. cumprimento do tempo indicado para o estudo;
3. capacidade de usar adequadamente os instrumentos de estudo;
4. assiduidade e disciplina.

É importante ressaltar que as leituras devem ser feitas de maneira calma e constante, acompanhando a distribuição das aulas propostas no cronograma. Não é viável que o cursista estabeleça uma relação esporádica com os instrumentos de estudo; deve ser assíduo, criar familiaridade com os instrumentos e com as linguagens. Caso não possa dedicar-se todos os dias à leitura e aos trabalhos, o cursista não deve acumular todo o trabalho num único dia. A disciplina consiste, por exemplo, em estudar todos os dias, mesmo que seja apenas por quinze minutos.

Sabemos que o hábito da leitura transforma o estudante em leitor crítico. O hábito é fruto da constância e da perseverança. Ler todos os dias, mesmo que por pouco tempo, só trará benefícios. A leitura deve indicar um movimento de tomada de posse por parte do cursista. Para que isso ocorra, é fundamental que a leitura seja marcada; que sejam feitas anotações.

Sempre que possível, o cursista deve realizar pequenos resumos das aulas. Sintetizar é um caminho curto e eficiente para aprender.

Por fim, é importante que o cursista se reporte aos mediadores para que eles possam acompanhar as atividades realizadas. Afinal, estudar a distância não é estudar sozinho!

Recorra ao FÓRUM DE DÚVIDAS sempre que for necessário!

Certificado

Os certificados serão enviados por e-mail até 60 dias após o final do curso para aqueles que apresentarem a documentação no prazo estipulado em edital de seleção.

Para os cursistas que não possuem ensino superior, será emitido apenas uma declaração de participação no curso.